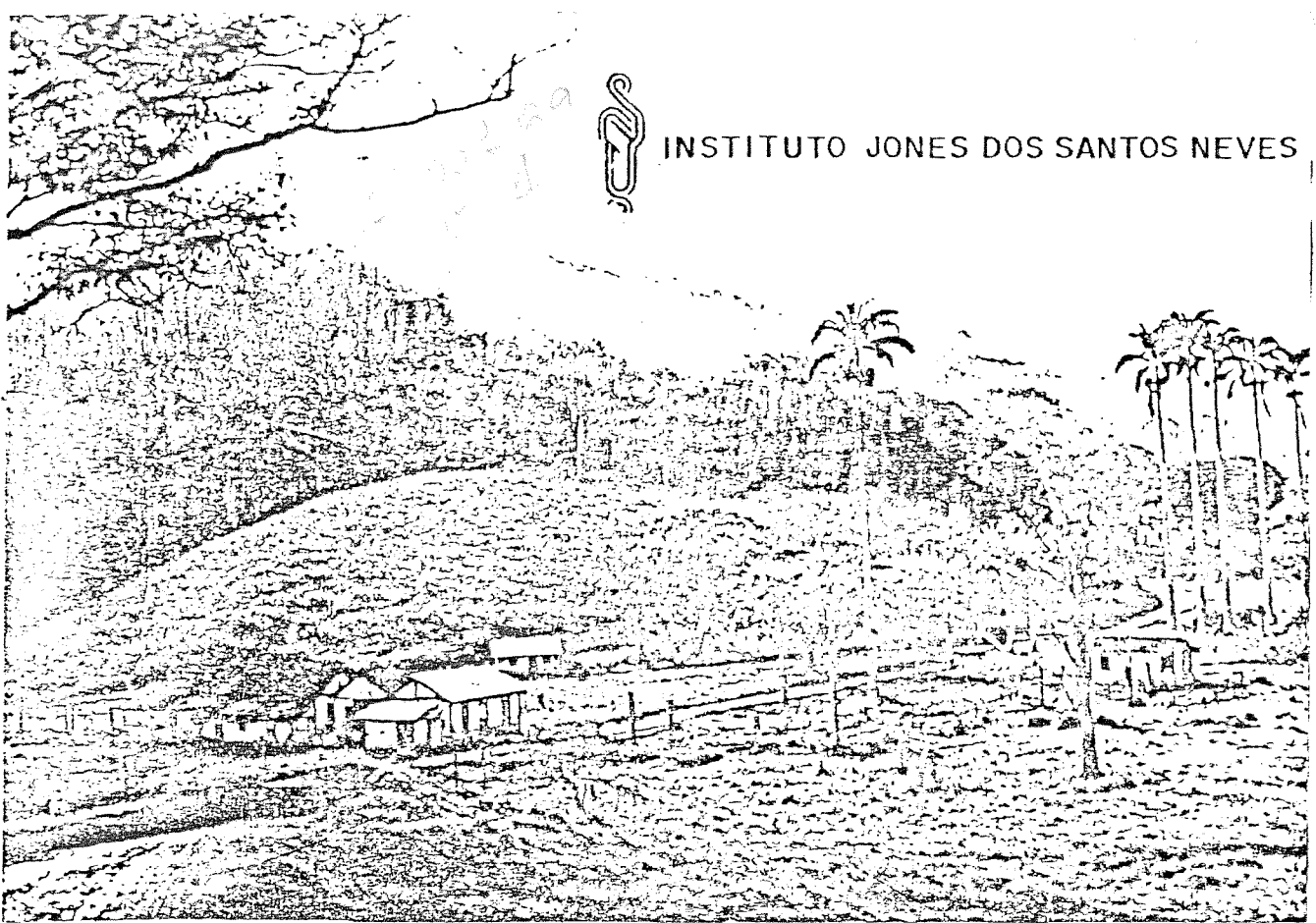




INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES



GOVERNO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO
COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO
GRUPO EXECUTIVO DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA
DO ESPIRITO SANTO

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL INTEGRADO

Região Programa II - COLATINA
relatório preliminar - volume I

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO
GRUPO EXECUTIVO DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DO ESPÍRITO SANTO
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL INTEGRADO

REGIÃO PROGRAMA II - COLATINA
RELATÓRIO PRELIMINAR - VOL. I

DEZEMBRO/82

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Eurico Vieira de Rezende

COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO

Octávio Luiz Guimarães

GRUPO EXECUTIVO DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DO
ESPÍRITO SANTO

Ricardo Santos

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

Orlando Caliman

EQUIPE TÉCNICA

COORDENADOR

Pedro José Mansur

GERENTE DE PROJETO

Bastiaan Philip Reydon

TÉCNICOS

Angela Maria Morandi

Carlos Teixeira de Campos Junior

Isabel Peres dos Santos

José Saade Filho

Marcelo Carneiro Santiago

Renato de Castro Gama

Roberto Garcia Simões

Rosemay Bebber Grigato

Sonia Maria Dalcomuni

AUXILIARES TÉCNICOS

Adelino Pinheiro Pires

Alexandre Belo dos Santos

Augusto César Gobbi Fraga

Carlos Roberto Souza Escovedo

José Antonio Buffon

Julimar Ferreira Lopes

Lucilene Morandi

Madalena de Carvalho Nepomuceno

Marcos Benevenuto Neves

Miriam Kátia Lorenzoni

Sueli Mattos de Souza

Tania Maria Crivilin

Yara Paiva

Zelmar Carneiro Bernardino

ASSESSORIA ESTATÍSTICA

Antonio Celso Dias Rodrigues

ÍNDICE	PÁGINA
1. INTRODUÇÃO	5
2. ASPECTOS METODOLÓGICOS	7
2.1. ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	7
2.2. DESENVOLVIMENTO DE INDICADORES ESTATÍSTICOS	14
2.3. CARTOGRAFIA	35
3. CARACTERIZAÇÃO GERAL DA REGIÃO PROGRAMA II - COLATINA	37
3.1. CONDIÇÕES NATURAIS	39
3.2. ESTRUTURA FUNDIÁRIA	43
3.3. PRINCIPAIS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS	49
3.4. CONDIÇÕES TÉCNICAS	60
3.5. MERCADO DE TRABALHO	64
3.6. COMERCIALIZAÇÃO	72
3.7. POLÍTICA AGRÍCOLA	74
4. COMPLEXOS	85
4.1. COMPLEXOS CAFÉ	86
4.2. COMPLEXO TOMATE	105
4.3. COMPLEXO CAFÉ/PECUÁRIA	108
4.4. COMPLEXOS PECUÁRIA	112
4.5. COMPLEXO LAVOURAS TEMPORÁRIAS	119
5. CONCLUSÕES PRELIMINARES	123

O presente trabalho consiste no Relatório Preliminar da Região de Colatina (Região Programa II), englobando 6 (seis) municípios: (Colatina, Pancas, Mantenópolis, Baixo Guandu, Itaguaçu, Itarana)¹. No mapa I pode-se observar que a região de Colatina faz limites ao norte com a região de Nova Venécia, ao sul com a região de Vitória, a leste com a região de Linhares e ao oeste com Minas Gerais.

A metodologia empregada, de se partir de uma análise municipal para uma regional, num primeiro momento, apreendendo a dinâmica interna da intervenção estatal da produção e da circulação de produção da região, não visa captar com profundidade os processos e relações inter-regionais.

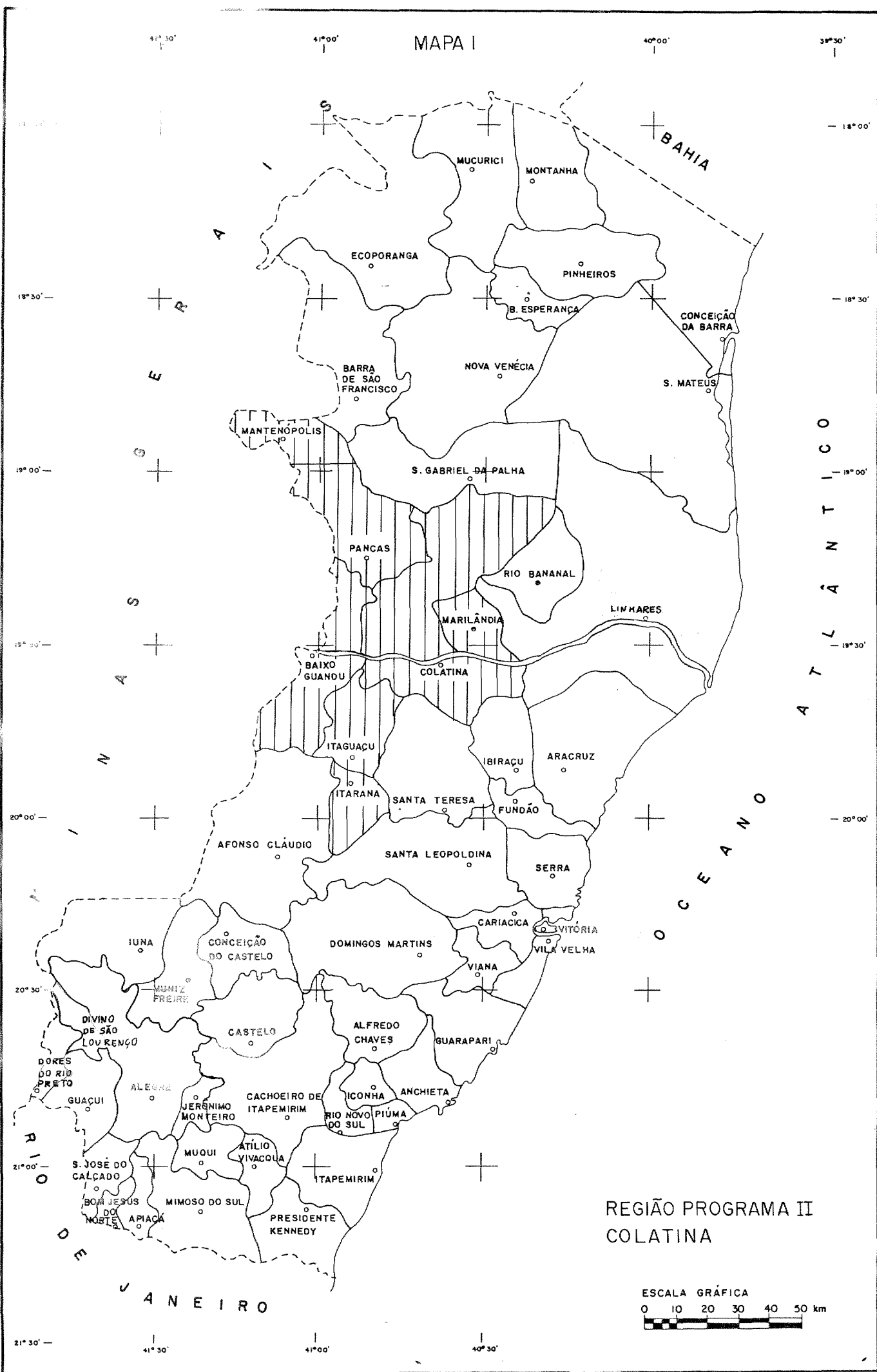
Neste sentido, após a conclusão dos Relatórios Preliminares das Regiões, far-se-á um estudo que abarque o todo do estado do Espírito Santo, procurando analisar as diversas relações que as regiões guardam entre si rompendo com os mesmos regionais e propondo inclusive uma nova regionalização.

Cabe frisar que o Relatório Preliminar de Colatina foi elaborado conjuntamente com os de Linhares e Nova Venécia, sendo que estes serão concluídos nos próximos meses. Para se completar a análise por região do Estado, resta apenas a elaboração do documento de análise referente à região de Vitória, o que será desenvolvido durante o 1º semestre de 1982.

Um aspecto fundamental dos Relatórios Preliminares é que estes permitem uma primeira ação integrada nas regiões. Isto é, durante a elaboração dos Relatórios Preliminares procura-se detectar os principais entraves

¹Os dados do município de Marilândia encontram-se englobados no município de Colatina.

MAPA I



REGIÃO PROGRAMA II
COLATINA



passíveis de intervenção imediata em cada região. Em seguida, elaborase um Plano Operativo de Curto Prazo, que visa estabelecer intervenções, estudos ou projetos de uma forma integrada a fim de romper com os principais entraves da região.

O primeiro volume do Relatório Preliminar da Região Programa II contém um diagnóstico a nível da região, uma espacialização da produção agrícola e uma análise aprofundada da dinâmica interna de cada espaço econômico representativo da região. Esta análise procura apreender, nas suas múltiplas facetas, as relações entre a estrutura produtiva, incluindo as formas de trabalho existentes, a comercialização da produção e a intervenção estatal.

No segundo volume, além de um relatório municipal (1ª etapa do trabalho) apresentam-se as tabelas suplementares utilizadas durante a análise, e um ensaio estatístico de conglomeração, e estimulação. Ensaio este que viabiliza uma análise mais apurada das informações, tanto para sua utilização a nível do Plano Operativo de Curto Prazo, quanto para o estudo a nível do Estado.

O último volume contém os mapas regionais da espacialização das principais culturas, além dos principais indicadores utilizados na confecção do Relatório Preliminar.

2.

METODOLOGIA

2.1. ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Os aspectos teórico-metodológicos que permeiam o presente trabalho são o resultado de avaliações críticas de toda uma experiência de planejamento no Estado, particularmente no que se refere à elaboração dos Planos Regionais realizados pelo Instituto Jones dos Santos Neves. O Espírito Santo está oficialmente dividido em cinco Regiões-Programa. Para cada uma delas foi elaborado um Plano Regional contendo o diagnóstico da Região e a proposição do plano propriamente dito, de que resultaram vários programas que posteriormente deveriam ser implementados através de projetos executivos.

Esta avaliação crítica tem como pano de fundo o entendimento do planejamento enquanto um processo. Ou seja, deve-se ter presente as interrelações entre os vários estágios do processo de planejamento (diagnóstico, formulação das políticas, elaboração e execução do plano) bem como, e principalmente, a progressiva reformulação do diagnóstico, da política de desenvolvimento, dos objetivos e dos instrumentos do plano.

O diagnóstico é fundamental para decidir o sucesso ou insucesso do processo que ele desencadeia. Não se quer dizer, no entanto, que um bom diagnóstico desencadeará, por si só um planejamento eficaz, mas certamente, este planejamento só se configurará como conseqüente na medida em que se dispuser de um bom diagnóstico. *Isto se dá pela simples razão de que apenas se pode planejar adequadamente aquilo que se conhece*¹.

¹Tamás Szmercsányi - *Alguns pressupostos teóricos do planejamento agrário*, mimeo.

Partindo deste ponto de vista, procedeu-se a uma revisão crítica da metodologia utilizada na elaboração dos diagnósticos das Regiões-Programas, levantando-se uma primeira ressalva referente ao tipo de tratamento estanque da Região-Programa, que impede a apreensão e explicitação das várias articulações com o restante da economia capixaba e mesmo com o Brasil, ao mesmo tempo em que o tratamento estanque dos vários aspectos da realidade da região em questão obscurece a verdadeira essência de sua dinâmica produtiva e econômica, além do caráter das relações entre os distintos agentes sociais da produção.

Um outro ponto crítico é a forma de utilização das informações estatísticas, onde são utilizados quase que exclusivamente os dados censitários, sendo a unidade menor o município como um todo. Desta forma, a análise qualitativa fica um tanto prejudicada na medida em que o município é tratado como um espaço homogêneo e além disso, as informações setorializadas esgotam-se em si mesmas não sendo possível detectar as várias articulações entre os diversos setores da economia.

Estas as principais críticas que se faz ao processo de entendimento da realidade estadual, além de que não se esgotam nesse aspecto os problemas que se apresentam ao processo de planejamento. Num outro nível, aparecem os problemas de ordem jurídica e institucional, onde a não articulação inter-órgãos estaduais setoriais e inter-níveis de governo (federal, municipal e estadual) torna permanente a separação entre os que planejam e os que executam as ações, quer sejam as planejadas quer sejam as decididas independente de planejamento.

Dito isto, passa-se agora a traçar efetivamente as linhas gerais do marco teórico e a metodologia utilizada para sua operacionalização nos limites do presente diagnóstico.

Primeiramente, entende-se a Região-Programa enquanto um espaço que possui suas especificidades quanto à produção. Tendo em vista que uma intervenção planejada a nível desta Região-Programa deve necessariamente passar pelo entendimento de sua estrutura produtiva, acredita-se que tal

entendimento deve ser alcançado através de um estudo do todo regional, ou melhor, da dinâmica da produção regional, ressaltando suas características gerais referentes à estrutura fundiária, condições naturais, principais produtos, condições técnicas da produção, mercado de trabalho, comercialização e rebatimento regional da política agrícola, estadual e federal. Mas o estudo para uma intervenção planejada na Região-Programa não se esgota aí: deve, acima de tudo, contemplar a dinâmica de cada uma de suas partes constitutivas, subespaços que guardam uma série de especificidades quanto a sua dinâmica interna. Dessa forma, a identificação das especificidades existentes aparece como ponto crucial para a elaboração do plano ou programa, uma vez que subespaços economicamente diferenciados demandam intervenções também diferenciadas.

Neste sentido, a base para uma intervenção nesses moldes deve centrar-se em uma regionalização econômica que, rompendo com as amarras político-administrativas dos municípios, busque identificar subespaços homogêneos sob a ótica da organização da produção apreendendo a dinâmica interna a cada subespaço específico e suas articulações com o exterior.

A tentativa de se atingir tal objetivo vem sendo norteadada pelos seguintes eixos:

- *Processo produtivo* - que engloba as relações homem-natureza, estrutura fundiária, uso do solo e relações de trabalho;
- *Processo de realização da produção* - que privilegia o estudo das cadeias de intermediação, singularidades do mercado e formas específicas de subordinação da produção a diferentes frações do capital, além dos pontos de estrangulamento enfrentadas para a realização da produção;
- *Organização social existente* - com ênfase colocada na distinção entre formas de organização da classe produtora e trabalhadora, aí incluindo a atuação de sindicatos, igrejas, etc..., também enfatizando a atuação das cooperativas e sua estruturação interna.

- *Intervenção do estado* - cujo rebatimento a nível da produção, comercialização e condições de reprodução do elenco de frações de classe identificadas na região, permeia toda a análise anteriormente explicitada.

Para a análise da região, centrada nos eixos listados anteriormente, pensou-se inicialmente, na utilização de informações secundárias, baseadas nas estatísticas dos censos agropecuário e demográfico de 1980 do IBGE, por setor censitário, combinadas a pesquisa direta junto aos técnicos locais da EMATER. As informações do censo de 1980 por setor censitário propiciavam a manipulação de dados recentes, com base espacial de reduzida dimensão, apresentando uma possibilidade de agregação não comprometida aos limites político-administrativos municipais. De qualquer forma, dos indicadores priorizados para a pesquisa (Estrutura Fundiária, Posse da Terra, Uso da Terra, Migrações, Relações de Trabalho e Culturas), apenas os quatro primeiros poderiam ser construídos a partir das informações secundárias, ressaltando a necessidade de trabalhar os dois últimos junto aos técnicos da EMATER, com os quais também estava previsto todo um questionamento acerca da organização da produção e sociedade locais.

A partir daí, passou-se ao mapeamento dos indicadores e a uma sistematização e análise das informações obtidas que resultou na feitura de relatórios municipais, contendo uma primeira aproximação da dinâmica da produção local, cuja análise ainda se mantinha restrita aos limites do município.

Cada indicador passa então a ser mapeado para toda a região, formando manchas por indicador. Sendo assim, os setores censitários que possuem as mesmas características formam uma mancha homogênea que pode ou não extrapolar os limites municipais.

A passagem das manchas por indicador para as manchas econômicas, inicialmente pensada como uma sobreposição dos indicadores através de uma determinada valoração, passa a se dar através da conjugação do indicador es

estrutura fundiária aparente ao indicador base, espacialização da cultura ou combinação de culturas. A noção de mancha econômica ou de produção, surge, então, quando num determinado espaço, a atividade econômica dominante conjugada com a estrutura fundiária correspondente reflete a forma geral de reprodução daquela economia.

O problema que aí se coloca é que dificilmente se encontra uma porção de espaço onde se identifica uma única cultura ou atividade econômica dominante. Normalmente essa atividade dominante aparece articulada a outras atividades, subsidiárias, concorrentes ou associadas, articulação esta que de certa forma mantém e reproduz aquela economia.

O estudo dessas articulações e seu significado passa pela utilização dos indicadores restantes e de todas as informações obtidas junto aos técnicos da EMATER, já preliminarmente sistematizadas nos relatórios municipais. Com isso, passa-se à análise da reprodução interna a cada mancha econômica, seguindo os grandes eixos anteriormente mencionados. O elemento central dessa análise seria a noção de complexo.

Desse modo, a noção de complexo se define por uma particular articulação de culturas e relações de produção, imprimindo uma determinada dinâmica à produção de cada espaço rural específico.

Verifica-se, até o momento, a possível existência de três diferentes tipos de complexo:

- *Complexo Unitário* - onde uma atividade simples e exclusiva é a grande responsável pela geração da renda local, sem a existência de outras atividades articuladas, subsidiárias ou não;
- *Complexo Combinado* - que se define pela conjugação de duas ou mais atividades determinadas por:
 - . *Estratégia de sobrevivência do pequeno ou micro estabelecimento*, onde a atividade articulada proporciona a subsistência da família do proprietário, ou permite a complementação de sua renda em atividades de ciclo longo.

- . *Estratégia de reprodução da força de trabalho*, onde a atividade articulada, de subsistência, ajuda a complementar a remuneração da força de trabalho, quase sempre do meeiro;
 - . *Estratégia empresarial*, onde restrições de mercado limitam o desenvolvimento de certas atividades, levando a uma articulação com outras. É mais comum em grandes estabelecimentos, principalmente nos que produzem café, onde as restrições pelo lado do mercado de trabalho impõem o aproveitamento de grande parte da área ocupada pelo estabelecimento na exploração da pecuária extensiva que demanda pouca mão-de-obra;
 - . *Condições de relevo*, onde restrições de ordem natural implicam em determinada diversificação agrícola. É o caso dos terrenos declivosos onde a cultura do café se localiza nas encostas e a pecuária, ou milho, por exemplo, nas baixadas.
- *Complexo Excludente*, onde duas ou mais culturas articuladas tendem a se excluírem, ou seja, a expansão de uma delas implica necessariamente na retração da outra. O maior exemplo para esse complexo pode ser obtido na articulação pecuária-cana.

O entendimento de cada complexo passa necessariamente pela sua análise interna e externa.

A análise de suas relações internas acompanha os seguintes eixos:

- Caracterização da cultura e condições naturais da produção;
- Estrutura fundiária segundo o número de estabelecimentos e área ocupada por cada estrato, com base no setor censitário;
- Comercialização;
- Intervenção do estado na produção e comercialização;
- Definição do complexo.

Esta análise também engloba a identificação e estudo dos bolsões internos ao complexo. Entende-se por bolsão, a delimitação geo-econômica de alguma cultura ou de um determinado grupo de culturas combinadas e/ou emergentes que sobrevivem no interior do complexo. A importância do bolsão é caracterizada pela concentração da cultura ou da combinação de culturas no seu interior ou pela importância estratégica das mesmas no conjunto da produção da Região-Programa.

A análise de suas relações externas, implica na manipulação de informações censitárias de caráter mais dinâmico que permitem comparar e visualizar a situação da Região-Programa em momentos distintos, propiciando um entendimento das articulações entre os complexos que vai ser contrastado às informações obtidas em fontes primárias. Para tanto, utiliza-se de estatísticas dos Censos Agropecuário e Demográfico, do IBGE, de 1960, 1970 e 1975, referentes a estrutura fundiária, progresso técnico, produtos dinâmicos e comportamento da população urbana e rural.

2.2. DESENVOLVIMENTO DE INDICADORES ESTATÍSTICOS

Uma das questões centrais colocadas para o desenvolvimento do trabalho dentro da perspectiva ensejada, seria avaliar as possibilidades de utilização de estatísticas secundárias na delimitação do espaço analítico. Isto, porque, conforme já visto, interessa antes de tudo, conhecer de que maneira se distribui no espaço as diversas formas de exploração agrícola, a atividade econômica que, em última instância, garante a sobrevivência desta ou daquela comunidade.

Este objetivo implica, de imediato, em isolar no universo considerado, no caso a Região-Programa II, certas manchas homogêneas que, por suas características aparentes, possam vir a se configurar enquanto regiões econômicas; evita-se desta forma, todo um trabalho exaustivo de pesquisa direta que, nas atuais circunstâncias, é técnica e financeiramente inviável.

Isto cria, para a utilização de dados secundários, um pré-requisito técnico, já que a maioria das estatísticas disponíveis são agregadas por municípios e distritos, comprometendo, assim, a noção de espaço econômico contínuo, que, via de regra, não corresponde às divisões político-administrativas inter e intra-municipais.

Os dados cadastrais tipo INCRA, GECOFA/EMESPE etc, que permitem reconstituir de forma pontual as estatísticas produzidas são de difícil acesso e, mesmo que fosse o contrário, consumiriam um volume enorme de recursos e tempo para a sua utilização satisfatória, sem contar que a sua comparabilidade com outros tipos de informação, com os Censos, por exemplo, é muito baixa, o que dificultaria qualquer tipo de controle estatístico, imprescindível a este tipo de estudo.

Resumindo, para que a utilização de estatísticas secundárias seja possível, na delimitação do espaço analítico, seria necessário encontrar um meio-termo entre os níveis extremos de agregação/desagregação: no caso, censos e cadastros.

Do material disponível, o que apareceu com mais condições de preencher os requisitos acima expostos, são as informações contidas na *Folha de Coleta do Recenseador*, instrumento de trabalho do IBGE utilizado no controle das atividades de campo do Censo Agropecuário, assim como uma possível estimativa preliminar dos resultados.

Esta *Folha de Coleta* registra, setor por setor censitário todos os estabelecimentos, segundo: área total; área de lavoura temporária e permanente; pessoal ocupado; número de tratores, de bovinos, de suínos e de aves; a condição do produtor e a propriedade das terras do estabelecimento.

As vantagens da utilização do Setor Censitário enquanto unidade de informação, seriam: sua reduzida dimensão; a comparabilidade inter-censitária; a possibilidade de agregação sem comprometimentos dos limites político-administrativos municipais e a existência de informações recentes (dezembro de 1980).

2.2.1. FONTE DOS DADOS BÁSICOS

Para desenvolvimento de indicadores:

- Boletim-resumo do Censo Agropecuário de 1980;
- Folhas de Coleta, por setores, do Censo Agropecuário de 1980;
- Boletim-resumo do Censo Demográfico de 1980.

Para controle da concisão:

- Censos Agropecuários de 1970 e 1975;
- Censos Demográficos de 1970 e 1980;
- Dados preliminares do Censo Agropecuário de 1980;
- INCRA - Cadastro Preliminar de 1978;
- Dados de Produção Agrícola Municipal PAM, 1975 a 1980.

Setor Censitário é uma divisão espacial estabelecida pelo IBGE para efeito de recenseamentos. Compreende uma fração do território municipal passível de ser coberta por um só recenseador (em média 250 domicílios). Esta divisão é denominada malha censitária e é ajustada a cada censo sendo que, como se presta tanto ao Censo Demográfico como ao Agropecuário, definida a partir do primeiro, tende a não apresentar qualquer critério de repartição segundo a lógica agrícola.

Cada recenseador, uma vez concluído o seu trabalho de campo, deve preencher uma folha de coleta constando, para cada propriedade, os dados já mencionados que, por sua vez, são consolidados na agência municipal do IBGE em boletins-resumo por setores censitários.

Apresentamos a seguir um exemplo de folha de coleta e de boletim-resumo, sendo que, por razões de sigilo, tivemos o cuidado de, ao copiar os dados no IBGE, omitir os nomes dos proprietários e dos estabelecimentos.

Estes foram os principais dados utilizados para a elaboração dos indicadores, sendo que se dispõe também de um mapa para localização espacial dos setores. Os outros dados foram utilizados mais para controle e serão discutidos quando se falar da construção dos indicadores.

CENSO AGROPECUÁRIO - 1980 - FOLHA DE COLETA

MUNICÍPIO: Marilândia

DISTRITO: Marilândia

Nº DO SETOR: 99

CÓDIGO		ÁREA DO ESTABELECIMENTO				PESSOAL OCUPADO (13)	TRATORES (14)	EFETIVOS DA PECUÁRIA		
PRODUTOR (7)	PROPRIETÁRIO (8)	UNIDADE DE SUPERFÍCIE EQUIVALEN- CIA EM MÊTROS (9)	TOTAL (10)	LAVOURA PERMANENTE (11)	LAVOURA TEMPORÁRIA (12)			BOVINOS (15)	SUÍNOS (16)	AVES (17)
1	1	ha	80,5	30	8	11	-	13	9	35
1	1	ha	150	75	10	31	3	45	-	-
1	1	ha	165	40	15	12	1	37	31	90
1	1	ha	115	45	8	16	1	30	28	165
1	1	ha	150	50	10	12	1	17	16	100
1	1	ha	1	1	-	1	-	-	12	55
1	1	ha	110	40	5	33	1	20	18	120
1	1	ha	15	10	3	8	1	-	8	90
1	1	ha	25	20	2	8	-	-	13	130
1	1	ha	100	35	10	17	1	19	18	160
1	1	ha	45	20	1	9	-	37	13	180
1	1	ha	45	15	7	6	-	7	16	50
1	1	ha	150	60	5	13	1	25	4	80
1	1	ha	75	15	10	14	-	24	28	280
1	1	ha	106	40	10	28	-	15	-	-
1	2	ha	50	20	3	10	-	-	-	-
1	1	ha	27	10	-	4	-	7	6	60

continua

Continuação
 CENSO AGROPECUÁRIO - 1980 - FOLHA DE COLETA

MUNICÍPIO: Marilândia

DISTRITO: Marilândia

Nº DO SETOR: 99

CÓDIGO		ÁREA DO ESTABELECIMENTO				PESSOAL OCUPADO (13)	TRATORES (14)	EFETIVOS DA PECUÁRIA		
PRODUTOR (7)	PROPRIETÁRIO (8)	UNIDADE DE SUPERFÍCIE EQUIVALEN- CIA EM MÊ- TROS (9)	TOTAL (10)	LAVOURA PERMANENTE (11)	LAVOURA TEMPORÁRIA (12)			BOVINOS (15)	SUÍNOS (16)	AVES (17)
1	1	ha	38	10,5	0,5	2	-	5	-	40
1	1	ha	55	20	5	9	-	-	-	-
1	1	ha	150	27,5	7,5	8	-	69	26	100
1	2	ha	62,5	10	5	3	-	10	8	65
1	1	ha	100	30	7,5	8	-	-	2	20
1	2	ha	35	10	4	5	-	20	5	50
1	1	ha	30	27	-	6	-	-	-	60
1	1	ha	35	25	-	6	-	-	-	-
1	2	ha	130	10	3	13	-	17	-	-
1	1	ha	40	10	5	6	-	-	12	120
1	1	ha	65	16	10	7	-	21	23	90
1	1	ha	55	13	1	5	-	17	14	35
1	2	ha	52	20	-	6	-	9	59	150
1	1	ha	38,5	30	-	11	-	-	-	-
1	1	ha	60	12	-	3	-	15	11	80
1	1	ha	35	3	1	2	-	-	-	-
1	1	ha	50	5	-	7	-	40	-	-

continua

Continuação

CENSO AGROPECUÁRIO - 1980 - FOLHA DE COLETA

MUNICÍPIO: Marilândia

DISTRITO: Marilândia

Nº DO SETOR: 99

CÓDIGO		ÁREA DO ESTABELECIMENTO				PESSOAL OCUPADO (13)	TRATORES (14)	EFETIVOS DA PECUÁRIA		
PRODUTOR (7)	PROPRIE- TÁRIO (8)	UNIDADE DE SUPERFÍCIE EQUIVALÊN- CIA EM MÊ- TROS (9)	TOTAL (10)	LAVOURA PERMANENTE (11)	LAVOURA TEMPORÁRIA (12)			BOVINOS (15)	SUÍNOS (16)	AVES (17)
1	1	ha	55	15	-	5	-	-	-	-
1	1	ha	90	25	3	5	-	-	-	160
1	1	ha	95	35	5	9	-	18	15	80
1	1	ha	15	10	-	8	-	17	8	80
1	1	ha	12,5	2	3	6	-	-	-	-
1	1	ha	50	20	3	8	-	-	-	-
1	1	ha	32	25	2	11	1	-	18	100
1	1	ha	110	20	-	11	1	45	-	-
1	2	ha	18	7,5	-	3	-	-	8	150
1	1	A.	2,5	1,5	0,5	6	-	-	-	-
1	1	A.	1	0,3	0,1	4	-	-	-	-
1	1	ha	5	2,5	1,5	1	-	-	15	35
1	1	ha	40	10	1	3	-	-	-	-
1	1	ha	195	80	5	33	-	23	8	148
1	2	ha	30	15	-	6	-	-	-	-
1	1	ha	30	20	4	6	-	-	-	-
1	1	ha	196	80	6	22	1	120	23	80
1	2	ha	55	45	5	10	-	-	-	-

continua

Continuação

CENSO AGROPECUÁRIO - 1980 - FOLHA DE COLETA

MUNICÍPIO: Marilândia

DISTRITO: Marilândia

Nº DO SETOR: 99

CÓDIGO		ÁREA DO ESTABELECIMENTO				PESSOAL OCUPADO (13)	TRATORES (14)	EFETIVOS DA PECUÁRIA		
PRODUTOR (7)	PROPRIETÁRIO (8)	UNIDADE DE SUPERFÍCIE EQUIVALÊN CIA EM MÊ TROS (9)	TOTAL (10)	LAVOURA PERMANENTE (11)	LAVOURA TEMPORÁRIA (12)			BOVINOS (15)	SUÍNOS (16)	AVES (17)
1	1	ha	15	10,5	2	5	-	-	23	90
1	1	ha	26,2	15	6	7	-	-	14	50
1	1	ha	75	25	2	11	-	-	-	-
1	1	ha	12,5	7,5	0,5	5	-	-	-	110
1	2	ha	7,5	7	-	11	-	-	-	110
1	1	ha	50	7	-	8	-	-	-	-
1	1	ha	104	10	5	5	-	114	-	-
1	1	ha	3,6	1,2	2,0	4	-	-	12	70
1	1	ha	30	7,5	-	3	-	10	23	120
1	1	ha	30	7,5	0,5	1	-	17	-	30
1	1	ha	90	32,5	10	12	-	-	-	-

2.2.2. TABULAÇÃO E ESTRATIFICAÇÃO DOS DADOS

Considerando-se o marco analítico anteriormente delineado, que privilegia a estruturação fundiária enquanto elemento diferenciador na organização do espaço, em detrimento das outras variáveis que teriam uma função mais explicativa na construção dos complexos - sem falar, é claro, na atividade econômica em si - foram desenvolvidas tabelas, setor a setor censitário, sendo que todas as informações eram cruzadas com a variável *tamanho do estabelecimento*. Como os dados estão arquivados em fitas de computador torna-se possível, caso haja interesse, qualquer outra distribuição.

Para a definição dos intervalos dos estratos considerou-se as distribuições tradicionalmente efetuadas pelo IBGE, sendo que no nosso caso não interessava o fracionamento no grupo - + de 1.000, em 1.000 a 10.000 e acima de 10.000, dada a pouca expressividade destes na região, bem como achou-se necessário decompor o grupo 10-100ha em 10-50 e 50-100ha. Desse modo os dados foram tabulados segundo a estratificação que se segue:

- . Até 10ha
- . 10 a 50ha
- . 50 a 100ha
- . 100 a 500ha
- . 500 a 1.000ha
- . Acima de 1.000ha*

Quando do desenvolvimento de indicadores a nível municipal se utilizou os estratos agregados em -- 0-10, 10-100, 100-500 e mais de 500ha. No segundo momento, para a análise regional, procedeu-se a outra agregação, na forma seguinte -- 0-50, 50-100, 100-500 e acima de 500, o que, segundo a conceituação adotada representavam, respectivamente, pequenas, médias, grandes e muito grandes propriedades.

*No Anexo II encontram-se reproduzidas todas as tabelas obtidas.

2.2.3. A SELEÇÃO DOS INDICADORES - O PLANEJAMENTO ENQUANTO PROCESSO

Da conjugação entre o que se pudesse obter dos dados secundários do IBGE e do que fosse possível resgatar da experiência dos técnicos da EMATER nos municípios se estabeleceria os primeiros diagnósticos acerca da situação regional. Evidentemente este é um processo contínuo, já que haveria uma troca de informações multilateral em que os conhecimentos de cada lado se enriqueceriam com os dos outros de modo a aproximar-se o mais possível da realidade. Assim sendo, seria necessário estabelecer-se um primeiro conjunto de indicadores que permitisse à equipe do Instituto Jones dos Santos Neves, um primeiro contato com a realidade a ser discutida, bem como estabelecer os primeiros marcos acerca dos objetos em discussão. Posteriormente, já em um segundo momento, com os dados originais enriquecidos pela participação da EMATER, dos sindicatos, igreja e outros organismos que na região atuem, quando torna-se necessário regionalizar economicamente o espaço, novos indicadores devem ser desenvolvidos. E ainda um terceiro momento existiu, já com os complexos definidos conforme proposta já discutida no marco teórico deste documento (Aspectos Teóricos-Metodológicos), quando se tenta aprofundar ainda mais o conhecimento acerca da composição desigual e combinada das manchas obtidas, assim como se discute possibilidades outras de agregação do espaço segundo princípios de conglomeração e índices estimuladores. Discutamos, momento a momento, a construção desses indicadores:

1) Necessidades versus limitações - a seleção dos primeiros indicadores:

A questão que se colocava para a equipe no início deste trabalho era: que tipo de indicador, calculado sobre dados secundários, garantiria com um razoável grau de segurança, um conhecimento prévio acerca das especificidades intra-regionais? A literatura específica apontava para um grupo de seis indicadores, a saber:

2.2.3.1. MIGRAÇÕES

Este indicador, uma vez calculado, possibilitaria adquirir alguns conhecimentos acerca de certas características econômicas que, em geral, estão tão associadas aos movimentos de população, como estagnação, alteração

do pólo de dinamismo nos diversos ramos do setor primário; etc., tendo em vista que os assentamentos populacionais são determinados pela forma de organização da produção, pelas alterações na alocação espacial e setorial de recursos e pela conseqüente distribuição desigual das oportunidades econômicas. Tratava-se, portanto, de estabelecer pontos de inferência e formulação de hipóteses que deveriam ser corroboradas junto aos técnicos da EMATER, nos vários municípios.

2.2.3.2. ESTRUTURA FUNDIÁRIA

Embora seja desnecessário justificar a importância deste indicador, convém esclarecer que já se sabia desde o início, que os dados disponíveis não ofereciam informações seguras acerca da estrutura fundiária real, considerando-se os tamanhos de frações de áreas apropriadas pelos diversos proprietários individualmente, sendo, portanto, aconselhável sua leitura agregada ao indicador de posse da terra, caso se queira ponderar os valores de magnitude da apropriação do espaço.

2.2.3.3. RELAÇÕES DE TRABALHO

Importava aqui conhecer de que forma se dava a alocação deste importante fator de produção nas suas variantes clássicas: mão-de-obra familiar, parceria, e as várias formas de assalariamento.

2.2.3.4. USO DA TERRA

Dirigindo, se possível, o parâmetro da área utilizada em lavouras permanentes, temporárias, pecuária de corte e leiteira, reflorestamento, descanso, matas e florestas naturais, bem como as terras inaproveitadas e inaproveitáveis.

2.2.3.5. POSSE DA TERRA

Pelas razões já discutidas anteriormente, este indicador deveria indicar não só a condição - efetiva ou transitória - da posse da terra, bem

como isolar de forma completa as propriedades não exploradas pelos próprios proprietários.

2.2.3.6. CULTURAS

Zona rural foi tomada aqui mais como um espaço onde se processa uma exploração agropecuária, do que como um limite físico-político e mesmo dissociada da noção clássica de setor primário da economia, pois neste caso, haveria que se considerar dados extrativos minerais e animais. Estas atividades seriam observadas no estudo de campo. Entretanto, não foi possível localizar internamente aos municípios, os dados sobre culturas, sendo neste caso, restringida a análise sobre a atividade econômica às informações colhidas junto às agências da EMATER-ES.

Pela relação das informações constantes da Folha de Coleta, já se pode perceber que, afóra para os indicadores estrutura fundiária, uso da terra (com ressalvas) e posse da terra, não seria possível estabelecer-se, a nível de setor censitário nenhum indicador. Assim sendo, para estes casos, considerou-se como unidade de referência, o município como um todo e desenvolveu-se indicadores dinâmicos tomando como datas 1970, 1975 e 1980.

2.2.4. CONSTRUÇÃO DOS INDICADORES

2.2.4.1. MIGRAÇÕES/POPULAÇÃO

A experiência anterior, com a Região Programa V, demonstrou que a tentativa de se comparar a malha censitária de 1970 com a de 1980, para efeito de cálculo do saldo migratório bruto, deixava a desejar, já que a existência de vários povoados a partir de 1970 dificultavam sobremaneira as comparações. Assim sendo, calculou-se apenas para o total do município as taxas brutas de migração e a de urbanização. Por setor, foram calculadas apenas as densidades demográficas em 1980, sendo que os dados são

aproximados já que a área do setor foi obtida por planimetragem em cópias heliográficas de pouca precisão.

Este indicador, setor a setor, permitiria comparar os estoques populacionais existentes com o grau de utilização de mão-de-obra no setor e, a partir daí, inferir-se informações sobre trabalhadores volantes, bolsões de desemprego, etc.

2.2.4.2. ESTRUTURA FUNDIÁRIA

Preliminarmente, convém ressaltar, conforme já frisado no item 2.2.3.2, que se tratará aqui de um indicador de Estrutura Fundiária Aparente, pois a conceituação de estabelecimento rural adotada pelo IBGE privilegia a posse, e não a propriedade do estabelecimento. O indicador posse da terra, também calculado permite avaliar de forma aproximada o grau de concentração fundiária.

Admitindo-se a noção de estrutura fundiária aparente, admite-se por conseguinte que, ao menos enquanto hipótese de trabalho, estabelecimento é igual a propriedade, o que de fato não ocorre. Entretanto, este processo já dá uma idéia bem aproximada da situação, posto que a maioria dos estabelecimentos é explorada pelos próprios proprietários.

O nosso indicador deve considerar por setor, o número de propriedades segundo a sua dimensão, associada à área total ocupada. Como a área ocupada tende a privilegiar as propriedades maiores, assim como o número de estabelecimentos privilegia as menores, optou-se por manter os dois indicadores. Desta forma, foi calculada a participação de cada estrato de área no setor, seja quanto ao total de propriedades, ou à totalidade da área ocupada:

$$\frac{a_i \cdot x}{\sum a}$$

que seria a proporção de estabelecimentos do estrato i no setor x , em relação ao total de estabelecimentos na Região-Programa.

Posteriormente foram trasladados para mapas em escala 1:50.000 com o contorno dos setores censitários, estas informações de modo a permitir uma rápida visualização da concentração/dispersão fundiária no setor. Para tanto foi necessário estabelecer-se convenções que caracterizassem uma dominância ou subdominância de alguns estratos em relação a outros menos expressivos.

Para tanto foi preciso estabelecer um critério de dominância. Segundo a definição adotada, seria dominante o estrato que obtivesse valor modal de distribuição e subdominante o seguinte, desde que o dobro da diferença entre o segundo e o último elemento da classe fosse igual ou maior ao valor encontrado para o primeiro elemento. Caso contrário, não haveria subdominância.

2.2.4.3. RELAÇÕES DE TRABALHO

A única informação existente nas folhas de coleta do Censo Agropecuário de 1980 era o número total de pessoas ocupadas por propriedade e, consequentemente, por setores e municípios. Nada existe acerca das relações de trabalho embora fosse possível estabelecer-se algum tipo de inferência para apresentar à apreciação dos técnicos que militam na região (EMATER e outros). Enquanto inferência não teria sentido efetuar e mapear os cálculos já que dependeriam ainda da confirmação *in loco*, o que impediu que procedêssemos o desenvolvimento do método que permitiu avançar nas discussões acerca das relações de trabalho.

Partiu-se, para estas inferências, de uma premissa básica, a de que o tipo de relação de trabalho estaria associado, por um lado, ao tamanho da propriedade e, por outro ao tipo de exploração desta mesma propriedade (uso da terra).

Para tanto, teria que se estabelecer uma relação de dependência, da seguinte forma: a variável Y (digamos, a relação de trabalho parceria, por exemplo), dependeria das variáveis X_1 e X_2 (no caso, por exemplo, pequena propriedade e lavoura permanente) e o grau de influência destas duas variáveis exógenas sobre a primeira, no caso X_i ($i = 1,2$) sobre Y deve

considerar o contexto sinérgico das variáveis explicativas (X_1 , X_2), isto é, admitindo-se mútua influência entre essas últimas ou um efeito iterativo entre elas.

Os Censos Agropecuários de 1970 e 1975 demonstram diretamente esta dependência, de forma mais significativa para a estrutura fundiária, observando-se que:

- No conjunto de estabelecimentos de até 10ha existentes na Região - Programa, 90% da mão-de-obra ocupada é exclusivamente familiar;
- No conjunto de estabelecimentos entre 10 e 100ha, 93% da mão-de-obra está concentrada nos estratos mão-de-obra familiar e parceria;
- A partir de 100ha, a frequência da categoria familiar vai para menos de 2% e a parceria para menos de 17%.

Vale dizer, segundo o princípio da causalidade, que a probabilidade de Y condicionada à ocorrência de Y_1 , supera a probabilidade de ocorrência de Y , isto é: $P(Y/X_1) > P(Y)$. O mesmo ocorre para X_2 $P(Y/X_2) > P(Y)$.

Comprovada a hipótese inicial, o problema consistiu em levantar, por setores censitários, o número de pessoas ocupadas segundo o estrato de tamanho das propriedades e o uso do solo, indicando conforme a predominância de um ou de outro tipo, qual(is) seria(m) a(s) relação(ões) de trabalho mais provável(eis) de existir no setor. Esta lei geral foi submetida a testes de campo junto aos especialistas da EMATER. Outro ponto de apoio para avaliação dos volantes foi o mapa de densidade demográfica conforme já salientamos anteriormente.

2.4.4.4. USO DA TERRA

A folha de coleta acusava, por propriedade, a área total, a área de lavoura permanente e a área de lavoura temporária, assim como o número de cabeças de bovinos, suínos e aves. A única possibilidade que se teria,

ã, seria calcular algumas relações entre estes usos e, caso as lavouras, isoladamente, não apresentassem dominância, o indicador ficaria em parte, comprometido já que a relação boi/ha considerando-se somente a diferença entre área total e áreas de cultura, para efeito de denominador apresenta variações reais que dificultam mensurar o papel dos outros usos (terras em descanso, matas naturais e plantadas, terras inaproveitadas e inaproveitáveis).

Como parâmetro para interpretação das relações médias de bois (por ha) e suínos e aves (por propriedades), utilizou-se das médias municipais já conhecidas.

2.2.4.5. POSSE DA TERRA

Neste caso não se desenvolveu um índice na acepção técnica do termo, mas apenas se calculou, por setores, quantos estabelecimentos eram explorados pelos proprietários e os que eram explorados por arrendatários, parceiros e ocupantes sendo que, em todos os casos, levantou-se além da condição do produtor em relação às terras do estabelecimento, a condição de propriedade das terras, se:

- Individual
- Em condomínio
- Sociedade Anônima
- Do governo
- De instituição pia ou religiosa
- De cooperativas

Convém esclarecer que a condição de parceiro que aparece enquanto condição de produtor refere-se apenas àqueles produtores que administram a sua parceria a modo de proprietário, sendo que os demais parceiros aparecem enquanto relação de trabalho. Trata-se, em verdade, de um tipo de arrendamento em que o pagamento se dá de forma variável.

2.2.5. A NOÇÃO DE REGIÃO HOMOGÊNEA PELA AGREGAÇÃO DE MANCHAS DE DOMINÂNCIA POR SETORES

Conhecendo-se a dominância, setor a setor, de cada tipologia de estrutura fundiária, bem como a variação interna entre elas das outras variáveis que lhe dão especificidades, e tendo sido levantado junto às agências municipais da EMATER os setores de produção - manchas de dominância de algum produto agropecuário segundo valor gerado - seria possível uma primeira aproximação econômica regionalizada pela superposição (overlays) das cartas obtidas. Ocorre que, se para os dados obtidos junto ao IBGE não havia maiores problemas quanto a limites das manchas, o mesmo não ocorria em relação às manchas desenhadas pelos técnicos, já que os contornos eram bem aproximados. Para garantir que os limites definitivos dos complexos que seriam deduzidos principalmente com estas informações fossem mais precisos, bem como checar de forma mais efetiva uma informação dada de modo pouco preciso, foi desenvolvido um modelo de testes que garantisse a qualidade da mancha final. Este foi o segundo momento da construção de indicadores que mencionamos anteriormente, e inicia por um exaustivo cruzamento das informações constantes das folhas de coleta do Censo Agropecuário, de modo a permitir o estabelecimento de algumas leis que balizassem o processo comparativo. Esses cruzamentos, em forma de índices, estão no anexo V. Vejamos a seguir o modelo de testes adotado.

2.2.5.1. AVALIAÇÃO DO MAPEAMENTO, SEGUNDO SETORES DE PRODUÇÃO

O IBGE publica, anualmente, uma estimativa da produção agrícola municipal (PAM) o que permite calcular o peso específico de cada cultura no valor total gerado pela produção agrícola o que permite, por sua vez, determinar-se quais, dentre elas, tem expressividade suficiente para merecerem constar de manchas específicas de produção ou, caso contrário, caracterizar um certo *modus* produtivo no município.

Com os dados do PAM é possível também calcular a relação - cultura, a cultura ou correlacionando-as - entre o valor gerado e a área colhida. Os

estudos desenvolvidos regularmente pela Fundação CEPA-ES, acerca dos custos de produção para as principais culturas produzidas no Estado permitem corrigir estes valores de forma a obter-se o valor líquido obtido considerando-se a margem de lucro de cada atividade.

A partir daí dois tipos de leis podem ser estabelecidas para cada município:

1ª) Lei de Distribuição, definida pela expectativa, no sentido probabilístico do termo, de ocorrência da concentração da cultura i (P_i).

$$P_i = a_i \frac{n}{\sum_i a} - b_i$$

Sendo:

a_i = Proporção do valor gerado pela cultura i no valor total

$\frac{n}{\sum_i a}$ = Total do valor gerado

b_i = Coeficiente linear de correção (para dar conta de certas especificidades como pulverização, presença física de atividades e condômica versus valor gerado, etc).

2ª) Lei, ou melhor, Princípio de Equivalência, que seria definido pela combinação desigual entre o valor líquido gerado por hectare produzido, e que tem seu correspondente matemático no coeficiente de ponderação.

Conhecendo estas leis gerais por município e existindo informações exatas por setores censitários, das quais a cultura aparece claramente como variável dependente (no caso de uso do solo) e, sendo possível superpor as manchas por setores de produção com as de setores censitários seria plausível proceder-se a uma avaliação dos dados originais. Para dar mais concreção ao processo metodológico adotado, tomamos o caso do município de Baixo Guandu e do setor censitário 15, na Região-Programa de Colatina.

A participação das culturas no valor gerado em 1980 era a seguinte:

- Café	33%
- Arroz	10%
- Feijão	7%
- Mandioca	4%
- Milho	32%
- Tomate	9%
SUBTOTAL	95%
- Outros	5%
TOTAL	100%

Considerando-se o valor obtido por ha em 1980 para cada um destes produtos (em função do nível de produtividade médio de cada um, dos preços nominais vigentes e da margem de lucro de cada um) teríamos, tomando o café como base, (pese 100):

- Café	100
- Arroz	83
- Feijão	90
- Mandioca	112
- Milho	28
- Tomate	1.100
- Banana	66
- Pecuária	23

Isto significa que o valor líquido por um ha de café só pode ser igualado ou superado por meio de quatro ha de milho e assim por diante.

Para calcular-se a relação referente à pecuária tomou-se como base informações da EMFCPI e do Censo 1975 sobre, vendas, abates, % de desfrute, comercialização de leite e número médio de bois por ha na região.

De posse dessas informações é possível checar, setor a setor censitário, os mapeamentos desenvolvidos desde que se considere uma certa lógica embutida no teorema das probabilidades totais. Os símbolos abaixo são os

comumente utilizados em lógica e significam:

" \rightarrow " para abreviar "se..., então"

" \leftrightarrow " para abreviar "se... e somente se"

" ϵ " para abreviar "e"

" $>$ " para abreviar "maior que"

" $<$ " para abreviar "menor que"

Além disto, utilizaremos:

I, que significa relação média de bois por cada grupo de 100ha.

PLP, que significa o percentual ocupado com lavoura permanente.

PLT, que significa o percentual ocupado com lavoura temporária.

BAIXO GUANDU

Setor Censitário nº 15

Mancha de Cultura Original: Pecuária

Mancha de Cultura após primeira avaliação: Café-Pecuária sem dominância.

DISCUSSÃO:

Para que a pecuária fosse dominante dada a sua potencialidade de gerar valor seria necessária que:

$I > 100 < 150 \leftrightarrow PLP < 14 \epsilon PLT < 18$ ou

$I > 50 < 100 \leftrightarrow PLP < 9 \rightarrow PLT < 12$

Ora, nenhuma dessas condições é satisfeita. Passemos ao café, no caso, a única lavoura permanente expressiva no município. Para que ele fosse dominante seria necessário:

$PLP > 15 \leftrightarrow I < 100 \epsilon PLT \rightarrow 20$ ou

$PLP < 15 \leftrightarrow I < 100 \epsilon PLT \rightarrow 10$ ou

$PLP \geq PLT/1,2 \epsilon I < 100$

Também aí não são satisfeitas as condições. No caso das lavouras temporárias convém notar o seguinte: se a área utilizada nesta categoria fosse com tomate, então haveria dominância simplesmente se:

$$PLT > PLP \text{ e } I < 4.400$$

Já que 1ha de tomate é igual a 11ha de café e 44 de pecuária. Ou, mais precisamente:

$$PLT > PLP \times 11 \text{ e } I < 4.400$$

Ora, já no primeiro caso estaria satisfeita as condições. Caso fosse milho, que tem importância equivalente ao café no município seria necessário que:

$$PLT/4 > PLP \leftrightarrow I < 100 \rightarrow I \neq 0$$

e esta condição também é satisfeita, sendo que, neste caso, como são poucas as diferenças:

$$830 \div 4 > 205 \leftrightarrow I = 77 < 100$$

o milho teria apenas uma dominância discreta, não podendo, neste caso, formar um setor de produção isoladamente já que, pela própria tradição agrícola, ele é plantado de forma combinada com o café. Como não se sabe qual é a cultura temporária aí existente trabalhemos com um valor médio, sem o tomate, que assumiria um peso 82, em relação ao café. Neste caso, para que estas culturas fossem dominantes seria necessário que:

$$PLT > PLP \times 1.22 \leftrightarrow I < 66$$

o que é perfeitamente satisfeito.

Neste caso, considerando-se os critérios definidores de complexo da nossa metodologia que considera de modo não-excludente as condições:

- a) Participação da cultura na renda gerada;
- b) Presença física significativa;

e como, há exclusão do tomate, que seguramente não existia naquele espaço, não se poderia determinar qual, e se haveria uma cultura temporária isoladamente ali presente, optou-se em alterar a mancha de setor de produção para - subsistência.

Evidentemente que tudo o que foi anteriormente exposto de forma descritiva não ocorria exatamente desta forma quando das análises individuais por setores. Foi desenvolvido um modelo lógico, em linguagem BASIC que permitia fazer diretamente no computador estes testes. No Anexo IV pode ser encontrado este programa, assim como todos os outros utilizados, nas diversas fases deste estudo.

O terceiro momento de desenvolvimento de indicadores ao qual nos referimos anteriormente não será aqui exposto mas sim no Anexo III, já que se trata de uma experiência recente da equipe do PDRI, ainda não exaustivamente discutida.

2.3. CARTOGRAFIA

Tomando-se como base as Cartas do Brasil, na escala 1:100.000 e os Mapas Municipais Estatísticos (MME) elaborados pelo IBGE na escala 1:50.000 referente aos municípios abrangidos pela Região-Programa II, o que evitaria levantamentos próprios ao mesmo tempo em que se garantiria interfaces com os dados estatísticos elaborados pelo IBGE, que estão referenciados segundo esses limites e que servem de base estatística para os estudos desenvolvidos, procurou-se adequá-los a certas especificidades do objeto de estudo.

Embora o MME devesse se basear na Carta do Brasil, esta foi desenvolvida com base em levantamentos aerofotogramétricos sem maiores preocupações com a delimitação de fronteiras municipais. O primeiro, embora com esta preocupação, tem como suporte informações cartográficas menos precisas, o que provoca diferenças significativas de limites e de posicionamento de certos aspectos físicos ali referenciados, sem falar do problema de escalas diversas.

Na impossibilidade de se excluir um ou outro, posto que, de um lado os dados estatísticos calculados têm como limites os setores censitários demarcados sobre a base cartográfica do MME e, de outro, as informações acessórias sobre localização de culturas, estradas, etc..., só podem ser referenciadas de forma precisa na Carta do Brasil, optou-se pela utilização excludente e hierarquizada dos dois instrumentos na forma a saber:

- 1) Todos os indicadores calculados com base nos dados do Censo Agropecuario de 1980, por Setores Censitários, foram localizados, segundo sua distribuição espacial intra-municipal nos MEEs e, posteriormente, transferidos para a Carta do Brasil.
- 2) Todos os dados cujas fontes de informação fossem ou as agências municipais da EMATER-ES ou as prefeituras municipais (culturas, escolas, postos de saúde, etc.), foram plotados na Carta do Brasil.

Isto para todos os municípios, sendo que, a hierarquização se deu pelo grau de importância que os instrumentos assumiriam na análise posterior. Esclarecendo, os setores censitários têm seus limites extremamente bem demarcados por acidentes geográficos e infra-estrutura física, como rios, estradas, etc., sendo que, quando transferidos para o MMEs absorvem, naturalmente, as falhas cartográficas existentes nestes mapas sem, contudo, que haja uma alteração real no espaço de referência; vale dizer, as 100 propriedades existentes no setor X que têm seu limite no rio Doce, continuam sendo 100 propriedades mesmo que os contornos do rio Doce estejam mal demarcados no MME. Quando da agregação dos dados contidos nos mapas municipais para o mapa regional, foram respeitados os limites e pontos de referência da Carta do Brasil, adaptando-se os dados do MME a esta Carta.

Evidentemente, seria impraticável adotar no contexto da Região-Programa, mapas em escala 1:50.000, dado o volume de papel que isto acumularia, o que implicou em efetuar-se uma redução dos dois tipos de carta utilizados por municípios (MME e Carta do Brasil) para 1:200.000, com a adaptação já descrita.

Acredita-se, que assim procedendo, torna-se possível, pela sobreposição dos mapas de indicadores (overlays), ter uma visão bem razoável do todo.

3.

CARACTERIZAÇÃO GERAL DA REGIÃO PROGRAMA II - COLATINA

O objetivo deste item está ligado à tentativa de se obter uma imagem clara e abrangente da Região-Programa II, como um todo que é visualizado a partir de aspectos específicos de sua realidade. O procedimento através do qual se retrata a realidade de forma compartimentalizada, pareceu ser a forma mais simples de apresentar uma descrição da Região, de caráter introdutório, no sentido de possibilitar, num momento seguinte, o entendimento das especificidades de cada um de seus subespaços econômicos. O estudo dessas especificidades será efetivado no item 4 deste documento, onde, através da noção de complexos, se buscará o entendimento da dinâmica de reprodução de cada um dos subespaços econômicos da Região Programa II, de tal forma que todos os aspectos anteriormente tratados de forma compartimentalizada, passam a ser conjuntamente privilegiados na análise daquela totalidade.

A ocupação econômica efetiva dessa Região⁽¹⁾ se deu a partir da construção da ponte sobre o rio Doce, em Colatina, concluída no início deste século.

Inicialmente a ocupação econômica do solo esteve ligada ao surto madeireiro, atividade produtiva que possibilitou a abertura de estradas e a constituição de uma infra-estrutura de apoio urbano localizada em povoações que se consolidaram e atingiram o estágio de vilas e cidades num momento seguinte, quando do surto cafeeiro.

(1) Narrativa baseada em "Planejamento Regional, Região 2 - Colatina, Vol. I Estudos Básicos, Fundação Jones dos Santos Neves, Vitória, Maio/80".

A atividade cafeeira possibilitou a fixação dos colonos e a sustentação econômica do empreendimento agrícola de colonização. Nas décadas de 40 e 50, a Região foi a principal produtora de café do estado e o município de Colatina chegou a ser o maior produtor do país.

A partir de 1945, as atividades pecuárias despontaram, também, como alternativa econômica juntamente à exploração cafeeira. A partir da década de 60, com o advento dos programas de erradicação dos cafezais, eliminou-se grande parte do efetivo cafeeiro da Região com a consequente liberação de áreas agrícolas para a atividade pecuarista, afetando, até mesmo, as culturas anuais de subsistência associados ao café.

O processo produtivo levado a efeito, até então, na Região Programa II, com o esgotamento das reservas madeireiras, degradação do solo e substituição das lavouras por pastagens, culminou com um êxodo, sem precedentes, da população rural da Região para as áreas da Grande Vitória e para fora do estado.

A partir da década de 70, observa-se uma retomada da exploração cafeeira, como consequência do Programa de Renovação e Revigoração dos cafezais, sendo que em 1975 a cafeicultura já volta a ocupar a posição de principal atividade econômica da Região.

3.1. CONDIÇÕES NATURAIS

1. DIMENSÃO E LOCALIZAÇÃO

A Região Programa II - Colatina, está localizada no centro-oeste do Estado, compreendendo seis municípios: Mantenedópolis, Pancas, Baixo Guandu, Itaguaçu, Itarana e Colatina. Possui área total de 566.000ha, aproximadamente, o que corresponde a 12% da área total do Estado. Ela é a menor das cinco regiões em que se divide o Espírito Santo, segundo critérios administrativos.

Limita-se ao norte com a Região de Nova Venécia (Barra de São Francisco e São Gabriel da Palha), ao sul com a Região de Vitória (Afonso Cláudio, Santa Leopoldina, Santa Tereza e Ibiracu), a leste com a Região de Linhares (Linhares) e a oeste com o Estado de Minas Gerais.

2. RELEVO

O relevo sofre variações desde abaixo da cota dos 100 metros, no Vale do Rio Doce, até cerca de 800 metros, nos picos mais elevados, localizados ao sul da Região.

Na região destaca-se a dominância geo-morfológica - zona Serrana - apresentando como característica uniforme o *mar de morros*.

Conforme se vislumbra no Quadro 3.1.1 cerca de 56% do total da área regional apresenta declividade superior a 30%.

QUADRO 3.1.1

MUNICÍPIOS	ÁREA (ha)	DECLIVIDADE			
		< 30%		> 30%	
		ha	%	ha	%
Baixo Guandu	84.998	22.895	26,94	62.103	73,06
Colatina	238.157	134.149	56,33	104.008	43,67
Itaguaçu	50.110	9.792	19,54	40.318	80,46
Itarana	35.367	10.445	29,53	24.922	70,47
Mantenópolis	38.321	19.410	50,65	18.911	49,35
Pancas	91.079	36.511	40,09	54.568	59,91
TOTAL	538.032	233.202	44,34	304.830	55,66

Fonte: CEPA/ES, 1978.

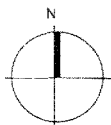
De acordo com os dados conclui-se que os municípios de Baixo Guandu, Itaguaçu, Itarana e Pancas são os que apresentam maior percentual de sua área com declividade superior a 30%. Os locais de maiores altitudes podem ser visto no mapa II, de hipsometria.

3. SOLOS

De acordo com o Levantamento de Reconhecimento dos Solos do Estado do Espírito Santo, predomina na região os latossolos. Estes solos se caracterizam por serem de boa fertilidade, boa drenagem, com profundidade aproximada de 2 metros, sendo encontrados normalmente em relevo ondulado ou montanhoso.

Em menor proporção encontra-se outros tipos de solos espalhados em pequenas manchas por toda região, podendo-se afirmar que:

MAPA II
HIPSOMETRIA



LEGENDA :

- COTA 100
- COTA 200
- COTA 400
- COTA 800

- Podzol Vermelho Amarelo, de média fertilidade é encontrado em Pancas, Colatina, Mantenópolis e Baixo Guandu.
- Terra Roxa Estruturada de boa fertilidade é encontrado em Itaguaçu e Baixo Guandu.
- Afloramentos Rochosos, de baixíssima fertilidade são encontrados em pequenas manchas dispersas por toda a região.

Ainda se encontra, em menor quantidade, solos mal drenados, menos férteis, em formação, tal como: cambissois, aluviais e gley húmico (melhor fertilidade - solo orgânico).

Em suma pode-se afirmar que os solos mais férteis estão nas baixadas e várzeas de Itaguaçu, na parte central de Itarana em toda a dimensão de norte a sul e à direita de Pancas.

4. CLIMA

O clima na região tem diferenciações bastante relacionadas com as diferenças de altitude.

Ao norte da Região (Mantenópolis, norte de Pancas e norte de Colatina) nota-se maior densidade pluviométrica (1250mm) e a predominância do relevo na cota de 400 a 800m de altitude.

Ao sul da Região (Itarana) nota-se também maior densidade pluviométrica (1250 a 1500mm), predominância de altitude de 400 a 800m e as mais baixa média anual de temperatura, oscilando de 18 a 20°C.

Na parte central da região, às margens do Rio Doce, encontra-se a região mais plana e baixa, cota de 100m, se estendendo de Colatina a Baixo Guandu, onde destaca-se melhor densidade pluviométrica (1000mm).

Conforme se distancia da Bacia do Rio Doce, nota-se uma elevação de alti

tude tanto ao norte, quanto ao sul e as cotas variando até a máxima de 400m, sendo que Colatina apresenta grande parte ao norte com relevo mais plano (100m), sendo maiores altitudes nos limites com Pancas.

Em Itaguaçu, sul de Colatina e norte de Itarana, nota-se a nítida faixa oscilatória de relevo e de pluviometria entre a parte central e a parte sul da Região Programa II, ou seja, a pluviometria oscila entre a média anual de 1000 a 1250mm e a altitude predominante é de 200m com picos esparsos de 400m de altitude.

Mesma relação pode ser feita com a classificação climática, temperatura, pluviometria e períodos de seca, ao mesmo tempo que se observa a superposição destes dados no Mapa III.

O período seco é bem acentuado na região em geral, sendo que nas áreas de menor densidade pluviométrica (1000mm), que se encontra na parte central e norte da região, tem-se seca mais acentuada (3 a 4 meses ao ano). Ao sul da região, onde já se percebe maior pluviometria (1250 a 1500mm) o período de seca já é menor, oscilando de 1 a 3 meses ao ano.

A Região Programa, em questão, apresenta certa homogeneidade quanto ao tipo de clima, ou seja, o extremo norte (Mantenedópolis e Pancas) e o extremo sul (Itarana e parte de Itaguaçu) apresentam Verão Quente com seca. Já a parte central da região envolvendo os demais municípios apresentam clima Tropical Quente com seca.

Quanto à temperatura, tem-se três grandes variações, quais sejam:

- . Média anual - 18 a 20°C no extremo sul da Região (parte de Itarana)
- . Média anual - 22 a 24°C nos municípios de Colatina e Pancas (oeste)
- . Média anual - 20 a 22°C nos demais municípios após da Região Programa II.

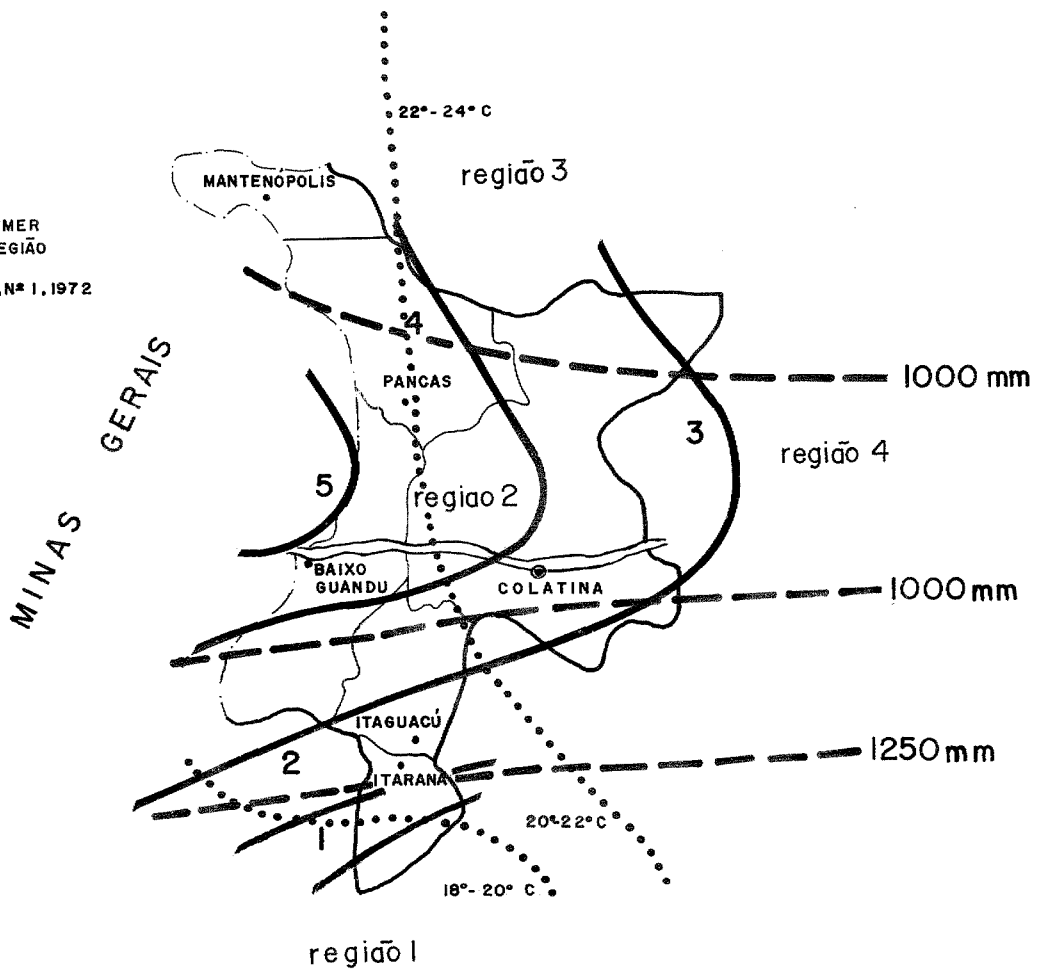
MAPA III




DURAÇÃO DO PERÍODO SECO
ISOIETAS ANUAIS (mm)
ISOTERMAS ANUAIS

- SS: sem seca
- SB: subseca
- 1: 1 mes seco
- 2: 2 meses secos
- 3: 3 meses secos
- 4: 4 meses secos
- 5: 5 meses secos

Fonte:

ORIGINAL DE EDMON NIMER
IN CLIMATOLOGIA DA REGIÃO
SUDESTE DO BRASIL
R. BRAS. GEOP. ANO 34, N° 1, 1972



-  duração do período seco
-  isoietas anuais (mm)
-  isotermas anuais

Escala grafica



3.2. ESTRUTURA FUNDIÁRIA

Para trabalhar este item delimitou-se três estratos de área de estabelecimentos agropecuários que melhor retratam a realidade da Região Programa II - Colatina, haja visto ser dentro destes estratos que, de forma bem clara, pode-se vislumbrar os estabelecimentos que reproduzem a economia do setor primário na sua maior significância.

Para efeito de análise ter-se-á como padrão em todo desenrolar deste trabalho a seguinte classificação: Pequeno estabelecimento sendo aquele que se encontra na faixa de 0 - 50ha; médio estabelecimento na faixa de 50 - 100ha; grande estabelecimento na faixa de 100 - 500ha e; estabelecimento muito grande aquele que tiver sua área superior a 500ha. Importante é esclarecer que as propriedades de 0 - 10ha são em número de pequena significância e obviamente são unidades produtivas onde se vislumbra tão somente a reprodução da força de trabalho do pequeno agricultor e de sua família, muitas vezes assalariados de outras maiores propriedades.

A contribuição dos dados censitários de 60 para a análise da Região II, viu-se bastante limitada, devido aos limites políticos administrativos, municipais, que se encontram bem diferenciados do constatado nos anos subsequentes, podendo-se exemplificar com o caso do município de Colatina que em 1960 abrangia São Gabriel da Palha (município que compõe a Região Programa III, atualmente), Águia Branca (distrito de São Gabriel da Palha), Pancas (município da Região Programa II), Alto Rio Novo (distrito de Pancas); pode-se ter também o exemplo de Itaguaçu que em 1960 tinha como distrito Itarana, que hoje se constitui em município da Região em questão.

De acordo com a análise dos dados censitários de 1980, visualizados no Quadro 3.2.1, a Região Programa II é bem desconcentrada, verificando-se no geral que 70% do número de estabelecimentos se encontra no estrato de área de 0 - 50ha, sendo que esta pulverização é mais acentuada no município de Itarana, com 82% de suas propriedades nesta faixa de área, seguido de Mantenedópolis, Itaguaçu, Pancas, Colatina e Baixo Guandu. Neste

Último observa-se que 66% das propriedades estão entre 0 - 50ha, sendo o município onde se verifica a maior concentração fundiária.

O município de Colatina composta 41,72% do total de estabelecimento e 44,11% da área da região, constituindo-se em seu maior município.

Quanto a área ocupada pelos estratos estabelecidos anteriormente volta a se repetir o quadro anterior: Itarana que apresenta dominância de propriedades de 0 - 50ha em valores absolutos, apresenta também o mesmo dominando em termos de área, ou seja, 50% de sua área é ocupada por este estrato. Os demais municípios, apresentam dominância em termos de área de estabelecimentos que se encontram na faixa de 100 - 500ha e seguidos pela subdominância de 0 - 50ha, exceção feita a Baixo Guandu que apresenta subdominância de estabelecimentos com área superior a 500ha, caracterizando mais uma vez, a sua concentração fundiária.

Itarana é o único município da Região que não apresenta propriedades maiores que 500ha.

Volta a ser enfatizada a pulverização e a concentração fundiária nos municípios de Itarana e Baixo Guandu, respectivamente, quando observa-se o Quadro 3.2.2 com o Índice de Gini¹ para 1980, sendo que o primeiro apresenta 0,33 e o segundo 0,58. Importante se faz ressaltar que embora se considere Baixo Guandu como área de concentração, ele ainda se encontra abaixo do Índice médio do Estado e do Brasil, 0,63 e 0,86 simultaneamente, e em dados absolutos aproximados para 1980.

¹Índice de Gini - utilizado para se medir o grau de distribuição da terra, nos estratos estabelecidos, para o número de estabelecimentos existentes. Conceitua-se Índice de Gini igual a zero (0), como sendo o de distribuição em igualdade absoluta e quando igual a um (1) verifica-se desigualdade máxima.

Vale destacar a evolução sofrida pela Estrutura Fundiária no período 70, 75 e 80, conforme coloca o Quadro 3.2.1.

No estrato de área 0 - 50ha visualiza-se a queda generalizada da área total no período, exceto para Itarana e Mantenedópolis. Constata-se também uma redução no número de estabelecimentos no período 70 - 75, sendo que este aumento no segundo período não é suficiente para que se atinja o valor dado em 70, voltando-se a acentuar a exceção para os municípios de Itarana e Mantenedópolis que aumentam em 1980 o nº de propriedades em relação a 1970, podendo-se concluir que o aumento numérico destas propriedades são resultado da subdivisão do estrato 50 - 100ha que diminui o seu número total de estabelecimentos no período considerado.

O estrato de área 50 - 100ha, conforme alusão feita anteriormente apresenta diminuição no número e na área total ocupada pelos estabelecimentos deste estrato, sendo que este movimento se demonstra de forma bastante acentuada em Itarana e Pancas.

No estrato de área 100 - 500ha ocorre, no geral, abaixo no período 70-75 tanto do número de estabelecimento, quanto da área por eles ocupada, já no período subsequente, 75 - 80, observa-se o movimento ascendente na área e no número, e esta ascensão torna estes valores maiores que os dados para 1970, significando uma expansão destes tipos de estabelecimentos.

Vale ressaltar que para Itarana tem-se a manutenção do número de estabelecimentos no período 70 - 80 e da área por eles ocupada no período 75 - 80.

No estrato de área de + 500ha observa-se de forma bem generalizada o aumento do número de propriedades e da área por eles ocupada.

De forma geral conclui-se que houve uma queda no número total de estabelecimentos no período 70 - 80, basicamente oriundos do estrato de 0 - 100ha, já que se verifica um acréscimo, no mesmo período, no número de estabelecimentos maiores que 100ha. Da mesma forma se verifica uma queda na área total ocupada pelos estabelecimentos agropecuários da

região, podendo-se dizer que esta área é proveniente de estabelecimentos menores que 100ha, haja visto que cresce a área ocupada pelos estabelecimentos maiores que este limite.

Relacionando-se os dados do quadro 3.2.2., nota-se que a concentração fundiária é um marco notório no decorrer dos anos, excepcionalmente nas duas últimas décadas.

Necessário se faz afirmar também que a região em análise, embora apresente processos evolutivos de concentração, está bem abaixo da média para o Brasil e também para o Espírito Santo, que, lembre-se, é o Estado que apresenta a menor concentração fundiária quando comparado ao restante do país.

Em termos municipais pode-se dizer que em 1960 tinha-se uma relativa uniformidade na distribuição do solo, pelos estratos então considerados, salientando-se a dificuldade de trabalhar os dados para aquela época, devido ao diferenciado limite municipal existente.

Em 1970 já se pode observar a alteração deste quadro, sendo que há municípios que concentram mais rapidamente que outros, caso de Baixo Guandu.

Em 1975, como reflexo do período anterior 70 - 75, demonstra alteração na distribuição do solo nas diferentes faixas consideradas, tendo-se concentração mais acentuada em Colatina, Baixo Guandu e Mantenópolis, sendo que os outros municípios sofrem o mesmo processo, mas com menor intensidade.

Em 1980, encontra-se novo quadro onde apenas Baixo Guandu sobressai no processo concentrador, os demais são afetados, com exceção feita a Mantenópolis que diminuiu a concentração fundiária em relação a 75, continuando a se mostrar mais concentrado do que em 1970. Isto pode ser explicado quando se visualiza o Quadro 3.2.1., onde o referido município aumenta o número de estabelecimentos menores que 50ha e aumenta a área por eles ocupada em relação à dada para 75 e 70.

QUADRO 3.2.2 - ÍNDICE DE GINI

	1960	1970	1975	1980
Colatina	0,3798	0,4530	0,5029	0,5082
Baixo Guandu	0,4063	0,5169	0,5499	0,5770
Itaguaçu	0,3544	0,3953	0,4201	0,4555
Itarana	(1)	0,2946	0,3223	0,3338
Mantenópolis	(2)	0,4220	0,4695	0,4535
Pancas	(3)	0,4879	0,4883	0,5074
São G. da Palha	(3)	0,4129	0,4733	-
Região Programa II	(4)	0,4560	0,4910	0,5272
Espírito Santo	0,550	0,604	0,628	-
Brasil	0,842	0,844	0,855	-

Fonte: Censos Agropecuários de 60, 70, 75 e 80.

Cálculos próprios IJSN (Instituto Jones dos Santos Neves).

(1) Em 1960, agregado ao município de Itaguaçu

(2) Não há dados no Censo Agropecuário de 1960

(3) Em 1960, agregados ao município de Colatina

(4) Não há possibilidade de análise devido aos limites político-administrativos.

3.3. PRINCIPAIS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS

A Região II - Colatina, apresenta um quadro de uso do solo onde a lavoura está em privilégio em relação à atividade pecuarista. É importante dizer que a área de lavouras permanentes é um média três vezes superior a área ocupada pelas lavouras temporárias, mostrando Colatina e Pancas como os maiores responsáveis por este quadro (vide Quadro 3.3.1), sendo que em Itarana elas pouco se diferenciam em termos de área ocupada. A pecuária apresenta maior participação relativa na área municipal em Baixo Guandú, ocorrendo com significância em Colatina e Pancas.

O Quadro 3.3.1 permite concluir também que em termos evolutivos das áreas ocupadas pelas diferentes atividades, as lavouras temporárias perdem área no período 70-75, ao mesmo tempo em que aumenta a área ocupada pelas lavouras permanentes, donde se diz que uma cedeu área à outra. Este processo é mais claro em Baixo Guandú e Colatina. No período 75-80 a oscilação é mais baixa, mas ela é mais expressiva para Colatina e Pancas. A Lavoura Permanente cresce no geral, exceto em Itarana. Para a pecuária, no período 70-75, tem-se aumento da área ocupada, sendo que Baixo Guandú é responsável por 60%, aproximadamente, deste crescimento. O efetivo bovino cresce no período 70-75 e Colatina, Baixo Guandú e Pancas são responsáveis por 90% deste acréscimo. Já em 75-80 diminui este total e só em Colatina têm-se 60% deste somatório.

De acordo com o Quadro 3.3.2, é possível saber quais atividades agrícolas mais se destacam, atualmente, nos dois campos delimitados até então, Lavouras Permanentes e Temporárias. Conclui-se que o grande peso na área ocupada pelas lavouras permanentes está no café, seguido pelas lavouras temporárias, milho, feijão e arroz aqui mencionadas em ordem de crescente de importância em termos de área ocupada. Verifica-se que Colatina inverte a importância do feijão com o arroz; já em Mantenópolis apresenta-se a mesma situação para o milho e o feijão e; Baixo Guandú demonstra um quadro altamente diferenciado, apontando a seguinte sequência: milho, café, arroz e feijão.

QUADRO 3.3.1 EVOLUÇÃO DO USO DO SOLO

DISCRIMINAÇÃO	ANO	LP (ÁREA EM Ha)	LT (ÁREA EM Ha)	PASTAGEM ¹ (EM Ha)	EFETIVO ² BOVINO	² / ₁
Baixo Guandú	1970	3.338	7.509	45.544	35.643	0,78
	1975	5.484	6.115	53.193	53.830	1,01
	1980	9.399	6.313	-	44.901	-
Colatina	1970	26.273	26.632	104.424	86.696	0,83
	1975	30.229	17.410	118.996	123.015	1,03
	1980	40.786	13.745	-	91.032	-
Itaguaçu	1970	4.401	6.405	22.734	19.943	0,88
	1975	5.090	4.118	24.838	25.441	1,02
	1980	8.725	3.303	-	21.872	-
Itarana	1970	2.136	3.902	11.610	7.820	0,67
	1975	2.225	3.441	13.224	12.699	0,96
	1980	3.682	2.581	-	10.799	-
Mantenópolis	1970	3.004	6.072	7.741	5.045	0,65
	1975	5.810	5.336	13.086	11.583	0,89
	1980	8.783	4.264	-	9.333	-
Pancas	1970	11.835	11.886	41.944	27.207	0,65
	1975	19.428	10.137	40.163	38.483	0,96
	1980	25.877	6.048	-	29.307	-
TOTAL :	1970	50.987	62.406	233.997	182.354	0,78
	1975	68.266	46.557	263.500	265.051	1,01
	1980	97.252	36.254	-	207.244	-

Fonte: Censos Agropecuários 70,75 e 80 - FIBGE.

QUADRO 3.3.2 - ÁREA PLANTADA DAS PRINCIPAIS CULTURAS POR MUNICÍPIO (ha)

CULTURA	ÁREA PLANTADA						TOTAL
	COLATINA	PANCAS	ITAGUAÇU	ITARANA	MANTENOPOLIS	B. GUANDU	
Café	25.363	13.003	7.068	2.637	5.187	4.249	57.507
Milho em Grão	10.000	3.500	3.000	2.500	1.425	6.000	26.425
Arroz em Casca	1.500	500	320	200	1.400	920	4.840
Feijão em Grão	1.350	1.350	850	450	1.728	880	6.606
Tomate	30	-	60	100	-	40	230
Cacau	178	-	-	-	-	-	178
Outros	2.830	765	1.218	327	260	1.191	6.591
T O T A L:	41.251	19.118	12.516	6.214	10.000	13.280	102.379

FONTE: Produção Agrícola Municipal - PAM 1980 - FIBGE

A fonte dos dados analisados e contidos no Quadro 3.3.2, mostra limitações para chegar às conclusões acima mencionadas e tê-las como uma análise concluída e que melhor retrata a realidade da região, já que esta fonte (PAM-Produção Agrícola Municipal) é produto da compilação de dados obtidos dentro de uma amostra pouco representativa da realidade.

Para a Região como um todo, quando se analisa o Quadro 3.3.3, vê-se que o café, desde 1960, vem ocupando a maior área de lavouras da região, seguido pelo milho, arroz e feijão, sendo importante observar que o café decaiu 50% em termos da área que ocupava em 60, quando se faz a relação com 70, o que pode ser atribuído, em parte, ao fato de que em 60, devido aos limites políticos-administrativos vigentes na época, os dados de Colatina eram o somatório da área de café de Pancas e São Gabriel da Palha, hoje municípios que compõem a Região Programa II e III, respectivamente, ficando desta forma, nos anos seguintes computados para os três municípios, individualizados, diminuindo assim a parcela designada à Colatina.

No período 70-75, vemos que o café se apresenta com maior participação relativa na área municipal de Colatina (50%) e Pancas (60%). O milho apresenta Baixo Guandú como o município que mais tem área para seu cultivo (50%) e Itaguaçu que diminui a participação relativa do milho no período 70-75 de 43 para 40%. A rizicultura ocupa cerca de 12% da área com lavouras da Região, apresentando distribuição relativamente uniforme em toda Região, exceto Baixo Guandú que apresenta 7%. A cultura do feijão abrange aproximadamente 7% da Região e tem Mantenedópolis e Itarana como os maiores responsáveis pelo seu cultivo com 16 e 9%, respectivamente, sendo que Itarana cresceu sua área com feijão no período 70-75, sendo que em 70 apresentava-se abaixo da média. Pode-se atribuir a Itarana a responsabilidade de 65% da área cultivada com tomate e a Colatina 100% da área cacaeira na Região Programa II.

De acordo com a evolução estudada é importante observar que de 1960 a 1980 o café e o milho são os primeiro e segundo classificados em relação à área total de lavouras da Região.

QUADRO 3.3.3

ÁREA PLANTADA DAS PRINCIPAIS CULTURAS NOS ANOS DE 1960, 1970 e 1975 (ha)

CULTURAS	ANOS	COLATINA	PANCAS	ITAGUAÇU	ITARANA	MANTENO POLIS	BAIXO GUANDU	TOTAL
CAFÉ	1960	67.385	-	10.258	-	-	8.834	86.027
	1970	18.853	9.629	3.266	1.844	2.467	2.431	38.490
	1975	15.034	14.345	3.250	1.512	3.491	3.158	40.790
ARROZ EM CASCAS	1960	6.642	-	1.427	-	-	541	8.610
	1970	3.396	3.164	1.082	506	1.570	598	10.316
	1975	3.145	3.458	1.401	473	1.300	684	10.461
FEIJÃO EM GRÃO	1960	5.258	-	1.594	-	-	875	7.727
	1970	2.138	1.519	332	336	1.693	637	6.655
	1975	1.356	1.509	370	459	1.497	738	5.929
CACAU	1960	289	-	1	-	-	-	290
	1970	331	-	-	-	-	-	331
	1975	177	-	-	-	-	-	177
MILHO EM GRÃO	1960	-	-	-	-	-	-	-
	1970	12.892	5.849	4.155	2.381	3.553	4.236	33.066
	1975	10.084	5.494	2.999	2.177	2.779	4.104	27.637
TOMATE	1960	-	-	-	-	-	-	-
	1970	-	-	-	-	-	-	-
	1975	82	-	47	261	-	15	405
OUTROS	1960	9.783	436	1.406	-	-	782	11.971
	1970	2.243	88	741	140	276	778	4.614
	1975	1.418	-	335	56	81	284	2.262
TOTAL	1960	89.357	-	14.686	-	-	10.582	114.625
	1970	39.853	20.597	9.576	5.207	9.559	8.680	93.472
	1975	31.296	24.894	8.402	4.938	9.148	8.983	87.661

Fonte: Censo Agropecuário 60, 70 e 75 - FIBGE.

O Quadro 3.3.4, permite que se possa relacionar a área ocupada por cada cultivo e o valor por ele gerado. Para a Região Programa II, o café o milho e o feijão que ocupavam as maiores áreas se expressam no valor produzido pela agricultura com grande significância.

O café é o produto que apresenta maior valor econômico para todos os municípios da Região Programa II. Itaguaçu, Colatina e Pancas são os municípios que participam com maior parcela no valor total gerado na região.

Milho e feijão disputam o segundo lugar na geração da renda proveniente de lavouras dos diferentes municípios, sendo que apenas Itarana já tem em definitivo o tomate nesta posição. O milho se destaca no município de Baixo Guandú e o feijão no município de Mantenópolis. O arroz tem sua maior geração de renda em Colatina e Mantenópolis. É importante deixar claro que até o momento não se pode ponderar no quadro exposto o peso dado à pecuária bovina e suína, uma vez que não se disponha de dados oficiais para pleitear tal análise.

Embora não se disponha de dados numéricos no que se refere ao valor da produção animal (pecuária de corte, leitura e suinocultura) pode-se afirmar que a pecuária é a segunda maior geradora de valor da Região Programa II, destacando-se a pecuária de corte como suporte básico para a posição de destaque da pecuária regional.

Quando se analisa o processo evolutivo da renda gerada pelos produtos citados até então, o quadro 3.3.5 muito contribui para se visualizar este processo, qual seja, o café mantém o seu destaque no decorrer dos anos, ao mesmo tempo que pode-se ver que todos os produtos crescem em seus valores de produção, exceto o café que decai de 50 para 30% a sua participação relativa no valor total gerado na região nos anos 70-75, respectivamente, sendo que Colatina e Pancas são responsáveis por 4 e 3% da queda deste produto. Vale ressaltar que Itaguaçu aumentou em 90% o valor gerado pelo café no período 70-75.

QUADRO 3.3.4

PRINCIPAIS CULTURAS EM 1980 E VALOR DA PRODUÇÃO POR MUNICÍPIO

(Cr\$ 1.000) - Preço corrente 1980

CULTURA	VALOR 1980							%
	COLATINA	PANCAS	ITAGUAÇU	ITARANA	MANTENÓPOLIS	BAIXO GUANDU	TOTAL	
Café Coco	463.340	271.200	447.849	167.084	202.347	88.200	1.613.020	66,08
Milho em grão	76.860	37.800	21.045	20.995	14.592	83.916	255.208	10,45
Feijão	30.091	28.459	38.212	22.685	41.967	17.328	178.742	7,32
Arroz em casca	39.900	12.025	6.912	4.400	27.237	26.275	116.749	4,78
Tomate	15.937	1.234	25.495	40.567	1.128	22.656	107.017	4,38
Cacau	13.350	-	-	-	-	-	13.350	0,55
Outros	41.486	21.348	41.430	9.439	7.214	36.453	157.370	6,44
TOTAL	653.964	372.066	580.943	265.170	294.485	274.828	2.441.456	100%

Fonte: Produção Agrícola Municipal - PAM - 80 - FIBGE.

QUADRO 3.3.5

VALOR DA PRODUÇÃO DAS DIVERSAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS

Cr\$ 1.000 - Correntes 1980.

ATIVIDADES	ANO	COLATINA	B. GUANDŪ	ITAGUAÇŪ	ITARANA	MANTENŪPOLIS	PANCAS	TOTAL	
								VALOR	%
Cafē-coca	70	558.426	43.571	64.542	31.101	46.740	312.520	1.056.900	50,60
	75	436.799	70.748	113.593	30.608	44.741	263.896	960.385	30,68
Milho em Grão	70	70.880	27.309	29.264	10.130	12.470	30.864	180.917	8,67
	75	107.394	39.149	30.310	14.569	15.719	62.292	269.433	8,63
Arroz em Casca	70	41.883	10.367	10.248	4.621	9.626	32.374	109.119	5,22
	75	73.708	12.162	14.920	8.435	22.109	33.696	165.030	5,27
Tomate	70	6.398	207	1.362	6.575	-	-	14.542	0,70
	75	7.029	1.587	25.666	42.653	-	-	76.935	2,46
Feijão	70	15.432	5.391	2.369	1.984	7.020	8.649	40.845	1,96
	75	19.053	6.571	3.025	2.545	13.760	16.177	61.131	1,96
Outros	70	58.411	17.623	15.875	1.629	3.939	6.161	103.638	4,96
	75	85.573	24.687	8.594	3.727	5.921	2.024	130.526	4,17
Bovino	70	195.225	61.728	57.137	13.625	5.894	39.868	373.477	17,88
	75	502.297	204.427	97.352	33.122	43.526	87.894	968.618	30,95
Suino	70	40.757	11.878	13.062	7.938	3.673	15.521	92.829	4,44
	75	63.186	27.733	24.154	12.269	8.573	22.631	158.546	5,08
Leite	70	63.920	16.143	13.832	5.628	2.547	14.277	116.347	5,57
	75	187.855	57.425	34.932	15.709	13.408	29.756	339.085	10,80
TOTAL	70	1.051.332	194.217	207.691	83.231	91.909	460.234	2.088.614	100,0
	75	1.482.894	444.489	352.546	163.637	167.757	518.366	3.129.689	200,0

FONTE: Censo Agropecuário 70 e 75
Cálculo Próprio do IJSN.

Colatina e Pancas são os maiores responsáveis pelo valor gerado pelo se tor agrícola na Região. Itarana se destaca com o tomate gerando cerca de 50% do valor produzido por esta cultura na Região; Baixo Grandū com o valor gerado pela pecuária bovina, suína e produção leiteira sō sendo inferior ã de Colatina.

No período 70-75, os municípios de Baixo Guandū, Itaguaçu e Mantenoópolis, crescem em 40 a 50% o valor da produção agrícola municipal.

Para a pecuária, pode-se afirmar, com base nos dados do quadro 3.3.5, que o valor gerado cresceu no período 70-75, com destaque para Colatina e Baixo Guandū, que são os primeiro e segundo maiores geradores de renda deste setor, sendo que o terceiro lugar vem sendo disputado por Pancas e Itaguaçu.

O quadro atual, estudado até o momento, permite que se faça relações com as Condições Naturais e a Estrutura Fundiária anteriormente estu dadas para a Região em discussão, vejamos então: O café do tipo *arābi* ca, via de regra, se encontra em altitudes que variam de 400 a 800 metros e a temperatura média anual de 20 - 22°C, já o *conillon* pode ser visto em altitudes menores que 400 metros e a temperatura média anual variável de 22 a 24°C. A Pecuária também se encontra em altitudes menores que 400 metros, temperatura média anual próxima a 22°C, precipitação pluvio métrica média em torno de 1.000 mm. para um ano e apresenta seca por 3 a 4 meses ao ano; o tomate apresenta-se em áreas onde a precipitação em mē dia é superior a 1250 mm, a temperatura média anual variável de 18 - 20°C, com 2 meses de seca ao ano, apresentando-se como região úmida.

Do ponto de vista do tipo de propriedade e da cultura nela explorada, po de-se dizer que a pequena propriedade é responsável pelo cultivo das oler ícolas em geral, pelas lavouras brancas e pelo mamão. Já as grandes propriedades normalmente são pecuaristas. O café é de um comportamento especial, uma vez que se encontra em todos os tamanhos de propriedade, sendo diferenciado, nos diferentes estratos de área, a forma de sua ex ploração, podendo-se lembrar que varia a técnica e o tipo de mão-de-obra

utilizada nas distintas propriedades cafeicultoras de acordo com sua di
mensão.

No cômputo geral pode-se observar de acordo com os dados do quadro 3.3.6, que as propriedades menores que 100ha são responsáveis por 62,4% e 69,2% da área explorada com lavouras permanentes (café, principalmente) e com lavouras temporárias (lavoura branca por essência), respectivamente. Já as propriedades maiores que 100ha contêm 60,9% do efetivo bovino da Re
gião Programa II.

QUADRO 3.3.6

DISTRIBUIÇÃO DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS PELOS ESTRATOS DE ÁREA

ESTRATO DE ÁREA	ÁREA DE L. P.		ÁREA DE L. T.		EFETIVO BOVINO	
	Ha	%	Ha	%	Nº	%
0 - 10	4.045,70	3,2	2.342,19	4,7	3.451	1,5
10 - 50	46.364,36	37,0	20.739,86	41,6	44.967	19,2
50 - 100	27.861,56	22,2	11.394,55	22,9	43.147	18,4
100 - 500	37.900,22	30,2	12.849,35	25,8	99.169	42,2
+ 500	9.193,41	7,4	2.529,89	5,0	43.879	18,7
TOTAL	125.365,25	100	49.855,84	100	234.613	100

FONTE: Sinopse Censo Agropecuário 1980 - FIBGE

3.4. CONDIÇÕES TÉCNICAS

As inovações técnicas, que acompanham o progresso tecnológico na agricultura do ponto de vista do processo capitalista de produção, seguindo uma tripla classificação, podem ser assim conceituadas¹:

- a) INOVAÇÕES MECÂNICAS, que afetam de modo particular a intensidade e o ritmo da jornada de trabalho;
- b) INOVAÇÕES FÍSICO-QUÍMICAS, que modificam as condições naturais do solo, elevando a produtividade do trabalho aplicado a esse meio de produção básico;
- c) INOVAÇÕES BIOLÓGICAS, que afetam principalmente a velocidade de rotação do capital adiantado no processo produtivo, através da redução do período de produção, e da potenciação dos efeitos das inovações mecânicas e físico-químicas.

Para um melhor entendimento estes conceitos podem ser assim exemplificados:

INOVAÇÃO MECÂNICA: Incide normalmente na fase final e inicial (plantio e colheita) da produção, não alterando o período de produção, reduzindo o tempo de trabalho aplicados nessas épocas.

INOVAÇÃO FÍSICO-QUÍMICA: aumenta a produtividade natural do solo, constituindo-se em práticas que melhoram ou preservam as condições naturais do solo, tanto do desgaste produtivo, quanto da ação das intempéries.

Entende-se por inovação físico-química a combinação de espaçamentos, plantio em nível, irrigação, drenagem, rotação de culturas. Entende-se por inovação química a utilização de adubos e defensivos químicos (inseticidas, pesticidas e herbicidas).

¹Conceitos definidos por: SILVA, J. GRAZIANO DA. in Progresso Técnico e Relações de Trabalho. Na Agricultura, Hucitec, 1980, p. 32.

INOVAÇÃO BIOLÓGICA - É a interferência que o homem faz sobre as determinações das forças da natureza, visando alterá-las ou transformá-las de modo a romper as barreiras que se antepõem ao capital, em outras palavras, colocar a natureza a serviço do capital.

Observa-se no todo da Região Programa II, que a grande utilização de inovações mecânicas, biológicas e químicas está intimamente ligada ao tamanho da propriedade características topográficas, tipo de cultura e apoio financeiro institucional (no que se refere às suas normas de liberação de financiamento à produção); fatores, estes, que em separado ou em conjunto, determinam ou obstaculizam a utilização de uma ou da combinação das inovações supramencionadas.

No que se refere às condições técnicas no geral da Região, verifica-se haver muito pouco de progresso técnico, com a maior parte da agricultura regional, sendo levada a efeito de forma bastante tradicional.

Observe-se o que revelam alguns dados dos Censos Agropecuários do IBGE sobre o assunto:

O Quadro 3.4.1 mostra, de forma clara que apenas 7% dos estabelecimentos da Região dispõem de trator, salientando-se os municípios de Colatina, Baixo Guandu, Pancas e Mantenópolis, em ordem de importância, como os maiores contribuidores para a elevação desse índice. O município que apresenta menor participação de estabelecimentos com trator é Itarana. Ressalta-se as características fundiárias desse município: intensa pulverização, e sua topografia altamente acidentada.

O Quadro 3.4.2 deixa transparecer que é na utilização de fertilizantes que está o maior peso da disseminação de progresso técnico na Região, ressaltando-se o município de Itarana e Itaguaçu como os que apresentam em 75¹ uma maior participação relativa dos estabelecimentos que utilizaram fertilizantes no todo dos estabelecimentos desses municípios.

¹Não se dispõe destes dados para 80.

3.4.1. DISTRIBUIÇÃO DE TRATORES POR MUNICÍPIO DA REGIÃO II EM 70, 75 E 80

MUNICÍPIOS	NÚMERO DE TRATORES			NÚMERO DE ESTABELECIMENTO COM TRATOR			NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS COM TRATOR ÷ TOTAL DE ESTABEL.		
	70	75	80	70	75	80	70	75	80
Baixo Guandu	19	39	76	16	37	*	0,02	0,04	0,08
Colatina	75	120	351	71	110	*	0,02	0,03	0,09
Itarana	13	16	41	13	15	*	0,02	0,02	0,04
Itaguaçu	25	33	43	22	32	*	0,02	0,04	0,05
Mantenópolis	2	13	43	2	11	*	0,003	0,02	0,07
Pancas	9	18	98	9	16	*	0,01	0,01	0,08
TOTAL DA REG. II	143	239	652	133	221	*	0,02	0,03	0,07
TOTAL DO ESTADO	1131	1940	5109	931	1454	*	0,01	0,02	0,09

Fontes: Censos Agropecuários de 70, 75 e 80

*Dado desconhecido

3.4.2. PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS ESTABELECIMENTOS QUE UTILIZARAM FERTILIZANTE, ARADO ANIMAL E ARADO MECÂNICA POR MUNICÍPIO.

MUNICÍPIO	% ESTABELECIMENTO QUE UTILIZAM					
	FERTILIZANTE		ARADO ANIMAL		ARADO MECÂNICO	
	1970	1975	1970	1975	1970	1975
Baixo Guandu	1,9	18,0	9,4	13,0	1,4	2,0
Colatina	16,9	25,0	24,4	23,0	1,4	3,0
Itarana	24,5	49,0	23,6	23,0	1,6	1,0
Itaguaçu	17,4	42,0	35,6	39,0	1,1	2,0
Mantenópolis	1,5	28,0	15,6	19,0	2,5	2,0
Pancas	3,6	19,0	11,6	7,0	0,7	1,0

Fontes: Censos Agropecuários 70 e 75, Fundação IBGE.

As políticas governamentais de financiamento, sem dúvida alguma, podem ser consideradas as maiores fomentadoras do aumento da utilização de insumos modernos na produção agrícola.

Através de informações detalhadas, aqui não privilegiadas em quadros, notou-se que o café, por exemplo, é o produto que mais apresenta utilização de inovações técnicas na Região, tendo-se, de forma clara, que as normas de plantio estabelecidas pelo IBC, em seu Programa de Renovação e Revigoração da cafeicultura, constitui-se no principal determinante dessa maior utilização, cabendo, atualmente à cafeicultura o maior peso no que se refere ao aumento do progresso técnico na Região II.

É, obviamente, nas maiores propriedades que se observa uma maior utilização de técnicas e insumos modernos na produção.

Nas pequenas propriedades tal utilização é frequentemente determinado ou por exigências de políticas de financiamento, e/ou pelo fato de algumas culturas propiciarem uma maior rentabilidade por hectare, tendendo, dessa forma, a capacitar o pequeno proprietário a arcar com este tipo de custo, e/ou mesmo a exigências da própria cultura para seu bom desenvolvimento. A nível regional a olericultura se constitui no melhor exemplo em que o segundo e terceiro fatores são extremamente importantes na determinação da utilização de técnicas e insumos modernos na produção.

3.5. MERCADO DE TRABALHO

A Região Programa II apresenta a maior parte da mão-de-obra mobilizada em suas atividades agrícolas, no interior das propriedades, parte essa, constituída pela mão-de-obra familiar de proprietários e parceiros, fato este, bastante coerente com as características de pulverização da estrutura fundiária regional.

Embora as unidades produtivas do tipo familiar (proprietárias ou não) se constituam na maior parte da mão-de-obra mobilizada na agricultura, verifica-se na Região, um mercado de trabalho em estágio avançado de constituição, permitindo vislumbrar um crescente aumento da utilização de trabalhadores volantes nas atividades agrícolas. As sedes dos municípios de Colatina, Pancas (Bairro Caneco) e municípios de Minas Gerais, vizinhos à Região, desempenham importante papel no que se refere à aglutinção desse tipo de trabalhadores.

A constituição de um mercado de trabalho regional, teve início na década de 60 com a erradicação dos cafezais, o que provocou forte expulsão populacional no interior de todos os municípios da Região II.

Grande parte da população migrante destinou-se a outros estados (desta que-se Rondônia) e área da Grande Vitória. Uma pequena parcela desse contingente populacional egresso do campo foi retido pelas sedes e aglomerados urbanos de alguns municípios da própria Região, constituindo-se em fonte de reserva de mão-de-obra para a cafeicultura, principalmente, devido ao reestímulo que lhe foi conferido anos após à erradicação, e em torno de que gravitam as *atenções* do mercado de trabalho regional, por se constituir na maior demandadora de mão-de-obra dentre as culturas ali desenvolvidas¹

¹A olericultura é também grande demandadora de mão-de-obra, no entanto, não tem tanto peso à nível regional quanto o café.

Essa pequena parcela populacional retida pelas sedes e aglomerados de alguns municípios formados principalmente por ex-pequenos proprietários e parceiros, constituiu-se, então, no embrião do mercado de trabalho da Região de Colatina.

Outro importante *viveiro* de mão-de-obra volante, do qual se abastecem as atividades agrícolas regionais é a área de Minas Gerais fronteiriça à Região, que por apresentar grande parcela de sua população em condições *miseráveis*, permite seu recrutamento por grandes proprietários (principalmente grandes empresas capitalistas) que disponham de meios para transportar esses trabalhadores às suas plantações, muitas vezes por diárias inferiores às vigentes na Região.

A maior parte dos trabalhadores volantes, tanto os adstritos aos limites políticos administrativos da Região, quanto os de Minas Gerais têm, frequentemente que se sujeitar a subempregos urbanos e rurais, sendo que entre esses há um número significativo de mulheres e menores. Tais trabalhadores submetem-se, normalmente a intensas jornadas de trabalho por baixíssima remuneração.

No que se refere à composição do mercado de trabalho em questão, observa-se que, segundo o quadro 3.5.1 com dados de 70 e 75², a mão-de-obra familiar representa 57% do total, seguida pela parceria 26% e, assalariado permanente e temporários com 10,5% e 6,5% respectivamente. Observa-se ainda, neste mesmo quadro, que as categorias mão-de-obra familiar e parceria reduziram sua participação relativa no total da região em favor das categorias assalariado permanente e temporário, mormente o primeiro que aumenta sua participação em 4,0 pontos percentuais, o que aponta para uma relativa substituição da agricultura tradicional por explorações em moldes capitalistas, no período considerado.

²Não se dispõe desses dados para 80.

QUADRO 3.5.1

DISTRIBUIÇÃO DA MÃO-DE-OBRA OCUPADA POR MUNICÍPIO - 70/75

MUNICÍPIO	ANOS	MOF	%	AS. PERM.	%	AS. TEMP.	%	PARCERIA	%	TOTAL MUNICÍPIO	%
COLATINA	1970	9.260	56,0	888	5,0	574	3,0	6.249	36,0	17.331	100,0
	1975	11.410	54,0	1.585	7,0	1.213	6,0	7.057	33,0	21.265	100,0
PANCAS	1970	4.322	57,0	345	4,0	684	9,0	2.271	30,0	7.622	100,0
	1975	5.218	55,0	1.450	15,5	885	9,5	1.895	20,0	9.448	100,0
BAIXO GUANDU	1970	5.456	69,5	352	4,5	423	5,0	1.623	21,0	7.854	100,0
	1975	4.135	63,0	1.126	17,0	289	4,5	987	15,5	6.537	100,0
MANTENÓPOLIS	1970	1.837	54,0	88	3,0	194	6,0	1.263	37,0	3.382	100,0
	1975	2.108	55,0	310	8,0	216	6,0	1.198	31,0	3.832	100,0
ITAGUAÇU	1970	1.891	58,0	206	6,0	350	11,0	831	25,0	3.278	100,0
	1975	2.551	56,0	412	9,0	354	8,0	1.225	27,0	4.542	100,0
ITARANA	1970	1.669	76,0	42	2,0	77	3,5	401	18,5	2.189	100,0
	1975	1.967	82,0	61	2,5	135	5,5	236	10,0	2.399	100,0
TOTAL DA REGIÃO	1970	24.795	59,5	1.921	6,0	2.302	5,5	12.638	30,0	41.656	100,0
	1975	27.389	57,0	4.944	10,5	3.092	6,5	12.598	26,0	48.023	100,0

Fontes: Censo Agropecuários de 70 e 75. Fundação IBGE.

MOF = Mão-de-Obra Familiar

As. Permanente = Assalariados Permanentes

As. Temporário = Assalariados Temporários

Em se tratando de relações de trabalho, verifica-se na região que as pequenas propriedades utilizam-se da mão-de-obra familiar para o desenvolvimento de suas atividades, sendo que a medida em que aumenta o tamanho da propriedade e/ou ao tratar-se de cultura maior demandadora de mão-de-obra (olerícolas), a parceria e o assalariamento temporário se acentuam. A parceria assume duas conotações distintas: na pequena propriedade, constitui-se em fonte de mão-de-obra para a cultura principal, possibilitando, ao mesmo tempo, um maior aproveitamento da terra excedente disponível. Na grande propriedade representa um tipo de mão-de-obra que produz sua própria subsistência e acarreta um custo administrativo mais reduzido do que o acarretado pelo assalariado permanente, face às limitações do mercado de trabalho regional, no que se refere a oferta de mão-de-obra volante. Esse tipo de relação de trabalho, aparece normalmente nos estabelecimentos com área total superior a 50ha, concentrando-se, com maior peso, na cultura do café e lavouras a esta intercaladas.

O assalariamento temporário é requisitado para a olericultura (colheita), trabalhos esporádicos na pecuária (bateção de pasto, entre outros), sendo que é na colheita do café que se dá sua maior utilização. Em propriedades acima de 500ha já se pode observar utilização de trabalhadores volantes em todo o ciclo da cultura.

O assalariamento permanente restringe-se praticamente à pecuária e cau.

Para um melhor entendimento do processo que originou os *viveiros* de mão-de-obra utilizada na agricultura da Região de Colatina, observe-se que, segundo o quadro 3.5.2, essa região sofreu um processo contínuo de expulsão populacional nos períodos 60-70 e 70-80, observando-se que, para a Região como um todo, no período 70-75, a evasão rural deu-se de forma mais acentuada que no período anterior.

Analisando-se a nível dos municípios, verifica-se que os únicos que tiveram uma expulsão de população rural, entre 60 e 70, maior que no período posterior foram Colatina e Mantenedópolis. Esse processo encontra-se intrinsecamente ligado à erradicação de cafezais, o que provocou um

processo de concentração fundiária associada a uma relativa substituição da cafeicultura pela pecuária, mormente no período 70-75, constituindo-se, Baixo Guandu, no melhor exemplo da Região para o processo acima descrito. Tal município, apresentou em 80 uma população total 28% inferior à sua população esperada para aquele ano, constituindo-se, ainda num município em que a pecuária mais fortemente substituiu a cafeicultura.

A Região II, como um todo, apresentou em 80 uma população total 16% inferior à sua população esperada para aquele ano, liberando um contingente populacional na ordem de 25.920 pessoas entre 60-70 e 39.515 entre 70-80. Em termos percentuais, comparando-se com as demais Regiões do Estado, apenas a Região de Nova Venécia apresentou um decréscimo em sua população total maior do que o ocorrido na região de Colatina.

Em se tratando de população rural, verifica-se que houve expulsão em todos os municípios da Região, sendo que alguns deles (Colatina, Pancas, Mantenópolis e Itaguaçu) retiveram parte dessa população egressa do campo na periferia de suas sedes e alguns aglomerados urbanos do interior.

O quadro 3.5.3. explicita os aglomerados urbanos da Região Programa II, assim como o processo evolutivo de sua população, revelando os municípios de Colatina (sede + Marilândia), Baixo Guandu (Alto Mutum Preto), Pancas (sede, Laginha, Alto Rio Novo), Itaguaçu (sede e Itaimbé), Mantenópolis (sede + São Geraldo) como áreas que apresentaram, em 80, uma população superior à sua população esperada, o que caracteriza estas localidades como absorvedoras de parte da população migrante e a maioria delas, senão todas, como pontos de aglutinação de mão-de-obra volante

Apesar desse indício de organização do mercado de trabalho, verifica-se, como já mencionado anteriormente, a existência de uma oferta de mão-de-obra insuficiente às exigências da agricultura regional, desempenhando importante papel, em termos de complementação de mão-de-obra, a Região de Minas Gerais vizinha à Região.

Concluindo, o processo de erradicação de cafezais provocou a desativação de um grande número de pequenas unidades produtivas, o que liberou um número ainda maior de pequenos proprietários e parceiros, com um consequente aumento do desenvolvimento da pecuária na região, atividade, esta, pouco demandadora de mão-de-obra incapaz, portanto, de absorver o contingente de mão-de-obra liberada pela cafeicultura. Criou-se, então o ambiente de um mercado de trabalho regional, bastante requisitado posteriormente uma vez que com o reestímulo à cafeicultura a partir de 74, revigora-se a economia da Região, surgindo também, neste contexto, grandes firmas cafeicultoras capitalistas demandadoras de Assalariados em todo o ciclo da cultura. Ressalta-se, uma vez mais, o grande aumento da utilização de Assalariados Temporários na Região.

3.6. COMERCIALIZAÇÃO

Com uma estrutura fundiária bastante pulverizada, um mercado de trabalho onde ainda predominam as unidades produtivas de base familiar e uma estrutura produtiva com base nas atividades de exportação e abastecimento interno, a Região Programa II apresenta formas de comercialização, nas quais se ressaltam a importância do capital comercial enquanto instrumento viabilizador da subordinação da agricultura regional ao capital.

Verifica-se no processo de comercialização de praticamente todos os produtos uma forte incidência de intermediação.

O café, que se constitui na principal cultura da Região, é o produto que apresenta o mais complexo e intrincado processo de comercialização, com elos de ligação que vão desde o local de produção até a exportação do produto.

A produção de milho, feijão e arroz é comercializado por intermediários, que no mais das vezes são os mesmos do café ou cerealistas especializados.

Verificou-se uma intensa operacionalização de A.G.F. para o feijão, efetuados através de cooperativas de café, CASES e Banco do Brasil, salientando-se, no entanto, que os maiores beneficiários dessa política tem sido os intermediários dos produtos.

A produção olerícola da Região II é, em sua maior parte comercializada pelos próprios produtores, ressaltando-se que, a maioria destes não dispõe de transporte próprio, pagando altos preços por este serviço.

O leite, que na pecuária regional tem expressão econômica secundária, (o maior peso da pecuária regional está na pecuária de corte), é comercializado por cooperativas, obedecendo ao sistema de quotas vigente em todo país, sendo que apenas uma delas é da Região: Cooperativa Laticínios Colatina Ltda, filiada a C.C.P.L.

Observa-se na Região outras duas cooperativas, desta feita, cafeeiras: Cooperativa Agrária de Marilândia Ltda e Cooperativa Agrária de Colatina Ltda. A primeira destas comercializa apenas uma parcela ínfima da produção cafeeira regional. A Cooperativa Agrária de Colatina, embora economicamente mais forte que a de Marilândia também não comercializa nem 10% da produção.

Esta última cooperativa dispõe, ainda, de uma indústria para a transformação do produto (café Expedicionário).

As cooperativas, embora também constituídas por pequenos produtores, têm trabalhado principalmente com os médios e grandes.

Além da indústria citada anteriormente, há uma outra, de particulares, sendo que essas duas indústrias locais transformam parcela pouquíssima significativa da produção de café da Região Programa II.

A ligação indústria - produção agrícola é verificada, ainda, no que se refere à comercialização da carne. O comércio deste produto, é em sua maior parte, controlada pelo FRISA (Frigoríficos Rio Doce S/A) que a transforma numa linha diversificada de produtos industrializados.

Cabe também ressaltar a atuação do *invernista* no comércio da carne. Trata-se de um intermediário que auferir altos lucros amealhando, junto a pequenos e médios produtores, animais que ainda não atingiram o peso exigido pelo frigorífico, engordando-os e vendendo-os, posteriormente ao frigorífico.

Verifica-se, portanto, uma forte atuação do capital comercial na Região o que dificulta e, muitas vezes, impede a organização e/ou capitalização dos produtores, assim como ligações entre o capital industrial e a agricultura, o que se torna mais claro na pecuária de corte.

3.7. POLÍTICA AGRÍCOLA

Seguindo a mesma orientação geral voltada para toda a agricultura brasileira, a política agrícola direcionada para a Região Programa II na última década deu ênfase aos mecanismos de política financeira, tendo como principal instrumento o crédito rural.

De acordo com os dados disponíveis (vide Quadro 3.7.1) constata-se um incremento de 46% no número de estabelecimentos, dessa Região Programa, que obtiveram financiamento para a atividade agropecuária, entre 70 e 75, acompanhado de um crescimento ainda maior do número de estabelecimentos que trabalharam com financiamento proveniente de entidades do governo, cujo índice chega a 63%. A participação dos estabelecimentos que obtiveram qualquer tipo de crédito sobre o total de estabelecimentos da Região II cresceu, nesse mesmo período, de 13,06% para 21,01%, enquanto a participação dos estabelecimentos que trabalharam com crédito de entidades do governo subiu de 11,1% em 70 para 19,92% em 75. Apesar do desaparecimento de quase 800 estabelecimentos rurais na Região Programa como um todo, ao longo desse intervalo de tempo, observa-se um sensível incremento no número de estabelecimentos que utilizaram financiamento sobre o total dos estabelecimentos, com aumento ainda mais significativo na participação dos estabelecimentos que trabalharam com crédito institucional, o que denota uma queda da participação relativa das formas tradicionais de crédito pessoal e a modernização do financiamento à produção e comercialização, através da rápida e crescente penetração do crédito formal ou institucional.

De acordo com os dados do Quadro 3.7.1, este mesmo movimento é verdadeiro para todos os municípios da Região Programa II.

QUADRO 3.7.1.
DISTRIBUIÇÃO DO CRÉDITO AGRÍCOLA

MUNICÍPIOS	1970					1975				
	TOTAL ESTABELE CIMENTO	ESTAB. QUE OBTÊM CRÉDITO		ENTID. DO GOVERNO		TOTAL ESTABELE CIMENTO	ESTAB. QUE OBTÊM CRÉDITO		ENTID. DO GOVERNO	
		NÚMERO INFORM.	% TOTAL	NÚMERO INFORM.	% TOTAL		NÚMERO INFORM.	% TOTAL	NÚMERO INFORM.	% TOTAL
Baixo Guandu	1.045	65	6,22	50	4,78	954	199	20,86	185	19,39
Colatina	3.526	607	17,21	534	15,14	3.243	715	22,05	687	21,18
Itaguaçu	971	128	13,18	113	11,64	834	194	23,26	188	22,54
Itarana	685	51	7,45	46	6,72	675	100	14,81	85	12,59
Mantenópolis	596	114	19,13	92	15,44	577	159	27,56	157	27,21
Pancas	1.682	146	8,68	109	6,48	1.437	255	17,75	236	16,42
TOTAL REGIÃO II	8.505	1.111	13,06	944	11,10	7.720	1.622	21,01	1.538	19,92
ESTADO	70.712	8.663	12,25	7.203	10,19	60.558	12.064	19,92	11.503	19,00

Fonte: FIBGE - Censo Agropecuário 70 e 75.

A intervenção estatal, em termos de política agrícola, teve um rebatimento diferenciado na Região-Programa II, durante o período de tempo que se estende desde o início da década de 60 até os dias de hoje.

A década de 60 foi marcada pelos programas de erradicação de cafezais. O primeiro destes programas teve início em 62 e se estendeu até 65, com concentração das operações no ano agrícola 62/63 uma vez que a conjuntura inflacionária da época provocou uma queda real na remuneração por cafeeiro erradicado, determinando o esvaziamento desse primeiro programa. O segundo programa de erradicação, adotado de uma forma quantitativamente mais efetiva, teve início em 66 e limitou-se ao ano agrícola 66/67, uma vez que o índice de operações efetuadas, somado à ocorrência de fortes geadas no Paraná, levou ao encerramento do programa, tendo em vista o alcance das metas estipuladas e a consequente *adequação da produção brasileira* à demanda dos mercados externo e interno.

A Região Programa II foi uma das mais afetadas pelos programas de erradicação. Apesar da resistência de muitos produtores que, geralmente concentrados em localidades específicas da região, persistiram na atividade de cafeeira, a erradicação provocou um processo de concentração da posse da terra e expulsão de grande parte da população rural, constituída de pequenos proprietários e meeiros, além de uma reorganização da produção agropecuária. Nesse sentido, houve uma substituição do café pela pecuária através de um processo que se deu de uma forma direta ou pela substituição transitória por lavouras temporárias que eram abandonadas em favor das pastagens ou da lavoura perene em seu retorno. O programa de erradicação se complementava com um programa de diversificação das atividades agrícolas.

No período que vai da erradicação até 69 (inclusive), talvez impulsionado pelo financiamento à diversificação das atividades agrícolas, o crédito rural tem a maior parte de seus recursos destinada à agricultura. A partir de 70 a pecuária já conta com uma participação majoritária na distribuição do crédito oficial, mantendo-se nessa posição até 76, período de crédito farto para a pecuária da Região Programa, do estado e do Brasil

(vide Quadro 3.7.2). Apesar da falta de dados concretos para os anos de 77 e 78, sabe-se que a partir de 77 o financiamento à lavoura volta a ser majoritário na distribuição da totalidade dos recursos de crédito, o que tem a ver com o incremento no Programa de Renovação e Revigoramento dos cafezais e a queda brutal no volume de recursos carreados para a pecuária.

A reversão no quadro da distribuição dos recursos de crédito rural, favorável à agricultura, aparece de forma cristalina nos dados do Banco Central para o ano de 1979, que constituem a única informação disponível no momento (Vide Quadro 3.7.3).

Conforme mencionado anteriormente, a retomada do financiamento ao plantio de café, agora sob nova base técnica, é o principal elemento explicativo para a substituição do processo de pecuarização pela expansão das lavouras, ou melhor, do café.

O *Programa de Renovação e Revigoração dos Cafezais* teve início no ano agrícola 1970/1971, com o objetivo de readequar a produção às novas condições do mercado cafeeiro e imprimir aumentos de produtividade à cultura através da imposição de uma nova base técnica. Esse programa se divide em 03 subprogramas: plantio, infra-estrutura cafeeira e custeio das lavouras.

Entre os anos 1970/1971 e 1980/1981, o programa de plantio financiou cerca de 135 milhões de novas covas de café no Estado do Espírito Santo, aproximadamente 30 milhões entre 1970/1971 e 1974/1975 e mais de 100 milhões a partir de 1975/1976. Foram financiadas cerca de 27 milhões de covas na Região-Programa II, correspondentes a 20% do total financiado no Estado. Conforme o Quadro 3.7.4, a maior parte dos recursos privilegiou os municípios de Pancas, Mantenópolis e Baixo Gaundu, municípios onde se concentra a produção de café Arábica. O financiamento para o plantio de café Conillon é mais recente e conta com maiores restrições para sua liberação, como, por exemplo, o limite de 10.000 covas por plano. É por aí que se entende o porquê da tão baixa relação cafeeiros financiados/total dos cafeeiros no município de Colatina (cerca de 10%) uma vez que menos de 4 milhões de covas são financiadas em um total de mais de 40 milhões de covas em produção.

QUADRO 3.7.3.

ESPÍRITO SANTO - DISTRIBUIÇÃO DO CRÉDITO RURAL EM 1979 (ANO BASE = 1975, CONFORME QUADRO 3.7.2)

Deflacionado 1979 para 1975

DISTRIBUIÇÃO DO CRÉDITO		Nº CONTRATOS	Cr\$ 1.000	ÍNDICE
Crédito Rural		34.253	1.018.400	607
Crédito Rural à Agricultura		27.492	598.537	923
Crédito Rural à Pecuária		6.761	419.862	407
Total		23.093	522.593	787
CRÉDITO RURAL CUSTEIO	Agricultura	19.963	412.564	1.142
	Pecuária (total)	3.130	119.898	396
	- Corte/mista	571	29.555	-
	- Leite	414	13.284	221
	- Outros	2.145	-	-
Total		9.243	334.499	404
CRÉDITO RURAL INVESTIMENTO	Agricultura	6.577	159.924	663
	Pecuária (total)	2.666	174.574	297
	- Corte/mista	168	18.709	-
	- Leite	505	19.117	1.819
	- Outros	1.993	-	-
Total		1.917	151.437	813
CRÉDITO RURAL COMERCIALIZAÇÃO	Agricultura	952	26.048	567
	Pecuária (total)	965	125.389	894
	- Corte/mista	381	38.331	-
	- Leite	226	72.705	741
	- Outros	358	-	-

QUADRO 3.7.4

NÚMEROS DE COVAS DE CAFÉ FINANCIADAS PELO IBC NO PERÍODO 1970/1971 -
1980/1981

MUNICÍPIO	ARÁBICA	CONILLON	TOTAL
Pancas	6.856.820	1.718.650	8.575.470
Mantenópolis	5.299.100	261.200	5.560.300
Baixo Guandu	4.516.520	77.050	4.593.570
Colatina	1.370.660	2.481.870	3.852.530
Itaguaçu	1.992.376	344.396	2.936.772
Itarana	1.236.560	215.300	1.451.860
TOTAL REGIÃO II	21.272.036	5.698.466	26.970.502
TOTAL ESPÍRITO SANTO	109.231.729	25.730.866	134.962.595
REGIÃO II/ESPÍRITO SANTO	0,19	0,22	0,20

Fonte: IBC. Resultados acumulados do Programa de Plantio - PRRC - 1970/
1971 a 1980/1981.

Em termos do programa de infra-estrutura cafeeira, destaca-se a grande quantidade de secadores financiados (Vide Quadro 3.7.5), perfazendo 40% do total de secadores financiados para o estado como um todo. De acordo com dados mais detalhados, provenientes do IBC, verifica-se uma maior concentração destes secadores nos municípios de Pancas, Colatina e Mantopolis, respectivamente.

QUADRO 3.7.5
PROGRAMA DE INFRA-ESTRUTURA CAFEIEIRA

	REGIÃO II	ESPÍRITO SANTO	% REGIÃO II/ES PÍRITO SANTO
Nº de planos	654	2.374	27,5
Terreiro (m ²)	220.442	751.839	29,0
Tulha (m ³)	47.480	177.010	27,0
Secadores	227	559	40,0

Fonte: IBC. Resultados Acumulados até 1980/1981.

O crédito de custeio para a lavoura de café é o instrumento mais importante da política agrícola atualmente voltada para a Região II, respondendo pela maior parte dos recursos direcionados para esta região. Os recursos de crédito por hora disponíveis para a agropecuária local limitam-se ao custeio de café e de lavouras temporárias, principalmente feijão, milho, arroz e tomate, com pouco ou nenhum crédito para a pecuária. Crédito para investimento, de uma forma geral é praticamente inexistente, concentrando-se, portanto, todo o crédito nas linhas normais de custeio.

Conjunturalmente, observa-se um grande Índice de operações de Preços Mínimos, do tipo AGF, com produtores de feijão, tendo em vista o preço de garantia compensador oferecido na última safra. Essas operações têm sido efetuadas através das cooperativas da região, da CASES e do Banco do Brasil. No entanto, observa-se que esta política não tem alcançado, efetivamente, os pequenos produtores, uma vez que a maioria das operações são realizadas com grandes produtores e intermediários que agregam a produção das menores propriedades para posterior transação com a CFP. Embora não contando com informações mais precisas e detalhadas, acredita-se que os intermediários de café, que na maioria dos casos confundem-se com os intermediários de lavouras temporárias, são os únicos e maiores beneficiários do crédito de comercialização para café.

De um modo geral constata-se que os pequenos produtores da região, vêm captando uma fatia maior do montante total de recursos do crédito rural, o que tem a ver com a importância de sua participação na produção de café e lavouras temporárias, responsáveis pela maior parte do crédito disponível atualmente.

Mas os maiores produtores ainda são os grandes beneficiários do financiamento agrícola oficial, haja visto que muitos dentre os pequenos produtores ainda não *trabalham com o banco*. Estes produtores costumam endividar-se junto a intermediários que provêm crédito informal para as necessidades produtivas e de consumo dessa categoria.

Da mesma forma, é notório o fato de que os meeiros raramente obtêm crédito bancário, o que é compensado pelos *repasses* do financiamento obtido pelos proprietários. Na grande maioria dos casos os meeiros costumam plantar lavouras brancas sem qualquer financiamento, apesar do proprietário garantir para si os recursos referentes à área plantada daquela lavoura.

Finalizando, é interessante salientar que não há um rebatimento expressivo de qualquer outro *programa especial* de natureza agrícola na região, à exceção do Programa de Renovação e Revigoração dos Cafezais. O PROVARZEAS somente alcançou aos médios e grandes produtores sem chegar a apresentar números expressivos.

Na Região Programa II - Colatina foram delimitados seis complexos¹ (café, tomate, café/pecuária, pecuária e lavouras temporárias milho/feijão/arroz), assim como quatro bolsões (cacau, milho, mamão/arroz e tomate), os quais podem ser melhor visualizados no mapa *Complexos e Bolsões*, constante no Volume III deste trabalho.

Neste item procura-se caracterizar a dinâmica da produção das diversas manchas econômicas delimitadas na Região II, buscando-se detectar as diversas interrelações entre culturas, assim como sua estrutura produtiva, explicitando-se as relações de trabalho, as condições técnicas da produção, o processo de comercialização da produção, etc., em suma, a forma como está atualmente organizada a produção agrícola nessas diversas manchas econômicas.

¹Vide conceito no item 2.1. Aspectos Teórico-Metodológicos.

4.1. COMPLEXOS CAFÉ

A Região Programa II apresenta cinco manchas ou áreas econômicas onde o cultivo do café aparece como a principal atividade econômica, além de uma grande área onde o café divide a primazia econômica com a pecuária mista. A economia cafeeira, cumpre um importante papel na organização da produção existente, não só nas manchas café como também nas demais manchas, uma vez que sua influência é muito grande na constituição dos mercados de produtos, de trabalho e de terras.

De uma forma geral pode-se dizer que o café Arábica predomina nas manchas café I, café III, café IV e café V, enquanto o de tipo Conillon é predominante nas manchas café II e café-pecuária.

Pode-se dizer que, dentre as áreas que formam a base especial dos complexos café, esta atividade encontra-se geralmente combinada à produção de lavouras brancas de subsistência (milho, feijão e arroz) em pequenos estabelecimentos, ao manejo da pecuária mista nos maiores estabelecimentos (geralmente maiores de 100ha), ou, em menor medida, à produção de lavouras temporárias de cunho mais mercantil, onde o café faz parte de uma estratégia de diversificação agrícola em unidades produtivas que também cultivam olerícolas e outras culturas alimentares.

A mão-de-obra familiar do proprietário e a parceria são as principais formas de utilização de força de trabalho nas áreas cafeeiras, o que têm a ver com a importância numérica e a participação dos pequenos e médios estabelecimentos na produção efetiva dessa atividade.

A mão-de-obra familiar, exclusiva em estabelecimentos com pouca área plantada ou grande quantidade de braços para o trabalho, passa a se combinar à mão-de-obra familiar de parceiros quando a existência de fatores de produção excedentes (terra ou capital) impõe a necessidade de incrementar a disponibilidade de força de trabalho no interior da unidade produtiva. A parceria também é utilizada em estabelecimentos maiores, com grande área plantada de café, onde o parceiro constitui-se na forma, quantitati

vamente, dominante de mobilização de força de trabalho.

A relação de parceria mais usual nas lavouras em produção consiste na divisão do produto principal *à meia*, com a divisão do resultado do plantio de subsistência *à terça*. É comum a divisão das despesas referentes à aquisição de insumos modernos, havendo casos em que a não divisão dessas despesas implica na retenção de uma parte extra da produção pelo proprietário.

Na fase de formação da lavoura, o sistema mais geral é aquele em que o meiro recebe uma determinada quantidade de cafeeiros para cuidar, trabalhando como diarista no café, com direito à totalidade da produção de subsistência ou à parte dela. A lógica dessa relação está centrada na necessidade de se isolar qualquer possível vínculo entre o meeiro e o cafezal que possa caracterizar um direito de posse. Neste ponto vale destacar o crescente número de conflitos envolvendo meeiros e proprietários, reflexo da expulsão de meeiros após a formação do cafezal, que são substituídos por trabalhadores volantes (diaristas) ou por novos parceiros que passam a reter, como remuneração, apenas a terça parte da produção de café.

Nos maiores estabelecimentos, a relação de parceria costuma impor ao meiro a obrigatoriedade do trabalho em outras tarefas da unidade produtiva, mediante a remuneração da diária. Nesse caso, o proprietário da terra distribui parte do cafezal, em pequenas parcelas, entre os meeiros, que, sem condições de cobrir o custo de sua reprodução na própria parcela, se vêem obrigados a trabalhar na parte da lavoura *tocada* pelo patrão. Nesses estabelecimentos, também é comum o repasse do crédito oficial, obtido pelo proprietário, aos meeiros, que mantêm com o primeiro uma conta corrente ou caderneta, que também inclui o *fornecimento* de víveres, cuja prestação de contas é efetivada após a colheita e venda da produção.

Pelo acima exposto, depreende-se que a parceria apresenta um duplo significado na atividade cafeeira: representa a possibilidade de incrementar a disponibilidade interna de força de trabalho nos menores estabelecimentos, ao mesmo tempo em que constitui-se na forma mais rentável de mobiliza

ção de mão-de-obra nos maiores, uma vez que, na falta de um mercado de trabalho volante sistematicamente constituído, a possibilidade de divisão dos custos e riscos da produção aliada à diminuição dos custos de administração e possibilidade de contar com uma mão-de-obra que produz parte de sua subsistência, supera em muito as vantagens obtidas com outras formas de emprego.

Começa a se expandir a utilização de mão-de-obra assalariada na atividade cafeeira da Região Programa II. Primeiramente, esta já é a forma mais comum de mobilização de força de trabalho nos estabelecimentos muito grandes que constituem o grupo de empresas agrícolas capitalistas com exploração econômica centrada na cultura do café. Nessas empresas, a mão-de-obra volante, proveniente de Minas Gerais, das favelas de Colatina e das sedes dos municípios, é utilizada em todo o ciclo da cultura. Nas épocas de pico da demanda por mão-de-obra, esse exército de trabalhadores se expande através da incorporação de elementos saídos da força de trabalho familiar de meeiros e pequenos proprietários que assalariam-se como forma de complementação de sua renda.

Na análise das formas de mobilização de força de trabalho referentes à atividade cafeeira da Região Programa II, vale ressaltar o caráter crescentemente mercantil e monetário de suas relações de produção. Esse caráter está contido no assalariamento intermitente de parceiros e pequenos proprietários, no trabalho compulsório de parceiros na lavoura *tocada* pelos proprietários, na participação crescente de insumos industriais na composição do custo de produção das lavouras de café e, principalmente, na tendência ao desaparecimento das formas de intercâmbio extra-mercantis expressas nas relações de ajuda mútua representadas pela troca-dia. A troca-dia, forma tradicional de ajuda mútua, entre pequenos proprietários e também meeiros, nas épocas de pico do ciclo da cultura de café, está em vias de extinção na Região Programa II, uma vez que passa a se generalizar, mesmo entre os pequenos proprietários, o uso da remuneração monetária, na forma da diária, na fase da colheita.

Um elemento comum a todas as manchas café é sua subordinação, política

e econômica, ao comércio de seu mais importante produto.

A comercialização de café da Região Programa II, polarizada por Colatina, apresenta uma cadeia de intermediação representada regionalmente por dois de seus elos: o intermediário local e o intermediário exportador.

O intermediário local atua como agente, ou *banqueiro* do exportador, no sentido de proceder a uma primeira agregação da produção. Normalmente constitui-se no maior produtor local e tem sua fatia de mercado assegurada através da imposição de laços de dependência pessoal e financeira ao produtor, baseados em operações de empréstimo, mediante compromisso de venda da produção futura. Geralmente este intermediário possui o único armazém da região, além do equipamento para uma primeira etapa no beneficiamento do produto: máquinas de secar e pilar.

O intermediário exportador é o responsável pela centralização regional da produção, para uma posterior transação com exportadores de Vitória. Em alguns casos, a tarefa de centralização regional é diretamente exercida por estes mesmos exportadores ou através de seus representantes. O intermediário - exportador só compra café pilado, enquanto seu agente local opera, principalmente, com café em côco, além do pilado. Para tanto, possui, além de uma maior capacidade de armazenagem, um equipamento de beneficiamento voltado para a classificação do café.

É importante ressaltar que os intermediários de café são os grandes beneficiários das linhas oficiais de financiamento à comercialização para esta cultura específica. Esse crédito, altamente subsidiado, é repassado aos produtores (principalmente aos pequenos) a uma taxa de juros bastante elevada.

De uma forma geral, supõe-se correto afirmar que esta estrutura de comercialização de café, e sua divisão de mercado, está baseada nos laços de dependência financeira que ligam o produtor ao intermediário local e o parceiro ao proprietário da terra, para quem, muitas vezes, vende sua produção.

Contudo, a existência da Cooperativa Agrária de Colatina, nessa região, e a proximidade da Cooperativa Agrária de Cafeicultores de São Gabriel da Palha, cuja área de atuação abrange parte do território da Região Programa II, vem mantendo o nível de preços do mercado cafeeiro de Colatina em um patamar mais elevado. Mesmo levando-se em consideração que a participação dessas Cooperativas no mercado ainda é pequena, embora já se faça esboçar a tendência à sua ampliação, sua simples presença já é benéfica à comercialização de café da região, uma vez que quebra com as estruturas de oligopsonia existentes.

4.1.1. CAFÉ I

A mancha café I é constituída por grande parte do município de Mantenópolis, toda a faixa ocidental do município de Pancas e pela parte norte de Baixo Guandu.

Essa mancha econômica forma um complexo combinado café/milho-feijão, de terminado por uma particular estratégia de reprodução da força de trabalho de pequenos proprietários e parceiros. A pecuária mista e o arroz também aparecem enquanto componentes secundários desse complexo.

A pecuária mista, atividade economicamente pulverizada por toda a área que compõe a base espacial do complexo, é atividade de subsistência nos menores estabelecimentos, onde integra uma estratégia própria de sobrevivência dessas unidades produtivas. Nos maiores estabelecimentos entra na conformação de uma estratégia empresarial, onde se combina, de forma secundária, ao cultivo do café. O arroz é cultivado basicamente em escala de subsistência, utilizando-se das pequenas e dispersas várzeas da região.

O café desse complexo é constituído, em sua maior parte, pelo tipo Arábica, o que tem a ver com as condições de altitude da região em questão, predominantemente acima de 500m. O sul de Pancas destaca-se pela existência expressiva de café Conillon.

A mancha café I apresenta um grande percentual de terras declivosas que se espalham pela área mais alta da Região Programa II. De uma forma mais precisa, pode-se dizer que observa-se uma região mais alta ao norte (cota 600-800m), constituída por Mantenópolis e norte de Pancas, com uma suave queda de altitude em direção ao sul de Pancas (cota 200-400m), a partir de onde volta a apresentar-se uma elevação de altitude no sentido da parte norte de Baixo Guandu (400-600m).

No referente à estrutura fundiária da mancha café I, presume-se que, para efeito de maior detalhamento, seja interessante subdividi-la em duas áreas específicas: ao norte (Mantenópolis e norte de Pancas), encontra-se uma estrutura mais pulverizada, com uma dominância clara dos pequenos e médios estabelecimentos, apesar da existência de grandes e, até mesmo, muito grandes estabelecimentos; ao sul (sul de Pancas e norte de Baixo Guandu), situa-se uma área mais concentrada, sob a ótica da distribuição da posse da terra, onde os estabelecimentos maiores de 500ha destacam-se por sua importância, em uma estrutura fundiária onde se combinam com uma infinidade de pequenos estabelecimentos que também apresentam uma certa significância em termos de ocupação da área.

Os pequenos e médios estabelecimentos, responsáveis por parte expressiva da produção cafeeira desse complexo, distribuem sua atividade econômica entre o cultivo de café, principal ocupação dessas unidades produtivas, de culturas brancas (milho, feijão, arroz etc.) de subsistência e entre a pecuária de subsistência que serve como fonte alternativa de complementação da renda familiar. Os maiores estabelecimentos (grandes e muito grandes) têm como principal atividade produtiva o cultivo de café, ao qual se associa o manejo da pecuária extensiva de menor expressão, seguindo-se o plantio, de pouquíssima expressão, de lavouras brancas destinadas a reprodução da força de trabalho familiar do meeiro, quando esta é a relação de trabalho utilizada.

No tocante às relações de trabalho, observa-se que na atividade cafeeira dessa mancha mantêm-se o mesmo perfil geral de mobilização de força de trabalho válido para toda a Região Programa, ressaltando-se a crescente utilização de assalariados temporários na colheita de café. Esse proces

so vem se dando a partir da substituição das formas de ajuda mútua nos menores estabelecimentos e através da consolidação dessa forma de mobilização de mão-de-obra nos estabelecimentos muito grandes. Estes, beneficiam-se da existência de um mercado de trabalho assistematicamente constituído, no sentido de fazer uso, quase que exclusivo, de mão-de-obra volante em todo o ciclo de produção e trabalho da cultura. A forma incipiente e assistemática, característica do mercado de trabalho da Região Programa II - com viveiros de mão-de-obra localizados na cidade de Colatina, nas sedes dos municípios (destacando-se o bairro Caneco em Pancas), na região de Minas Gerais fronteira ao Espírito Santo e com o emprego intermitente de força de trabalho familiar de meeiros e pequenos proprietários - propicia, aqueles que têm maiores condições de bancar o custo de transporte e arregimentação de mão-de-obra, uma utilização constante de assalariados temporários, ou melhor, bôias-frias. Os médios e grandes proprietários, com menor poder de barganha nesse mercado, são obrigados a trabalhar com meeiros durante o ciclo normal de trabalho na cultura, utilizando-se de assalariados temporários, constituídos de mineiros, pequenos proprietários e meeiros, além de moradores das vilas dos municípios, na época de pico da colheita.

A força de trabalho utilizada na atividade pecuarista de pequenos e médios estabelecimentos é composta pela mão-de-obra familiar do proprietário.

Nos maiores estabelecimentos (grandes e muito grandes) utiliza-se basicamente o vaqueiro, um trabalhador assalariado permanente, especializado no trato do gado. Nesses estabelecimentos também utiliza-se do trabalho de assalariados temporários ou de meeiros, remunerados mediante uma diária, nas tarefas extraordinárias ligadas à pecuária, como, por exemplo, a limpeza de pasto, construção de cercas etc.

As lavouras de subsistência são tocadas pela mão-de-obra familiar de pequenos proprietários e parceiros, enquanto atividades subsidiárias ligadas ao café.

A comercialização de café dessa complexo é polarizada pelo centro compra

dor de Colatina. A grande especificidade dessa região, no tocante ao aspecto da comercialização de café, refere-se ao fato de os maiores compradores do produto constituírem-se em empresas agrícolas capitalistas que também têm grande participação na produção total da mancha. Uma outra especificidade diz respeito à recente e grande aquisição de secadores de café nos municípios que compõem a base espacial do complexo, levando à fortalecer a tendência à compra de café maduro aos pequenos produtores, uma forma que somente beneficia aos grandes produtores e compradores - extraindo uma parcela significativa do excedente que poderia ficar com o pequeno produtor - devido à imposição de um preço que é o mais baixo do mercado.

A venda de gado para o corte, principal produto da bovinocultura mista da região, é realizada diretamente entre o produtor e o FRISA (Frigorífico Rio Doce S.A.), principal comprador do mercado de corte de Colatina, ou através de intermediários conhecidos como *Invernistas* ou *Marchands* que engordam o gado para posterior venda ao FRISA. Quanto à venda de leite, observa-se que esta é uma atividade subsidiária e de pouquíssima expressão na área, uma vez que esta é muito mal servida de linhas de leite e sofre pouquíssima influência de Cooperativas, todas externas.

A comercialização de milho, feijão e arroz é efetuada entre o produtor e intermediários locais que, muitas vezes, são os mesmos intermediários do café. Em Pancas existe um comprador que é grande atacadista em Vitória, informação que parece ser importante no sentido em que deixa transparecer o percurso de uma produção de subsistência até o centro consumidor de uma grande cidade. A comercialização do feijão sofreu uma nítida influência da política de aquisições do governo federal. De qualquer forma, é importante destacar que a maior parte das operações de preços mínimos com feijão efetivou-se através de grandes proprietários que compravam o produto dos pequenos produtores à metade do preço, e o revendiam à CFP (Comissão de Financiamento da Produção) pelo preço de garantia.

No referente à política agrícola e seu rebatimento na região do complexo pode-se dizer que os recursos disponíveis são os mesmos de toda a Região-Programa, centrados, atualmente, no custeio de lavouras de café e tempo

rárias, sem qualquer recurso para a pecuária e com pouco recurso para investimento. Nos últimos anos esta região foi das que mais plantou café financiado na Região-Programa II, o que tem a ver com o tipo de café (Arábica) aí plantado, assim como usufruiu de grande parte dos recursos totais do estado voltados para a Infra-estrutura Cafeeira, melhor dizendo, para a compra de secadores e máquinas de pilar café.

4.1.2. CAFÉ II

A mancha Café II ocupa toda a região leste do município de Colatina, acima do rio Doce, com exceção da faixa mais próxima ao rio. Os principais aglomerados urbanos da área são Marilândia, Novo Brasil e Governador Lindenberg.

Essa região apresenta um predomínio marcante de pequenos e médios estabelecimentos, que se expressa por sua dominância total em termos de sua participação no total das unidades produtivas e por sua grande participação no total da área ocupada.

As características dessa estrutura fundiária, bastante pulverizada, condicionam a estrutura produtiva dessa mancha econômica, através da formação de um complexo de culturas onde o café aparece como principal atividade produtiva, ao qual estão associados, de forma secundária, a pecuária mista e o cultivo das lavouras temporárias, milho, feijão e arroz.

Assim sendo, essa mancha econômica forma um complexo combinado café/milho e feijão, onde o café, predominantemente plantado em pequenos e médios estabelecimentos, constitui-se na principal atividade sob a ótica da reprodução dessas unidades produtivas, à qual se combinam as lavouras temporárias (milho, feijão e arroz) e a pecuária de subsistência, enquanto componentes de uma determinada estratégia de sobrevivência dessas unidades produtivas e, por conseguinte, da reprodução de sua força de trabalho, atentando para o fato de que as lavouras de subsistência entram na compo

sição da cesta de consumo da mão-de-obra familiar do proprietário e do parceiro. É bom frisar que o termo subsistência não só abarca o total da produção consumida internamente à unidade produtiva, mas também inclui a parcela comercializada no mercado como meio de aquisição de outras mercadorias que compõe aquela cesta.

Nos maiores estabelecimentos o café também desponta como a principal atividade agropecuária, secundado pela pecuária mista que obedece a uma estratégia empresarial de diversificação de atividades, incluindo a produção de subsistência, baseada nas lavouras temporárias acima mencionados, enquanto meio fundamental de complementação da reprodução da força de trabalho dos parceiros.

Em sua quase totalidade, o efetivo cafeeiro dessa região é constituído pelo tipo *Conillon*, uma variedade mais resistente que melhor se adaptou às características naturais da mancha em questão. No geral esta região está situada a uma altitude relativamente baixa, variando entre as cotas 100 e 200m, apresentando um perfil ondulado de suas terras, onde se observa o predomínio de solos de média a alta fertilidade.

De uma forma geral, pode-se dizer que as relações de trabalho referentes à produção de café dessa mancha seguem o mesmo perfil global válido para todas as regiões cafeeiras. No entanto, as características de sua estrutura fundiária apontam para uma grande utilização da mão-de-obra familiar de proprietários e da parceria, enquanto formas predominantes de mobilização da força de trabalho. O rebatimento do mercado de trabalho regional, constituído de forma assistemática, sobre a organização da produção dessa área, vem, simultânea e contraditoriamente, propiciando a reprodução das formas de imobilização da força de trabalho no interior das propriedades e intensificando a utilização do trabalho assalariado sazonal.

O assalariamento temporário tem sua época de pico no período da colheita de café - mesmo sabendo-se que algumas das maiores propriedades se utilizam de trabalhadores volantes durante todo o ciclo dessa cultura, sua

importância não chega a ser muito grande na organização do mercado de trabalho da área abrangida pelo Complexo Café II -, quando são empregados nessa atividade elementos moradores de aglomerados urbanos, registrando-se as localidades de Marilândia, Novo Brasil e Governador Lindenberg, enquanto os principais *viveiros de mão-de-obra* da mancha, além dos componentes da força de trabalho familiar de pequenos proprietários e, principalmente, de parceiros que costumam assalariar-se após terminada sua colheita, no intuito de complementar a renda familiar. Nesse sentido, mesmo nos pequenos estabelecimentos, vem se intensificando o assalariamento sazonal em períodos de pico de demanda por mão-de-obra, o que tem levado à substituição das formas tradicionais de ajuda mútua, entre pequenos proprietários e meeiros, pela forma mercantil do assalariamento temporário.

A comercialização de café da mancha Café II segue o mesmo esquema geral descrito no item Complexos - Café. Apesar da existência de duas cooperativas agrárias, no município de Colatina, o predomínio da pequena produção na região em questão explica o porque de sua desprezível participação no total da produção cafeeira comercializada, a qual é predominantemente escoada através da tradicional cadeia de intermediação *intermediário local - intermediário exportador*.

A produção agrícola dessa manobra econômica conta com os recursos de crédito normalmente disponíveis para o total da Região-Programa II. Nesse sentido, destaca-se os recursos direcionados para o custeio do café e lavouras temporárias, observando-se que a grande maioria de seus cafeeiros é plantada com recursos próprios do produtor, o que tem a ver com a não orientação do crédito de plantio para o café Conillon e com a própria dificuldade do pequeno agricultor em obter financiamento.

4.1.3. CAFÉ III

A mancha Café III está situada na região de fronteira entre os municípios de Baixo Guandu e Itaguaçu, ocupando as faixas sudeste de Baixo Guandu e oeste de Itaguaçu.

Trata-se de uma região de altitude mais elevada (cota 400m) com terreno bastante declivoso, cuja estrutura fundiária apresenta um predomínio de pequenos e médios estabelecimentos, apesar da existência de estabelecimentos maiores que 100ha.

Essa mancha econômica forma um complexo combinado café/milho-feijão, determinado pelas condições naturais da região e por estratégias de reprodução da pequena unidade produtiva e da força de trabalho empregada em torno da atividade cafeeira do total dos estabelecimentos da área. Assim sendo, os pequenos e médios estabelecimentos, responsáveis pela maior parte da produção cafeeira desse complexo, tem na lavoura de café sua principal atividade produtiva, à qual encontram-se associadas as culturas temporárias com caráter de subsistência e a pecuária, também de subsistência. Os estabelecimentos maiores que 100ha dividem sua atividade econômica entre o café e a pecuária, seguindo uma estratégia empresarial onde o café tem maior participação na geração de renda da unidade produtiva e a pecuária detém a maior parte das terras ocupadas. Nestes estabelecimentos as lavouras brancas também tem o caráter de subsistência, entrando na reprodução da força de trabalho aí empregada, principalmente de meeiros.

Segundo informações colhidas no escritório local da EMATER e nos sindicatos de Itaguaçu, o cultivo de café é bastante tecnificado e apresenta uma grande produtividade, na região, que em certo sentido é bem servida de infra-estrutura escolar, de saúde, de estradas, etc.

No referente à mobilização de força de trabalho, observa-se uma intensa utilização de trabalhadores volantes na cultura de café que atinge os estabelecimentos a partir de 50ha. Para tanto, utiliza-se de trabalha

dores provenientes do estado de Minas Gerais, das vilas e das sedes dos municípios onde se rebate o complexo. É provável que o uso mais intenso do assalariamento, nessa área, esteja ligado às condições da introdução de técnicas mais modernas na lavoura cafeeira, o que implica no alongamento dos momentos de não-trabalho da cultura e no encurtamento dos momentos de pico de demanda por mão-de-obra.

No que diz respeito à comercialização de produtos agropecuários, observa-se que o café é quase que totalmente escoado através de Itaguaçu, local onde está situado o supermercado Expedicionário, principal comprador de café de Itarana e Itaguaçu. A parte da produção de lavouras brancas que é comercializada, chega ao mercado através de um esquema de intermediação que, no geral, é manipulado pelos mesmos comerciantes que atuam na intermediação de café.

De acordo com o anteriormente citado, referente ao uso intensivo de técnicas modernas na lavoura cafeeira, observa-se que a contrapartida desse processo é a utilização intensiva de crédito oficial, por pequenos e médios proprietários, no sentido de mediatizar o consumo de insumos modernos incluídos nos pacotes tecnológicos do IBC.

4.1.4. CAFÉ IV

A mancha Café IV se acha situada à leste de Itaguaçu, no limite com a Região Programa I - Vitória. Acredita-se que esta mancha seja uma projeção das áreas cafeicultoras da referida Região.

A região em questão se apresenta com altitudes elevadas (400m) e se caracteriza como área de alta declividade.

A mancha Café IV é denominada *Complexo Combinado* por ter como eixo central da economia regional e objeto principal de exploração das pequenas e grandes propriedades, a cultura do café, sendo que é diferenciada a forma de combinação nos diferentes tamanhos de estabelecimentos. Nos pequenos tem-se o café associado às lavouras brancas e à pecuária, como forma de reprodução da unidade produtiva e manutenção da mão-de-obra utilizada. Por outro lado, nos grandes estabelecimentos verifica-se a conjugação do café com a pecuária, como atividade secundária, responsável pela renda alternativa e complementar em relação à gerada pela atividade principal.

A área em estudo é caracterizada como sendo servida precariamente de infra-estrutura, apresentando baixa produtividade no café e gerando, conseqüentemente, pequena excedente comercializável, configurando um setor de produtores pobres.

A conformação fundiária desta região demonstra uma combinação de pequenos e grandes produtores, sendo que se destacam em sua presença os pequenos estabelecimentos.

Do ponto de vista da mão-de-obra utilizada, tem-se o reflexo do quadro exposto anteriormente, deparando-se com uma estrutura bastante *tradicional*, com uma predominância da mão-de-obra familiar e da parceria, nos estabelecimentos menores que 100ha, e com o assalariado temporário nos maiores que 100ha.

A empreitada é utilizada nas lavouras *tocadas* por pequenos proprietários e meeiros, na época da colheita e plantio.

Na esfera da comercialização volta a se repetir o exposto no item *Complexos Café*, sendo que acredita-se que, esta é uma região, onde se encontra alto índice de atrelamento do produtor ao intermediário, haja visto ser região de grande número de produtores pobres, e também ter sido possível detectar, nos órgãos contactados, o forte grau de dependência dos produtores mediante *fornecimento* de produtos básicos e em contrapartida a garantia da venda da produção.

4.1.5 - CAFÉ V

Esta mancha está localizada ao Sul da Região Programa II, no município de Itarana.

Apresenta na sua dinâmica interna um *complexo combinado*, onde o café expressa a primazia econômica, no cômputo geral, mas mantém relações com outras culturas que desempenham importante papel na formação da renda do produtor.

O café representa para o pequeno e médio produtor, que são a grande maioria dos produtores, a segurança de um mercado comprador, de um retorno financeiro garantido, devido à sua importância a nível estadual e uma vez que impera nesta mancha a grande diversificação agrícola, com o cultivo de olerícolas, lavoura branca, mamão, banana e suinocultura.

Na parte ao Sul da mancha encontra-se, basicamente, a cafeicultura, não demonstrando neste espaço grande diversificação devido às condições de clima e relevo que não são propícias.

Na mancha tem-se o feijão como cultura que gera excedente para o comércio; o milho e o feijão na grande maioria em plantio solteiro, mas também intercalar ao café; a banana vem despontando recentemente e tem necessidade de crédito agrícola para se expandir.

O café ocupa a maior área da mancha seguido pela pecuária e pelo arroz, simultaneamente.

No café, mesmo que não financiado, se usam as normas técnicas formuladas pelo IBC. Destaca-se nesta mancha o uso de tecnologia mais avançada no cultivo das olerícolas com o emprego de sementes selecionadas, fertilizantes, herbicidas e pesticidas.

A área em estudo apresenta grande pulverização na sua estrutura fundiária, com a predominância de estabelecimentos com até 50ha, variando de 40 a 50% a área por eles ocupada.

Quanto à mão de obra utilizada tem-se a predominância da mão de obra familiar e da parceria em todos os estratos e culturas, sendo que já se apresenta o emprego de assalariado temporário no café nas propriedades maiores de 10ha, na fase da colheita. A pecuária começa a ter expressão nos estabelecimentos maiores que 50ha e já utiliza o assalariado permanente nestes estratos, havendo emprego de assalariado temporário nas propriedades maiores que 100ha. Quanto a suinocultura, só há uma granja, com área superior a 100ha e é utilizadora da mão de obra do assalariado permanente.

A comercialização do café, nesta mancha, é idêntica a descrita na introdução geral dada aos complexos CAFÉ, salientando-se que regionalmente o grande comprador é o Supermercado Expedicionário, com sede, em Itarana. Todo o comércio de café é polarizado por Vitória.

Os produtos olerícolas, geralmente, são comercializados pelos próprios produtores, que negociam seu preço, sendo que o produtor quando não possui transporte próprio, paga frete a outro produtor.

As culturas de milho, feijão e arroz seguem a mesma cadeia de comercialização dada ao café.

A pecuária bovina é comercializada com o FRISA ou com o FRIMACAL, tendo-se neste caso a atuação de *invernistas* que compram o gado, fora de peso, do produtor, engordam e vendem.

A pecuária suína tem seu comércio no mercado local e proximidades, via açougues.

A nível das políticas agrícolas, se vê a atuação do Prô-várzea, saneando áreas para a rizicultura, e do crédito agrícola para custeio e comercialização do café.

BOLSÃO DE MAMÃO E ARROZ

Está localizado internamente à mancha CAFÉ V, à noroeste da mesma. Caracteriza-se por apresentar grande diversificação agrícola, com o cultivo de milho, feijão, olerícolas, banana e suinocultura.

O mamão e o arroz são os maiores geradores de renda.

O arroz é cultivado nos vales úmidos e áreas saneadas pelo Prô-várzea.

Este bolsão se encontra na parte de maior fertilidade natural do solo.

Quanto à mão de obra utilizada, emprega-se basicamente a mão de obra familiar e a parceria, sendo que a cultura do arroz utiliza-se de diaristas para a colheita da produção.

O comércio do arroz segue o mesmo desencadeado para o café, já o mamão dispõe da intermediação dos caminhoneiros, que compram a produção do produtor por baixo preço vendendo-a nos CEASAS do ES, BH, RJ e Brasília, auferindo altos lucros.

BOLSÃO DE TOMATE

Localiza-se no interior da mancha CAFÉ V, à nordeste da mesma, acreditando-se que seja uma projeção das áreas olerícolas da Região Programa I- Vitória.

Nesta mancha o café e o tomate disputam a principalidade em termos de valor da produção. O café detém maior área que o tomate. Apresenta diversificação agrícola, sendo que o feijão merece destaque por gerar excedente para o comércio.

Este bolsão localiza-se na parte mais alta da mancha, chegando a atingir Os 1.000m de altitude.

As condições técnicas são bastante desenvolvidas, neste bolsão de tomate, destacando-se o emprego de fertilizantes, pesticidas, herbicidas e sementes selecionadas.

Os proprietários utilizam-se da mão-de-obra do parceiro e dividem com ele, a produção, à meia, sendo que o produtor fornece todos os insumos necessários.

O comércio é feito diretamente pelos produtores, dos quais 30% possuem transporte próprio, sendo que os demais pagam frete a estes e vão junto com a produção negociar o preço da mesma. O comércio é efetuado junto ao CEASA do ES e do RJ. Neste processo os produtores que possuem veículo próprio alcançam altos lucros referente ao valor cobrado pelo frete.

4.2. COMPLEXO TOMATE

A mancha econômica, onde localiza-se com grande expressão a cultura do tomate, está localizada ao norte do município de Itarana, ocupando cerca de 40% de sua área.

O tomate é a principal fonte de renda da região, tendo logo a seguir outras olerícolas, como, quiabo, jiló, pimentão, beringela e abóbora, que despontam como importantes geradoras de renda, após o tomate, constituindo-se no eixo central da economia regional, constatando-se, desta forma, a ocorrência de um *complexo combinado*, tanto quando se tem o conjunto daquelas olerícolas gerando valor com relativa significância para a região, quanto pelo seu comportamento na distribuição espacial das áreas cultivadas pela grande maioria das propriedades da região, lado a lado com o tomate.

Nesta mancha se evidencia forte diversificação agrícola, que é característica de todas as propriedades, exceto uma que se caracteriza como *sui nocultura*, por essência. Além dos produtos anteriormente citados pode-se vislumbrar a existência de mamão (intercalado ao café recém plantado), alho, pecuária e milho, sendo culturas com menor destaque na economia da área estudada.

A pecuária e o milho são o primeiro e o segundo, respectivamente, em termos de área ocupada, sendo que a pecuária é extensiva, de baixo rendimento e oferece pequeno excedente que, via de regra, é transformado em produtos derivados do leite e vendido pelos próprios produtores na sede municipal.

A região apresenta um solo de alta fertilidade (latossóis), o que vem favorecendo o seu uso intensivo. Tem uma média anual pluviométrica da ordem de 1.250mm e temperatura variável de 18.20°C em média para o ano, chegando a se constatar dois meses de seca ao ano, configurando-se em uma região propícia a esse tipo de cultivo.

O emprego de técnicas modernas na agricultura fica restrito à produção das olerícolas, haja vista serem as que se destacam no uso de herbicidas, pesticidas, fertilizantes e sementes selecionadas, e à suinocultura que é executada em sistema de confinamento.

A estrutura fundiária desta mancha é altamente pulverizada, sendo que cerca de 60% da produção de lavouras temporárias são provenientes de estabelecimentos de até 50ha. Predomina tanto em número quanto em área ocupada os mesmos estabelecimentos.

Quanto a mão-de-obra utilizada tem-se: o tomate utiliza-se predominantemente da mão-de-obra familiar e da parceria, sendo, esta última, levada a efeito através da divisão *a meia* tanto da produção quanto dos custos dos insumos entre o parceiro e o proprietário. A parceria é altamente significativa, inclusive nas propriedades de até 10ha, devido ao intenso uso de mão-de-obra demandada pela cultura durante todo seu ciclo produtivo. Verifica-se também o uso intensivo da mão-de-obra de mulheres e crianças. A cultura do tomate exige ainda, a utilização de assalariados temporários em seu período de colheita. Para as demais culturas ocorre a utilização da mão-de-obra familiar, sendo que o café utiliza a parceria e o assalariado temporário. Para a pecuária é comum o emprego dos assalariados permanentes e temporários.

A comercialização do produto principal, desta mancha, o tomate, é feita pelos próprios produtores, sendo que apenas 30% destes possuem transporte próprio, aos quais cabe o transporte da produção dos demais produtores aos centros consumidores, cobrando frete por esse serviço, o que onera bastante o custo de comercialização dos produtores que não dispõem de meios de transporte. Os produtores negociam seus preços diretamente nos CEASAS de Vitória e Rio de Janeiro. Há também o comércio do tomate verde para a Bahia, isto quando o preço do fruto maduro não se apresenta compensador.

O mamão é vendido para intermediários (caminhoneiros), que pagam pouco pelo produto, mediante valor estipulado anteriormente à colheita, este mecanismo proporciona altos lucros ao caminhoneiro, que é quem vai negociar o preço do produto nos CEASAS de Vitória, Belo Horizonte, Rio de

Janeiro e Brasília.

O café, milho, arroz e feijão seguem a mesma cadeia de comercialização do café, esboçada no item *Complexos CAFÉ*, sendo que o milho também é vendido à fábrica de ração de Santa Maria de Jetibá.

Da pecuária comercializa-se o leite e a carne. O leite é vendido para a SPAM (Itaguaçu) mediante cota estipulada para cada produtor, sendo que o transporte é feito pelo produtor, que paga alto valor de frete por litro transportado. O pequeno produtor normalmente fabrica queijo, com a produção excedente, para vender aos supermercados locais. A carne é vendida ao FRISA (Colatina):

Os suinocultores vendem o animal vivo para os açougues de Itarana e de Vitória.

4.3. COMPLEXO CAFÉ/PECUÁRIA

A mancha econômica café/pecuária é a maior da Região Programa II, em terras contínuas, estendendo-se pelos municípios de Pancas, Colatina e Itaguaçu.

Neste setor tem-se uma altitude variável de 100 a 400m, com a ocorrência de 3 a 4 meses de seca ao ano, topografia ondulada - montanhosa, sendo que esta se encontra mais acidentada ao Norte de Pancas e em Itaguaçu e a fertilidade do solo varia de média a baixa.

A mancha café/pecuária configura um *complexo combinado*, onde o café, predominantemente do tipo *conillon*, e a pecuária são encontrados em todos os estabelecimentos, independente de sua dimensão, mas é diferenciada a forma e o objetivo de sua implementação. A pecuária tem nas propriedades menores que 100ha a função de reproduzir a força de trabalho empregada e complementar a renda familiar, enquanto que nas propriedades maiores que 100ha é responsável pela reprodução do capital constituindo-se em atividade empresarial. O café normalmente se apresenta como atividade geradora de renda de todos os tamanhos de estabelecimentos, sendo que nos menores se constitui na atividade principal em termos da reprodução destas unidades produtivas. Nos maiores seu cultivo aparece combinado à pecuária e em uma articulação de atividades produtivas que reflete uma dada estratégia empresarial.

O café normalmente é encontrado nas encostas, de difícil acesso, e vem se expandindo para áreas inaproveitadas, em descanso ou de alta declividade, devido à rentabilidade que vem proporcionando, enquanto que a pecuária ocupa áreas de melhor acesso. A cafeicultura se estende por áreas de melhor fertilidade natural do solo, enquanto que a pecuária se assenta nos terrenos menos férteis. A pecuária atinge maior parte da área da região.

Detecta-se forte expressão dos estabelecimentos menores que 100ha, na conformação da estrutura fundiária da região, tanto em número de estabelecimentos quanto na área por eles ocupada, sendo que isto é mais acentuado no município de Itaguaçu que figura com a dominância dos estabelecimentos

lecimentos menores que 50ha.

A mão-de-obra utilizada é bem variável, de acordo com a cultura e a fase de seu ciclo produtivo. O café emprega a mão-de-obra familiar e a parceria na sua grande totalidade e, ocorre, com menor expressão, a utilização do trabalhador volante (diarista) e do assalariado temporário. Em função da grande diversificação encontrada, vale detalhar o comportamento de cada uma delas. A parceria é *à meia* e dá ao parceiro o direito de se apossar da lavoura branca por ele desenvolvida, sendo que o parceiro divide com o proprietário os custos dos insumos utilizados no cafezal. Quando o parceiro trabalha na formação do cafezal é remunerado de acordo com o número de covas plantadas.

O trabalhador volante atua nos tratos culturais e na colheita do café, sendo que percebe remuneração fixa na primeira atividade, e por produção na segunda. O assalariado temporário trabalha no café dos estabelecimentos maiores que 50ha no município de Colatina e nos estabelecimentos maiores que 100ha em toda a Região.

A pecuária é mantida pelo assalariado permanente, *campeiro ou vaqueiro*, principalmente nos estabelecimentos maiores que 50ha e nos menores há intensa ocupação da mão-de-obra familiar.

No milho e no feijão se segue o mesmo esquema detalhado para o café, uma vez que a grande maioria daqueles estão consorciados ao café.

As demais atividades que ocorrem nesta região são de menor importância e utilizam basicamente a mão-de-obra familiar e a parceria.

Do ponto de vista da tecnologia utilizada muito pouco se percebe de avanço no setor, haja visto ser a atividade pecuarista tratada de forma extensiva e o café segue na sua grande parte as técnicas formuladas pelo IBC.

A comercialização do café segue o esquema dado no item *complexo do café*, sendo que vale ressaltar a presença da Cooperativa de Cafeicultores de Colatina, como compradora local e mantenedora de preço mais compatível

com o valor real gerado por esta cultura.

A comercialização dos subprodutos da pecuária bovina segue o esquema seguinte:

O leite, como subproduto do corte, é comercializado diretamente do produtor às cooperativas atuantes na região, qual sejam, CLCL ligada à CCPL (Itaquaquê e Colatina) e SPAM (Pancas).

O Corte, é vendido pelo pequeno produtor aos *invernistas* que engordam o gado para vendê-lo ao FRISA e ao FRIMACAL. Já os grandes produtores comercializam direto com estes frigoríficos.

O comércio dos produtos da lavoura branca segue o esquema do café, para a maioria dos casos, exceto em Itaquaquê que o milho é vendido, debulhado, à Cooperativa de Santa Maria de Jetibá, através de intermediário local, e em Pancas que o milho também é vendido para suinocultores.

Com menor importância ocorre o comércio de mamão, banana, aves, suínos, olerícolas em geral, mandioca, etc...

As políticas agrícolas atuam na região especialmente com o Pro-várzea, recuperando áreas para a rizicultura, com o AGF, no comércio do feijão através da Cooperativa de Marilândia com recursos do Banco do Brasil, e no crédito de investimento e custeio da pecuária e no custeio do café.

BOLSÃO DE CACAU

Internos à mancha café/pecuária e, mais precisamente, ao município de Colatina, encontram-se dois bolsões com a cultura do cacau. Um deles se localiza no limite com o município de Pancas e ocupa 5,3%, aproximadamente, da área do município de Colatina e o outro está situado no limite com Baixo Guandú e abrange cerca de 0,52% da área do município de Colatina.

As características dos dois bolsões, quanto à sua dinâmica interna, são bastante parecidas podendo-se fazer a mesma análise para ambos.

A cultura do cacau apresenta, nos bolsões referidos, alta produtividade e, de acordo com a CEPLAC, uma das maiores do Brasil. O cacaueteiro situa-se normalmente nas áreas de baixada, e quando de sua formação se acha consorciado com a bananicultura, utilizada para o seu sombreamento.

A mão-de-obra utilizada varia de acordo com o tamanho do estabelecimento, ou seja, os menores que 100ha utilizam a mão-de-obra familiar. Já os maiores que este limite atuam com a parceria, sendo que o parceiro fica com 1/3 da produção.

A estrutura fundiária predominante é diferenciada para os bolsões. O bolsão de maior extensão territorial apresenta dominância em termos da área ocupada pelos estabelecimentos de 100 - 500ha e no bolsão menor a dominância decai para 10 - 100ha.

A cadeia de comercialização do cacau é bastante restrita. Os produtores vendem seu produto para um único comprador da região, constituindo um comércio monopsônico. O comprador local comercializa diretamente com as fábricas de chocolate de Vitória.

4.4. COMPLEXOS PECUÁRIA

A Região Programa II - Colatina apresenta duas áreas em que a pecuária desponta como principal fonte geradora de renda e valor.

A pecuária dessa Região tem sua maior expressividade econômica pautada na pecuária de corte, em especial nas áreas compreendidas pelos Complexos Pecuária I e II. Por sua vez, a pecuária leiteira assume um papel de apêndice à pecuária de corte.

4.4.1. PECUÁRIA I

Rebatendo-se espacialmente na porção sudeste do município de Colatina (abaixo do rio Doce próximo aos limites com os municípios de Linhares, Ibirapu e parte de Santa Tereza), o Complexo Pecuária I, apresenta a pecuária como determinante das relações sociais ali existentes, embora haja no interior dessa área a incidência de outras culturas, as quais têm sua importância econômica diluída no todo do complexo. No interior desta área, mais especificamente ao longo do rio Doce muito pouco se afastando da área ribeirinha, detecta-se, um Bolsão de Cacau, o qual será *tratado* em separado, após a análise do complexo em questão.

A incidência de terrenos planos, com altitudes pouco ultrapassando a cota dos 100m, conjugada a uma estrutura fundiária bastante concentrada, justifica e viabiliza a existência desse complexo naquele espaço.

Em termos de fertilidade do solo constitui-se em área de média a baixa fertilidade, acentuando-se, este último tipo de terreno, à medida que se dá uma maior proximidade do rio Doce.

Trata-se de uma área de ocupação mais recente, onde após o desmatamento houve a penetração imediata da pecuária, não passando, portanto, pelo tradicional ciclo ~~mata-café~~, pasto, enfatizando-se, principalmente, a parte

nordeste da área desse complexo, ocupação, esta, profundamente interrelacionada à política de incentivo à pecuária vigente após o período de erradicação.

Verifica-se, de forma pulverizada, em toda essa área, a incidência de pequenos estabelecimentos, para os quais a cafeicultura se constitui em seu esteio econômico, e ainda, de forma bastante pontilhada, algumas pequenas plantações de banana em caráter empresarial.

Confirmando o caráter de concentração fundiária, mencionado anteriormente, observe-se que, de acordo com os dados do Censo Agropecuário de 1980 do IBGE, a área desse complexo compreende cerca de 313 estabelecimentos. Destes, em termos de número, apenas 21% dos estabelecimentos apresentam área superior a 100ha, concentrando *em suas mãos* nada menos que 71% da área total do Complexo Pecuária I, conforme o quadro 4.4.1, a seguir.

QUADRO 4.4.1

PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS ESTABELECIMENTOS MENORES E MAIORES QUE 100HA NO TOTAL DO COMPLEXO PECUÁRIA I

ESTRATOS	Nº	%	ÁREA	%
< 100ha	247	79	9.166,92	29%
> 100ha	66	21	22.430,10	71%
TOTAL	313	100	31.597,02	100%

A pecuária desenvolvida nessa região caracteriza-se por uma forte expressão empresarial nos grandes estabelecimentos, característica, esta, que por sua grande expressão naquela área, define todo o complexo.

Nas pequenas propriedades a pecuária é desenvolvida com a função principal de complementação de renda, sendo que, nestas pequenas propriedades, a pecuária leiteira assume maior importância e, abate de animais para o comércio é acionado apenas esporadicamente.

No que se refere ao progresso técnico, verifica-se que apesar da pecuária dessa área ser bastante forte economicamente, esta apresenta muito pouco de inovações tecnológicas, restringindo-se à criação mecânica da terra para o plantio do pasto e incidência pontilhada de inseminação artificial. Inexistem estruturas montadas para criação de bovinos em regime de confinamento. Ressalta-se, no entanto, que esta área concentra grande parte dos tratores existentes no município de Colatina.

Os estabelecimentos compreendidos na área desse complexo representam 3,9% do total da Região II concentrando-se, aí, 9,42% do efetivo bovino regional

Em se tratando de relações de trabalho, verifica-se que o assalariado Permanente, regionalmente designado *vaqueiro*, constitui-se na principal categoria de mão-de-obra requisitada pela pecuária cabendo a este o manejo diário do gado e ordenha das vacas. Os trabalhos esporádicos da pecuária (conserto de cercas, bateção de pasto, esgotamento de córregos, entre outros) são executados por trabalhadores temporários que se constituem de moradores da sede ou de aglomerados que vivem de trabalhos temporários, e/ou de pequenos proprietários e parceiros que se assalariam esporadicamente.

Cabe ressaltar que como estratégia para reter a mão-de-obra permanente para a pecuária, face aos baixos salários, e conseqüente insatisfação, percebidos pelos *vaqueiros*, tem sido concedidas, a estes, pequenas lavras de café em sistema de parceria. Faz-se necessário frisar que tal

procedimento ainda se dá de forma pontilhada, não tendo ainda, portanto, se generalizado.

A comercialização da carne aqui produzida é em sua quase totalidade controlada pelo FRISA (Frigoríficos Rio Doce S.A.), o qual atua na área através de representantes, sendo que como forma de manter esta estrutura de comercialização, aos produtores que quiserem transacionar diretamente com o FRISA, será pago o mesmo preço que o *representante* pagaria em suas propriedades.

Há um outro tipo de intermediação, no qual o gado passa por um processo de engorda antes de ser entregue aos frigoríficos. O agente de tal processo é o *invernista*, o qual amealha, junto a pequenos e médios proprietários, principalmente, animais que ainda não atingiram uma determinada pesagem, exigida pelos frigoríficos, auferindo bons ganhos nesse processo.

O leite é, em sua totalidade, entregue à Cooperativa *Laticínios Colatina* através da qual segue para a C.C.P.L. e comércio local.

O comércio das demais produções existentes no interior da área desse complexo segue o descrito no item *Comercialização*, sendo polarizado por Colatina, com exceção da banana que segue para Iconha.

A pecuária, no que se refere à liberação de crédito para o setor, tem estado sem recursos a cerca de três anos, o que se reflete no recuo ocorrido em sua expansão, vivenciada principalmente no período 70-75.

4.4.1.1. BOLSÃO CACAU

Localizado ao longo do rio Doce em seu trecho à leste da cidade de Colatina até a divisa com o município de Linhares, este bolsão caracteriza-se por sua exclusividade na produção cacaueira, produção esta localizada em área bastante apropriada para este tipo de cultivo.

Embora haja a incidência dos mais diversos tamanhos de área cultivada, no geral os cacauicultores são produtores que dispõem de algum recurso econômico e não moram na propriedade. Esta, é comumente administrada por um gerente, utilizando-se da mão-de-obra do assalariado permanente, o qual em período de colheita recebe por produção, e mora na propriedade.

É mantido entre o empregado e o patrão uma *caderneta de contas a ser acertada* nos períodos de pagamentos, uma vez que ocorre o fornecimento de gêneros alimentícios pelo patrão aos empregados, sendo que algumas vezes o débito do empregado supera o crédito, não tendo, este, portanto, nada a receber ao final do mês.

A comercialização do cacau é centralizada por um único intermediário localizado na sede do município de Colatina, seguindo depois para as fábricas de chocolates, em Vitória, e exportação.

4.4.2. PECUÁRIA II

O Complexo Pecuária II abrange quase todo o município de Baixo Guandu, excetuando-se seu extremo norte, penetrando, também, em pequena parcela do município de Itaguaçu, onde delimitou-se um Bolsão de Milho, analisado após este complexo.

O complexo em questão apresenta uma estrutura fundiária bastante concentrada, cujos solos possuem uma fertilidade variando entre média e baixa, e um relevo que embora não atinja grandes altitudes (abaixo da cota dos 400m) apresenta alto grau de declividade (70% destes encontram-se acima de 30% de declividade).

A pecuária desponta como a principal atividade econômica, nesta área, não estando, sua reprodução, associada a nenhum outro tipo de cultura. Constando-se, portanto, como um complexo unitário. Além da pecuária encontra-se, ainda, no interior da área do complexo culturas de café, arroz, milho, feijão, sendo, introduzidas recentemente a olericultura (tomate,

alho e outras olerícolas - pouquíssimo até então) culturas essas particularmente encontradas nas pequenas e médias propriedades existentes no interior do complexo.

Com o intuito de melhor entender o porque da atual performance da agricultura desse complexo, faz-se necessário um rápido exame nos aspectos históricos de sua formação.

No período anterior à erradicação dos cafezais, esta área constituía-se em área de cultivo de café Arábica. Com a erradicação houve um processo bastante forte de concentração fundiária (esta foi a área que mais expulsou população em toda a Região II), havendo um expressivo crescimento da pecuária (quadruplicou o seu valor gerado no período 70/75), crescimento, este, respaldado pela intensa liberação de crédito para a pecuária, principalmente no período 70-75.

O programa de Renovação e Revigoração dos cafezais não teve uma penetração expressiva nesta área. Dentro das normas, então fixadas pelo IBC., esta área não mais se prestava ao cultivo do café Arábica devido à sua altitude (menor que 400m) dever-se-ia, portanto, proceder uma substituição pelo café Conillon. A cafeicultura, no entanto, deparou-se com o grande problema da falta de mão-de-obra, além da forte exploração pecuarista que ali se estabelecera, não tendo *força* suficiente para retomar sua posição de principal cultura em termos econômicos.

No que se refere à utilização de mão-de-obra e progresso técnico, esta área em nada difere, no que se refere a pecuária, da área compreendida pelo Complexo Pecuária I. As demais culturas podem ser definidas, segundo o grau de tecnificação, da seguinte forma:

- a) Culturas muito tecnificadas: arroz sistematizado e olericultura (ambos inexpressivos no todo do complexo).
- b) Culturas de média tecnificação: milho/feijão.
- c) Culturas de baixa tecnificação: café, mandioca e arroz de várzea.

A comercialização da carne, principal produto dessa mancha econômica, é feita, principalmente, junto aos Frigoríficos FRISA (Colatina) e FRIMACAL (Vitória), obedecendo o mesmo sistema de intermediação descrito no Complexo Pecuária I, ocorrendo, ainda venda direta a açougueiros locais levadas a efeito, normalmente por pequenos e médios proprietários.

A produção leiteira é em sua totalidade entregue à SPAM em Minas.

No que se refere ao crédito para a pecuária é válido, também aqui, o descrito no Complexo Pecuária I, tendo havido, em termos de Política Agrícola, um maior rebatimento, apenas, das Políticas de Preços Mínimos, cujo AGF (Aquisição pelo Governo Federal) foi muito utilizado para o feijão.

BOLSÃO DE MILHO

Localiza-se no extremo noroeste do município de Itaguaçu, limítrofe ao município de Baixo Guandu.

Constitui-se de inúmeras pequenas e médias propriedades para as quais, o milho é a principal cultura em termos de geração de renda.

Cultiva-se ainda, em pequena escala o arroz, feijão e tomate que assumem um caráter de culturas de subsistência uma vez que a principal função da renda por elas geradas tem sido a aquisição de produtos necessários a subsistência desses proprietários (trigo, roupas, entre outros).

Constitui-se em uma área em que os cultivos se dão de forma bastante rudimentar, com pouquíssima tecnificação, onde a mão-de-obra familiar é o principal e quase exclusivo tipo de mão-de-obra utilizada.

A comercialização do milho é realizada, principalmente, junto à Cooperativa de Santa Maria de Jetibá, sendo que os demais produtos são comercializados da mesma forma descrita no Complexo Café V.

4.5. COMPLEXO LAVOURAS TEMPORÁRIAS

O complexo - Lavouras Temporárias constitui-se da combinação das culturas de Feijão, Arroz e Milho, exploradas, principalmente, por pequenos proprietários, onde a cultura do café (pouco cultivado) e a pecuária surgem com a função precípua de complementação de renda, nestes pequenos estabelecimentos, detectando-se como determinantes destes complexos a forma de apropriação da terra conjugada a condições edafo-climáticas.

Rebatendo-se especialmente a noroeste da Região Programa II - Colatina, abrangendo, mais especificamente, o norte do município de Mantenópolis, tal complexo tem nas culturas de Feijão, Arroz e Milho, em ordem de importância econômica, as principais fontes geradoras de renda e valor.

Cultivados em sistema de rotação as culturas de Feijão e Milho ocupam os mesmos terrenos, cabendo ao Arroz as áreas de várzea úmida.

A área compreendida pelo complexo Lavouras Temporárias, caracteriza-se, em termos da forma em que se dá a apropriação de suas terras, em uma área de estrutura fundiária bastante pulverizada, onde os estabelecimentos agropecuários compreendidos no estrato de 0 - 50ha dominam tanto em termos de número, quanto em área ocupada.

Salienta-se, ainda, que dos 291 estabelecimentos existentes na área deste complexo, apenas 40 (quarenta) têm área superior a 100ha, via de regra variando entre 100 e 200ha e destes apenas 1 (um) apresenta uma área total superior a 500ha, comprovando o caráter de desconcentração fundiária anteriormente descrito.

Apresentando solos de média a baixa fertilidade e clima quente, esta área não se apresenta propício ao desenvolvimento do café Arábica, sendo que apenas em período recente, e de forma ainda bastante incipiente, vem sendo introduzido o café conillon, o qual melhor se adapta às condições edafo-climáticas, explicando-se, desta forma, a pouca expressão da cul

tura do café nesta área.

Outro fator que poderia ter dificultado a expansão da cafeicultura neste complexo, seria talvez o fato deste se constituir numa área isolada em termos de café conillon, ou seja, rodeada por regiões de Pecuária nos Municípios de Minas Gerais e regiões de cultivo de café arábica pela área capixaba que lhe é vizinha, estando distanciada da área de café conillon constituída por Itaguaçu, Colatina, Marilândia e parte de Pancas.

O cultivo de café, neste complexo, se dá em pequenas plantações, não aparecendo em todos os estabelecimentos, levadas a efeito, em sua maioria com recursos próprios.

A pecuária aparece em todos os estratos de área, porém devido às características da estrutura fundiária deste complexo, tem sua expressão econômica relativizada, haja visto ser uma atividade que exige grandes extensões de terra para que propicie um maior retorno econômico, uma vez que não há naquela área qualquer infra-estrutura para criação de bovinos em regime de confinamento. Embora se constitua em forte geradora de renda nos maiores estabelecimentos, sua expressão econômica se dilui no todo do complexo pela restrita área e número destes, aqui ditos, grandes estabelecimentos. Na dinâmica geral do complexo a pecuária gera uma reduzida renda com a qual os pequenos proprietários complementam o orçamento doméstico, proveniente basicamente das culturas brancas.

No que se refere ao progresso técnico verifica-se o desenvolvimento de todas as atividades exploradas no interior do complexo de forma bastante tradicional com muito pouco de modernização, onde mesmo a utilização de adubos e fertilizantes que aumentou consideravelmente em todo o Estado a partir de 70, ali se dá de forma bastante reduzida.

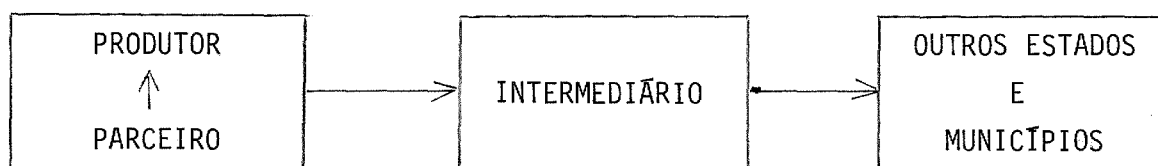
Inserida num mercado de Trabalho em vias de constituição onde, considerando-se a Região Programa II como um todo, "as atenções" gravitam em torno da cafeicultura, a região do complexo Lavouras Temporárias desenvolve suas atividades com base na mão-de-obra familiar, aparecendo a partir de 10ha a parceria "à terça" (1/3 da produção para o proprietário da terra, 2/3 desta para o parceiro), o que é decorrente, obviamente,

da conjugação da estrutura fundiária, tipo de cultura e processo de comercialização ali vigente.

Em período de colheita do café normalmente verifica-se o deslocamento de pequenos proprietários e parceiros para a área do complexo café vizinha a esta, onde estes se assalariam neste período do ano.

Caracterizando-se, ainda, como uma área bastante depauperada, observa-se na área compreendida pelo complexo Lavouras Temporárias uma acentuada espoliação dos pequenos proprietários e parceiros, onde grande parte do excedente gerado na produção é apropriado pelos intermediários no processo de comercialização dos produtos, conotando uma explícita subordinação da agricultura local ao capital comercial.

A comercialização das culturas temporárias obdecem o circuito:



Os produtos são intermediados, normalmente, por médios produtores e comerciantes os quais, frequentemente criam laços de dependências dos pequenos produtores para com estes, através de empréstimos financeiros, comprometendo a venda do produto.

Em se tratando do feijão, observou-se, em todo o Estado, uma incidência acentuada de operações de A.G.F. (Aquisição pelo Governo Federal) nesta última safra, haja visto, ter sido seu preço mínimo fixado num patamar considerado compensador por parte dos produtores, detectando-se no entanto, naquela área, que em realidade os maiores beneficiários desta política tem sido os intermediários, os quais auferem altos lucros na simples intermediação produtor - C.F.P.

Os parceiros normalmente vendem sua produção ao proprietário da terra e a sequência da cadeia de intermediação se verifica.

O café, aí produzido, tem sua comercialização polarizada pelo município de Pancas, utilizando-se de apenas um intermediário local devido à pouca incidência de café nesta área.

A produção de leite é reduzida, sendo que o excedente é comercializado através da Cooperativa de Mantena e Cooperativa Central de Minas Gerais.

A carne vendida pelos pequenos proprietários se dá junto a açougueiros locais. Todo o demais comércio de gado de corte é controlado pelo FRISA (Frigoríficos Rio Doce S. A.)

No que tange à Política Agrícola, observa-se na área do Complexo - Lavouras Temporárias uma falta generalizada de crédito para investimento, havendo crédito para custeio de Lavouras brancas, observando-se um maior rebatimento, apenas, da política de preços mínimos, através de grande incidência de operações de A.G.F. para o feijão, embora, como descrito anteriormente, esta política venha beneficiando principalmente os maiores produtores e/ou intermediários.

5.

CONCLUSÕES PRELIMINARES

As características atuais da estrutura fundiária, do mercado de trabalho, da comercialização de produtos agropecuários e da política agrícola voltada para a Região de Colatina, apontam para uma determinada forma de subordinação da agricultura regional ao processo mais global de acumulação de capital, onde a conjugação da pequena com a grande produção conforma uma estrutura produtiva em que sobressaem as atividades do café e da pecuária de corte.

A estrutura fundiária da Região II apresenta um predomínio das pequenas e médias unidades produtivas, o que se reflete em uma marcante dominância destas unidades no número total de estabelecimentos agrícolas da Região e numa significativa participação destes estabelecimentos na área total ocupada da mesma, que apresenta uma moderada dominância dos estabelecimentos maiores que 100ha. Além da ampla participação das pequenas e médias unidades produtivas no total da renda gerada na Região em questão, sua importância aparece de forma ainda mais destacada quando se observa sua participação na área total ocupada com lavouras e, principalmente, no total de pessoal ocupado em atividades agropecuárias.

O mercado de trabalho rural da Região ainda apresenta grande parte de seu contingente de mão-de-obra imobilizado no interior das propriedades, o que se expressa pela grande participação da mão-de-obra familiar e da parceria no total de sua força de trabalho empregada. No entanto, há sinais da constituição de um mercado de trabalhadores volantes livres que, atualmente, apresenta uma organização ainda de caráter assistemático, beneficiando, apenas, aos grandes produtores. Em certo sentido, é possível que, antes de denotar qualquer forma ou estágio de transição, este mercado e sua organização expressem a forma própria de desenvolvimento da economia regional e, conseqüentemente, de seus mercados.

De um modo geral, acredita-se que a economia e a sociedade regional congregam uma sêrie de aspectos e relações sociais, gestadas em todo um processo histórico de ocupação econômica e produtiva do solo e desenvolvidas a partir da inserção da economia regional nos marcos do processo de acumulação de capital no Brasil.

A ocupação econômica da Região de Colatina teve início no começo do século, impulsionada pelo interesse da exploração madeireira. No entanto, somente com a exploração cafeeira montou-se as bases para uma efetiva consolidação do empreendimento agrícola e da colonização na área. Dessa forma, a colonização da Região de Colatina teve a participação predominante de elementos provenientes do Sul do Estado que buscavam reproduzir, no norte, as condições de produção perdidas em seus núcleos coloniais de origem. Assim sendo, a possibilidade do acesso ã terra de maiores dimensões e de elevada fertilidade, se constituiu em chamariz para essa gente que vinha de uma região com solos em vias de esgotamento e uma razoável pressoã populacional sobre a posse da terra. Esse processo de colonização consolidou uma estrutura produtiva, com base na pequena produção familiar e voltada para a atividade cafeeira, sendo que nas décadas de 40 e 50 a Região já se constituia na principal produtora de café do Estado e o município de Colatina despontava entre os maiores produtores do país.

Combinado a este processo de gestação da pequena produção, observa-se o desenvolvimento da grande produção a partir das atividades pecuaristas que despontam na área em meados da década de 40, como substituição as lavouras de café ou, principalmente, seguindo o rastro deixado pela atividade madeireira. Com as políticas de *erradicação* efetivadas na década de 60 e a consequente perda da base de sustentação e reprodução das pequenas unidades produtivas, inicia-se um processo de concentração fundiária e expulsão da população rural, conjugado ã substituição do café pela pecuária.

Na realidade os efeitos da *erradicação* foram diferenciados nas diversas sub-áreas da Região. Em algumas, como Baixo Guandu, por exemplo, a *erra*dicação levou a uma violenta concentração da posse da terra e a uma cristalização da atividade pecuarista de grandes estabelecimentos. Em outras,

após um intervalo de tempo onde tentou-se a reprodução do pequeno estabelecimento com base em outras atividades agrícolas, ou mesmo através da pecuária, tornou-se a produzir café, o que limitou os efeitos adversos da erradicação sobre esses pequenos estabelecimentos. De qualquer forma, para a Região como um todo, observa-se que o efeito mais geral desse processo foi a substituição do café pela pecuária, enquanto principal fonte de renda, e a quebra das condições de reprodução das pequenas unidades produtivas, para o que muito contribuiu a ênfase da política agrícola da época posterior à *erradicação*, com ênfase nos mecanismos de financiamento à pecuária em detrimento das atividades agrícolas de pequenos produtores.

A partir do começo da década de 70 tem início o Programa de Renovação e Revigoração dos Cafezais, com o objetivo de readequar a produção às novas condições de demanda do mercado cafeeiro e imprimir aumentos de produtividade à cultura, através da imposição de uma nova base técnica. Com um início bastante tímido nos primeiros anos da década, período de pecuarização, o programa ganha força a partir de 75, criando novamente as condições de reprodução de uma economia cafeeira baseada na pequena produção familiar agrícola. A partir de então, o café e a pequena produção voltam a se destacar enquanto elementos dinâmicos da economia regional, em um movimento de crescente importância que se desdobra até os dias atuais.

A conformação atual da organização da produção agropecuária da Região de Colatina apresenta uma dominância da atividade cafeeira, a qual se caracteriza por uma grande pulverização da produção em estabelecimentos de pequenos e médios produtores, apesar da crescente participação das maiores unidades produtivas, principalmente das grandes empresas agrícolas capitalistas, no total da produção que chega ao mercado.

A atividade da pecuária (mista) ainda mantém uma grande importância na Região, sendo exercida principalmente em grandes ou muito grandes estabelecimentos enquanto atividade exclusiva ou em combinação com o cultivo de café, mediante estratégia empresarial de diversificação. Em algumas regiões, principalmente naquelas onde se configura um complexo de pecuária

ria, esta atividade se cristalizou a partir de uma forte concentração da posse da terra e da conseqüente limitação à organização de possíveis mercados para o escoamento de produtos agrícolas. Em outras, onde se destacam as regiões cuja estrutura fundiária apresenta uma combinação entre pequenos e grandes estabelecimentos, a pecuária mista é exercida com o caráter de subsistência nos menores estabelecimentos ou através da mencionada estratégia empresarial de diversificação com o café nas unidades produtivas de maiores proporções. O que se deve ressaltar da atividade pecuarista da Região II, de acordo com a apreciação de seus mecanismos de comercialização explicitados na análise dos complexos de pecuária, é que somente os maiores estabelecimentos se vêem em condições de auferir uma maior rentabilidade com sua exploração, mostrando-se inviável a produção de pequenos estabelecimentos exclusivamente com base nessa atividade.

A produção olerícola, concentrada no extremo sul da Região, é a grande especificidade no interior desta, uma vez que configura uma quebra na dominância de uma estrutura produtiva onde sempre se destacam, com ordem variável de importância, o café, a pecuária, o milho, o feijão e o arroz. A produção olerícola dessa região faz parte de uma forte estratégia de diversificação agrícola, onde a olericultura, principalmente o tomate, constitui-se na atividade dinâmica de uma combinação com o café e lavouras temporárias de subsistência. O incremento da olericultura, nessa região específica, tem a ver com o crescimento urbano da Grande Vitória e a conseqüente criação de mercado para estes produtos. Acredita-se que, mesmo conformando uma pequena área de abrangência na Região de Colatina, o complexo de tomate reveste-se de grande importância, uma vez que constitui-se em projeção da área de olericultura da Região de Vitória.

A economia cafeeira e sua dinâmica de reprodução exercem um enorme poder de determinação sobre a totalidade das relações de produção envolvidas na atividade agropecuária da Região de Colatina.

De acordo com os mecanismos de reprodução dessa atividade, explicitados no item *Complexos Café*, e tendo em vista a importância quantitativa dessa

atividade para toda a Região, depreende-se que grande parte do excedente gerado na agricultura regional, vincula-se ao processo mais global de acumulação de capital no Brasil através da subordinação da produção ao capital comercial, personificado na figura dos intermediários de café.

Na aparência das relações contidas no comércio de café da Região, observa-se que este vem se mantendo sem grandes alterações através do tempo, baseado numa primeira agregação da produção por intermediários locais, que via de regra se constituem nos maiores produtores locais e mantêm vínculos de dependência pessoal e financeira com os pequenos proprietários e parceiros, e numa centralização regional da produção, exercida por representantes dos exportadores que às vezes também atuam na esfera da produção enquanto grandes produtores. Todo este esquema mantém-se em funcionamento até a eclosão das grandes crises do setor, quando então as pequenas unidades produtivas voltam-se para a subsistência e os agentes da comercialização entram em ruína, sendo posteriormente substituídos por outros agentes que cumprem o mesmo papel de intermediários, quando da retomada da economia cafeeira.

No entanto, com o advento do novo café, produzido sob nova base técnica a partir da década de 70, observa-se profundas transformações na economia cafeeira da Região, com um forte rebatimento sobre a organização regional da produção agropecuária.

Por um lado, o capital industrial passa a participar ativamente do processo produtivo, com uma grande pressão dos insumos modernos (fertilizantes, defensivos, etc.) sobre a composição de custo da atividade, levando a uma crescente e direta apropriação de parte do excedente gerado na produção agrícola, por esse capital. Por outro lado, a recente inserção de modernas empresas agrícolas capitalistas na produção cafeeira, com formas próprias e mais rentáveis de comercialização e maior poder de obtenção de incentivos e crédito subsidiado, vem relativizando a *superioridade econômica* da pequena produção nessa atividade e, conseqüentemente, minando a base de reprodução da economia cafeeira tradicional.

Nesse processo, a pequena produção familiar também apresenta profundas transformações no caráter de sua inserção nos mercados, que se expressam por uma crescente mercantilização/monetarização de suas relações de produção. No referente à inserção da pequena produção no mercado de produtos, observa-se que a participação dos dispêndios monetários na composição de custo dessas unidades produtivas é cada vez maior - compreendendo os gastos com insumos industriais, mão-de-obra e bens de consumo -, tendo como contrapartida uma maior especialização da produção, no sentido de auferir maiores ganhos monetários para fazer frente àquelas despesas. Quanto à inserção dessas unidades no mercado de força de trabalho, observa-se uma progressiva utilização de mão-de-obra assalariada nos momentos de pico da colheita, em detrimento das tradicionais formas de ajuda mútua (troca-dia) que guardam grande expressão no sul do Estado. Por outro lado, é cada vez maior o número de elementos componentes da mão-de-obra familiar de pequenos proprietários e parceiros que se assalariam em outros estabelecimentos, após o término de sua colheita ou em momentos de não-trabalho de sua atividade.

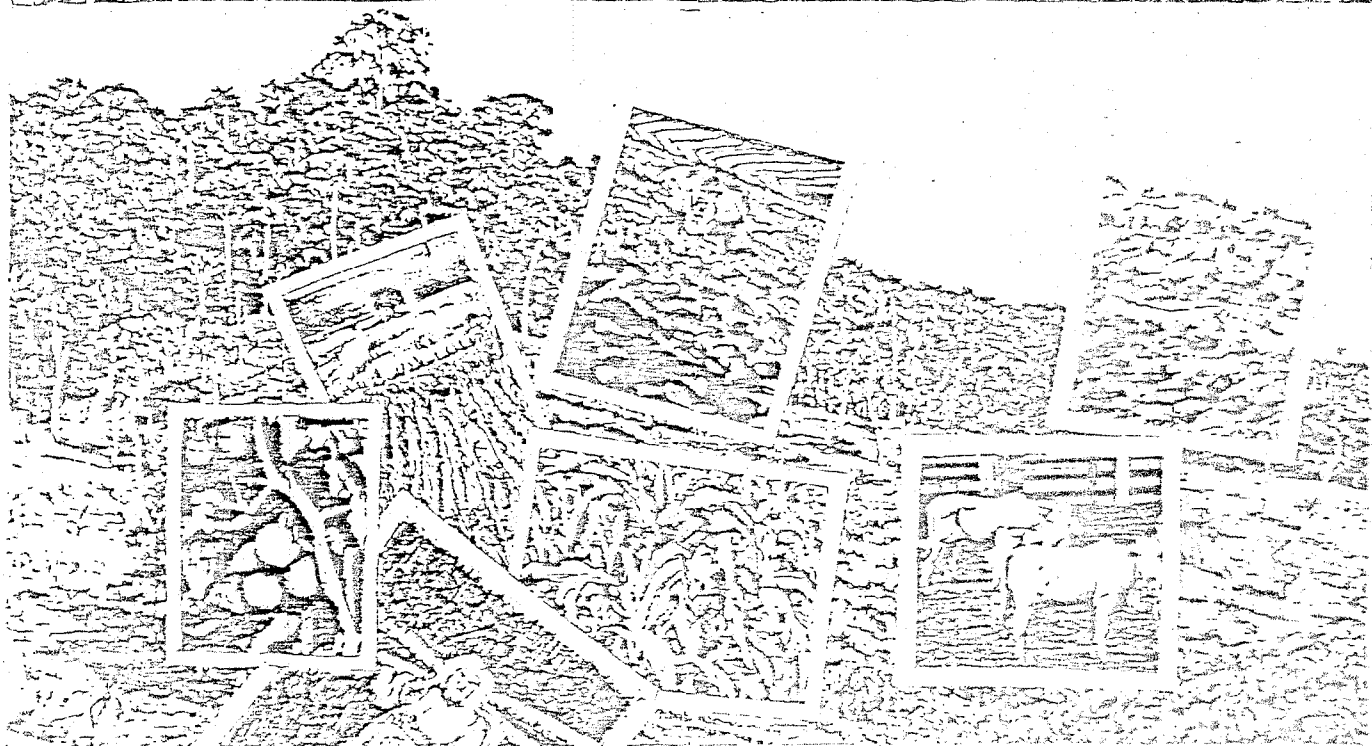
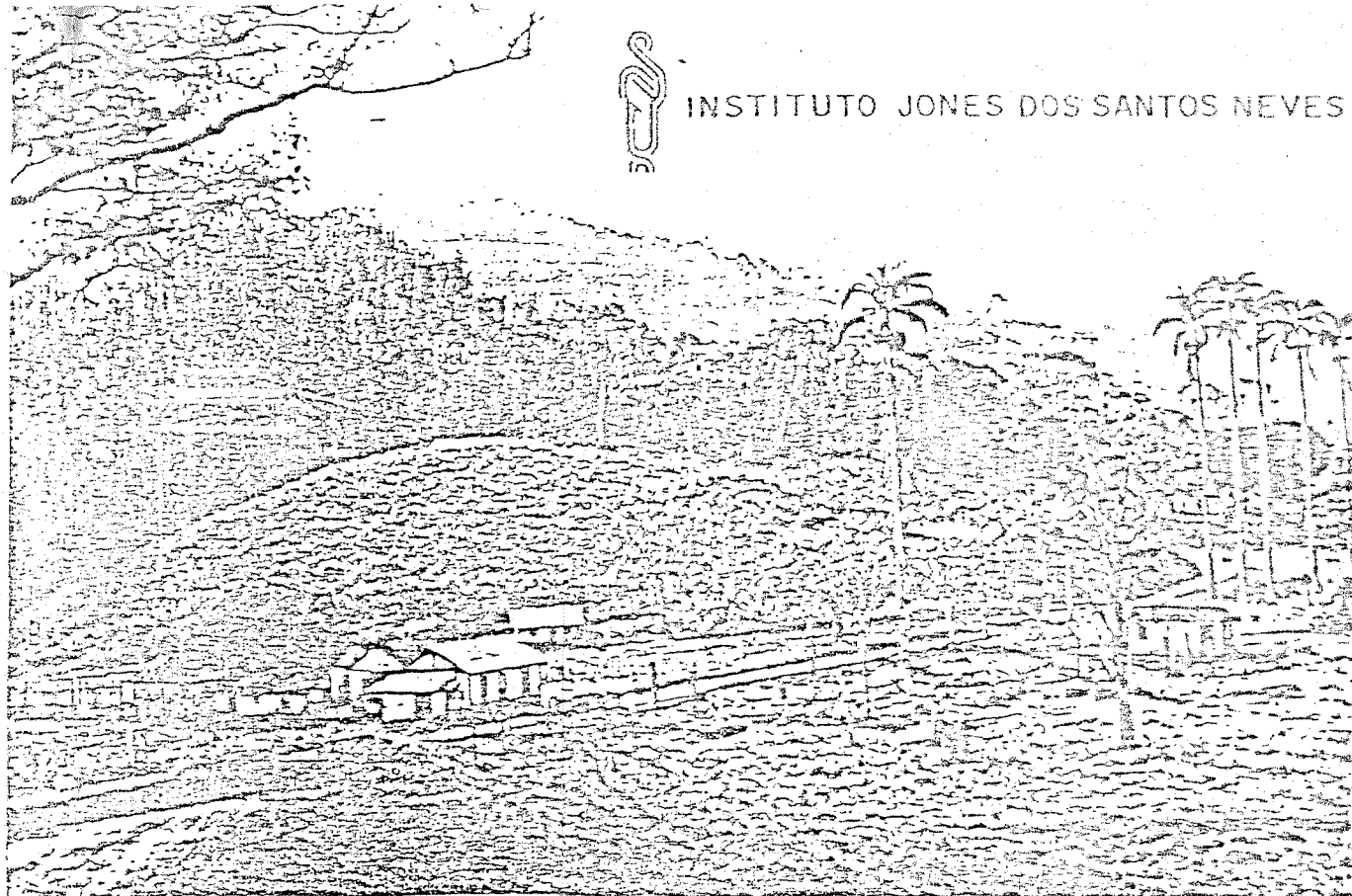
O mercado de trabalho da Região de Colatina, em grau bastante adiantado de constituição, apresenta uma forma bastante peculiar de organização. Por um lado, a existência de um grande contingente de força de trabalho, liberado a partir das *erradicações* de cafezais e concentrado na cidade de Colatina, vilas e sedes de municípios da Região, proporciona uma mão-de-obra farta e relativamente barata àqueles estabelecimentos com condições de bancar o transporte e arregimentação de trabalhadores, ou seja, as grandes empresas agrícolas capitalistas e alguns grandes produtores. Por outro lado, os estabelecimentos médios ou grandes de menor porte, são obrigados a utilizar-se da mão-de-obra de meeiros, ainda a mais rentável para suas condições de acesso ao mercado de trabalho.

O que salta aos olhos é a transformação na relação de meação nos maiores estabelecimentos. Nessas unidades produtivas, o meeiro vem passando a receber uma menor quantidade de cafeeiros para cuidar, no sentido de manter-se liberado para o trabalho, na condição de diarista, na lavoura *to cada* pelo patrão.

Uma novidade na organização da produção cafeeira da Região é o fortalecimento de suas cooperativas agrárias, englobando as Cooperativas de Colatina e São Gabriel da Palha (esta com sede situada fora da Região). Atualmente a Cooperativa de Colatina ainda comercializa parcela muito pequena da produção cafeeira, atendo-se basicamente à comercialização de mercadoria proveniente de grandes estabelecimentos, mas o fortalecimento de sua organização interna pode apontar para uma nova via de comercialização que dê um novo alento à produção em pequenos estabelecimentos.



INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO
GRUPO EXECUTIVO DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA
DO ESPÍRITO SANTO

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL INTEGRADO
Região Programa II - COLATINA
mapas - Volume III